



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 01/2018

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 07 DE MARÇO DE 2018

INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 21 HORAS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	05
- ORDEM DO DIA.....	58
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	84
- ENCERRAMENTO.....	85

ACTA N.º 01 / 2018**ABERTURA**

Aos sete dias do mês de março de dois mil e dezoito, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

1.1 - Grupo Humanitário Dadores de Sangue da Covilhã

2. PERÍODO DA ORDEM O DIA

2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;

2.2 - Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro;

2.3 - Contratos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de Aldeia Francisco Assis, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Cortes do Meio, Dominguiso, Orjais, Paul, Peraboa, Peso e Vales do Rio, S. Jorge da Beira, Teixoso e Tortosendo, para pagamento da taxa contributiva de 5% à Segurança Social;

2.4 - Desafetação do domínio privado municipal para o domínio público municipal de parcela de terreno com a área de 115.44 m2, sita em Lagoeiros, Covilhã, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, sob o artigo n.º 2838;

2.5 - Constituição do Conselho Cinegético – Eleição de Autarca de Freguesia;

2.6 - Constituição da Comissão de Toponímia - mandato 2017/2021 – Eleição de representante;

2.7 - PA. n.º 46/2017 – Despacho da Procuradoria da República – Processo de Obras Particulares n.º 168/95 e 143/13 da Câmara Municipal da Covilhã – IGAMAOT;

2.8 - Declarações ao abrigo da alínea a) e b), do n.º 1, do artigo 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.º 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Senhor António Paulo Pereira Ranito e Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr.º João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr.º João de Deus Relvas Daniel Lopes, Prof.º Bernardino Gata da Silva, Prof.º Vítor Manuel Reis Silva, Dr.º António Estevão Pitrez Ferreira Lopes, Dr.ª Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição do Dr.º José Paulo Pina Simão, Fausto Herculano Branco Baptista em substituição da Dr.ª Maria Teresa dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dr.ª Joana Filipa Real Sardinha, Dr.º Nuno Filipe Abreu Pedro, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha em substituição do Dr.º Marco Aurélio Mendes da Silva, Doutor António João dos Reis Rodrigues, Dr.ª Ana Azevedo Moreira em substituição do senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr.ª Rosália Isabel Duarte Rodrigues e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr.º Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguio), João Ramos Almeida (Erada), Dr.º Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde Campos Barata em substituição do senhor presidente Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dr.ª Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr.º David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Carlos Alberto Morais Rosa (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), e José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo). -

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício Dr.º José Armando Serra dos Reis e os Senhores Vereadores: Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr.ª Suzete Neves Ferreira em substituição do Dr.º Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes e o Coordenador Técnico Adriano Flávio de Jesus Mingote que apoia a Assembleia Municipal. -----

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, ninguém se manifestando, foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

ORDEM DE TRABALHOS**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****1.1 - GRUPO HUMANITÁRIO DADORES DE SANGUE DA COVILHÃ**

--- O Grupo Humanitário Dadores de Sangue da Covilhã fez uma apresentação audiovisual e fez um apelo à Dádiva de Sangue que a seguir se dá por integralmente reproduzido (doc. 01): -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhores Secretários e restantes Membros da Mesa -----

Senhor Presidente (ou presidente em exercício) da Câmara Municipal -----

Senhores Vereadores -----

Senhores Deputados Municipais -----

Senhores Presidentes de Junta -----

Senhores representantes da Comunicação Social -----

Minhas senhoras e meus senhores -----

Permitam-me que a primeira palavra seja de sincero agradecimento ao Sr. Presidente da Assembleia pelo convite que nos fez para estarmos aqui e pelo desafio que nos colocou em darmos a conhecer de viva voz, na Casa do poder autárquico, quem somos e o que fazemos. -----

Seria bom não termos de vir e, melhor ainda, não termos de existir. -----

Significaria isso que ninguém estava a necessitar do sangue de outros. -----

Infelizmente, não é essa a realidade. -----

Todos os dias, no nosso país, os hospitais necessitam, em média, de cerca de 1000 dádivas de sangue. -----

Todos os dias. -----

Todos os dias, nos nossos hospitais, se vive esta realidade incontornável -----

*- **é necessário sangue para salvar vidas.** -----*

O pequeno vídeo que acabamos de ver, resume bem o que somos e o que queremos fazer: --

Somos parte, com orgulho, da família de cidadãos que, ao dar um pouco do seu sangue, asseguram, diariamente, a Vida a muitos doentes que dele necessitam. -----

E queremos continuar a sê-lo e queremos que outros se juntem a nós. -----

E, também, pedir ajuda e colaboração para uma Causa que é de todos. -----

O Grupo

O Grupo Humanitário Dadores de Sangue da Covilhã foi oficialmente fundado em 28/09/1988. - Festejaremos, no corrente ano o 30.º Aniversário.

Mas foi por volta dos anos de 1981/82 que alguns dadores tiveram a ideia da criação de um Grupo de Dadores de Sangue na Covilhã.

Em 24/10/1989, fomos reconhecidos como Instituição de Utilidade Pública.

Em 20/10/2003 o Grupo foi distinguido com a Medalha de Mérito da Cidade atribuída pela Câmara Municipal da Covilhã.

Estamos filiados na FAS Portugal – Federação das Associações de Dadores de Sangue e fazemos parte dos seus Corpos Sociais ocupando o cargo de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Aniversário e Convívio

Para além da Dádiva, há dois momentos no ano que são marcantes para nós enquanto Associação:

A festa do Aniversário e o Convívio Nacional dos Dadores de Sangue.

Ambas são manifestações coletivas do orgulho de ser Dador e jornadas de motivação para todos, Dadores e dirigentes associativos.

O Convívio Nacional é, também, a oportunidade de representarmos o nosso concelho num evento nacional e julgamos que é sempre importante poder fazê-lo condignamente. -

Missão

Os fundadores deixaram claro qual a Missão do Grupo, quando dispuseram no Art.º 3.º: dos Estatutos:

Objetivos do Grupo

– A proteção da vida humana, especialmente através da promoção e desenvolvimento da dádiva desinteressada de sangue, plasma, tecidos ou órgãos destinados a transplantes

– promover a tomada de consciência pública e profissional para que a recolha de sangue e plasma seja realizada no estrito respeito das regras éticas e pelas organizações sem fins lucrativos

– agirá norteado tão somente por fins humanitários, sem qualquer discriminação de nacionalidade, sexo, cor, raça, credo religioso, ideologia política, estatuto social ou condição económica das pessoas.

(do artigo terceiro dos Estatutos)

Ser Dador

Na nossa associação, pela sua natureza, não se criam nem vedetas, nem estrelas. -----

Não há competições e por isso não há campeões. -----

Os nossos associados não têm regalias exclusivas pelo facto de o serem. -----

Recebem exatamente o mesmo que qualquer outra pessoa -----

*– **o Sangue, quando dele necessitarem.** -----*

Porque sempre honramos o lema: -----

***"Damos Sangue a quem precisa e não a quem merece."** -----*

Por isso é que, ser dador: -----

● É ter um sentido de elevada responsabilidade porque o que está em causa é o valor supremo da Vida Humana. -----

● É assumir que a segurança dos doentes começa na consciência de cada um. -----

● É abraçar o objetivo primeiro de ajudar os doentes, com altruísmo, com verdade, com qualidade e a título benévolo. -----

● É ser humilde no anonimato do seu ato - nem o doente conhece o dador, nem o dador conhece o doente. -----

***Sobre a Dádiva** -----*

Nos últimos 30 anos, em Portugal, o panorama da Dádiva beneficiou de uma grande evolução. -----

Em 1987 somente 1,8% dos potenciais dadores davam sangue. -----

Em 2017 esta taxa subiu para 3,4%. -----

Entretanto: -----

Morriam diariamente doentes por falta de sangue, ou por motivos a ela associada. -----

Os hospitais exigiam aos familiares que levassem dadores de sangue caso os seus doentes dele necessitassem. -----

Muitas cirurgias deixavam de se fazer porque os Dadores não apareciam. -----

Até que, com a realização de protocolos, os hospitais deixaram de exigir sangue aos familiares dos doentes e o sangue passou a ser assegurado pelos Dadores através das suas organizações. -----

E só em 1989 a dádiva deixou de ser remunerada. -----

***Atividades** -----*

Alguns números sobre as nossas atividades no ano passado. -----

Contamos, atualmente, com: -----

1858 sócios Dadores -----

829 Sócios Auxiliares -----

Recolha de Sangue

A nossa Sede funciona como um posto avançado do Centro de Sangue e Transplantação de Coimbra do IPST e onde, quinzenalmente, promovemos sessões de Recolha de Sangue. -----

Em 2017 foram promovidas 46 sessões de recolha de sangue -----

- 26 sessões na sede do Grupo -----
- 8 sessões em empresas do concelho da Covilhã -----
- 2 sessões numa empresa do concelho do Fundão -----
- 6 sessões na UBI -----
- 2 sessões em Belmonte -----
- 2 sessões em Tortosendo -----

Em resultado, foram recolhidas **2130 dádivas de Sangue**. -----

Para 2018 encontram-se agendadas 46 sessões de recolha de sangue para os mesmos locais.

Recolha de Plaquetas -----

da responsabilidade do Centro Hospitalar Cova da Beira -----

Em 2017 registaram-se 90 presenças de Dadores e **78 Dádivas de Plaquetas**. -----

A alegria da Dádiva -----

O sangue não tem preço. -----

O seu valor não é mensurável, porque a Vida Humana também o não é. -----

Por isso a dádiva tem de ser benévola. -----

Os nossos Dadores sabem isso e fazem-no com a alegria que só um ato de cidadania, de solidariedade e de humanidade pode proporcionar. -----

Propósitos -----

O que é que nos propomos fazer? -----

Em geral, fazer a nossa parte no esforço nacional para que o Sangue não falte aos nossos doentes. -----

Para isso queremos, no nosso concelho: -----

- Aumentar o número de dádivas -----
- Manter motivados os nossos Dadores -----
- Sensibilizar outros para a primeira dádiva -----
- Continuar a colaborar com o nosso Hospital -----

 Iniciar os Jovens na consciencialização da Dádiva Benévola e Anónima de Sangue ----
 Tornar a Dádiva de Sangue, esse dever cívico e humanitário, também, num Ato Cultural. -----

Assumimos estes compromissos num esforço de trabalho voluntário. -----
 Mas também sabemos que só com o apoio de todos poderemos aspirar a resultados mais produtivos. -----
 Apelamos, por isso, -----

Aos nossos concidadãos, em geral, que abracem esta Causa e se façam Dadores regulares de Sangue. -----

Às entidades concelhias, políticas e sociais, que apoiem os esforços e as atividades em prol da promoção da Dádiva do Sangue e a mobilização dos Dadores. -----

Às outras Associações do concelho, as parcerias possíveis que contribuam para uma maior visibilidade do valor da Causa da Dádiva. -----

Aos senhores presidentes de Junta para que nos ajudem a chegar mais próximo das populações que representam. -----

À Câmara Municipal e à Assembleia Municipal o reconhecimento do concelho ao Dador de Sangue, apoiando a conceção e construção do Monumento ao Dador. -----
 Reiteramos aqui este pedido que já tivemos ocasião de transmitir à Senhora Vereadora com os pelouros da Saúde e da Cultura. -----
 Esta não é uma ideia nova pois já foi acolhida por muitos municípios do nosso país. -----
 E gostaríamos que traduzisse um Hino à Dádiva e uma memória, sempre presente, de que há quem deu, e dará, o seu sangue a troco de coisa nenhuma. -----

Um último apelo em nome dos nossos doentes: -----
Que esta jamais seja tratada como Causa menor. -----

Apelo à Dádiva -----

Somos livres de recusar dar Sangue ou de nos alhearmos do assunto, mas por certo, que não recusaremos receber Sangue se isso for necessário. -----
 Não parece justo. -----
 Se estamos dispostos a receber, deveríamos, primeiro, estar dispostos a dar. -----

Deixamos, portanto, o convite: -----

*Se ainda não é, e se puder, tome-se dador de Sangue - seja dador de Vida. -----
 E é preciso tão pouco! Só um pouco do seu tempo, só um pouco do seu Sangue -----
 E cada dia é sempre uma nova hipótese para a 1.ª Dádiva. -----*

Se não puder dar Sangue, ajude a Causa, que é de todos, tornando-se sócio auxiliar. -----

Sangue é Vida. -----

Damos Sangue... Damos Vida. -----

*Um agradecimento às Senhoras responsáveis pelo Serviço de Comunicação do Hospital pela
 colaboração que nos prestaram.* -----

Bem hajam pela vossa atenção e paciência.” -----

INTERVENÇÕES LÍDERES

--- O Partido Comunista Português, na voz do Senhor Prof.º Vítor Reis Silva, tendo cumprimentado todos os presentes, sugeriu que fosse elaborada uma alteração ao **Regimento da Assembleia Municipal** de forma a que a intervenção do Público fosse contemplada no início da sessão e não no fim como está previsto. -----

Prosseguiu dizendo que, relativamente às intervenções feitas nas Sessões da Assembleia Municipal, verificaram que as **atas** publicitadas no portal da Câmara Municipal remetiam para a leitura dos documentos anexos às mesmas, constando na ata somente um texto sintetizado do assunto e de quem fez a intervenção. No entanto, se o documento anexo à ata não estivesse publicitado, achava que não estariam a prestar um bom serviço a quem queira acompanhar os trabalhos da Assembleia Municipal e a quem queira conhecer as posições de cada força política. Verificaram também que as intervenções feitas de forma espontânea e não escritas são transcritas na íntegra para a ata, o que privilegiava o espontâneo em detrimento de quem faz o “trabalho de casa”. Para concluir o tema, disse ser necessário colmatar essa falha. -----

De seguida, fez uma intervenção relacionada com vários temas, nomeadamente: **Valorização do trabalho e dos trabalhadores, aumento de salários, horários de trabalho, combate à precariedade, melhoria das condições de trabalho, eliminação das normas gravosas da legislação laboral, ligação ferroviária à Guarda, autoestradas sem portagens, ligação rodoviária ao litoral, melhoria da rede viária municipal, redução da fatura da água, de saneamento e de resíduos sólidos e fim à taxa de ocupação do subsolo** que a seguir se dá por integralmente reproduzido (doc. 02). -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----
Exmo. Senhor Presidente da Câmara, -----
Exmo(s). Senhores Vereadores, -----
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
Minhas Senhoras e meus Senhores, -----*

Para nós a valorização do trabalho e dos trabalhadores é um elemento central da política alternativa de que o país precisa, uma política patriótica e de esquerda. -----

Aumentar salários, garantir horários de trabalho dignos, combater a precariedade, defender os direitos da contratação coletiva, são medidas que é preciso concretizar. -----

É preciso uma resposta com outro alcance aos problemas que marcam o dia-a-dia de milhões de trabalhadores nos vários sectores. -----

O PCP tem em marcha uma campanha que visa ajudar a dinamizar a ação reivindicativa e o desenvolvimento da luta, nas empresas e locais de trabalho e no plano sectorial, em defesa dos direitos dos trabalhadores, pelo aumento dos salários, num quadro em que a sua evolução não tem correspondido, nem ao aumento da produção e da produtividade, nem ao aumento do custo de vida; -----

*Uma campanha de combate às tentativas de desregulação dos horários de trabalho que estão em desenvolvimento e exigindo as **35 h semanais para todos**; -----*

*Uma campanha de **combate à precariedade**, avançando com mais vigor no processo iniciado na Administração Pública e avançando também no sector privado, assegurando que a cada posto de trabalho permanente corresponde um contrato de trabalho efetivo; -----*

*Uma campanha pela **melhoria das condições de trabalho**, seja ao nível da higiene, salubridade e segurança de locais que não proporcionam o bem-estar dos trabalhadores, seja da pressão e repressão sobre estes; -----*

*Uma campanha pela **eliminação das normas gravosas da legislação laboral**, de que faz parte o agendamento potestativo do PCP na Assembleia da República, a 14 de março, que visa a revogação da caducidade dos Contratos de Trabalho e a reposição do princípio do tratamento mais favorável, bem como o combate à desregulação dos horários. -----*

Uma campanha que sendo nacional tem incidência no nosso concelho com a valorização do trabalho e dos trabalhadores. -----

Num concelho e numa região com salários abaixo da média nacional. -----

Para além dos salários e das condições de trabalho existem outros fatores que determinam a qualidade de vida de quem vive e trabalha neste Concelho. -----

A ligação ferroviária à Guarda prometida para outubro de 2019, e já lá vão mais de 10 anos de espera e de promessas, ajuda a desencravar o Concelho, permite a mobilidade de pessoas e mercadorias. Aproxima-nos do litoral e de Espanha. -----

Vamos acreditar que seja em outubro de 2019. -----

Mas ... este Concelho e esta região necessitam de uma auto estrada sem portagens e o senhor ministro do planeamento e infraestruturas, na passada segunda-feira, não nos deu boa notícia.

O que nos obriga a mais trabalho. -----

O que nos obriga a aumentar o protesto e a exigência de uma autoestrada sem portagens. ----

O interior necessita, para o seu desenvolvimento económico de uma autoestrada sem portagens.

As empresas, os trabalhadores e restante população precisam de transitar em segurança. -----

Segurança que não se encontra nas restantes vias secundárias. -----

O nosso concelho necessita também de uma ligação rodoviária ao litoral, a Coimbra, o IC6 e o IC7 devem concretizar-se. A ligação da Cova da beira a Coimbra é fundamental para o nosso desenvolvimento. Uma reivindicação que nos une. -----

Desencravar o Concelho face ao todo nacional é importante mas, de igual importância, é desencravar as freguesias do concelho melhorando a rede viária municipal. -----

Desencravar S. Jorge da Beira, pelo Porsim -----

Desencravar Sobral de S. Miguel, Casegas e Ourondo com uma intervenção ao nível do perfil, piso e valetas da via municipal -----

Ligar o Paul, Erada e Unhais da Serra pela góia e campo das torgas -----

Ligar Unhais da Serra à Nave de Santo António -----

Ligar Cortes do Meio à Serra da Estrela -----

Desencravar o Casal da Serra e protege-lo contra os incêndios -----

Pavimentar o troço entre Dominguiso e Coutada beneficiando o trânsito de veículos na União de Freguesias Vales do Rio e Peso -----

Passagem superior ou inferior para supressão da passagem de nível do eixo de acesso à Boidobra

Melhorar as condições de vida no nosso Concelho passa pela redução da fatura da água, taxa de saneamento e de resíduos sólidos e não pelo seu agravamento. -----

A fatura de água, após ter cumprido a sua função eleitoral com a criação de curvas descendentes em mega gráficos, vem agora inverter a linha para um percurso ascendente com uma atualização/aumento por via da inflação aumentando o lucro da Câmara Municipal e do parceiro privado. -----

O parceiro privado fica, por m³ consumido de água, com 1 € no consumo comercial, com 1 € e meio no consumo industrial e hoteleiro e com mais de 1 € e meio do consumo das escolas com 2.º, 3.º Ciclos e Secundário. -----

É assim que os grandes grupos financeiros levam o dinheiro da indústria, do comércio, da hotelaria e do Estado para o estrangeiro, para fora do País, engordando fortunas colossais. ----

Melhorar as condições de vida é acabar com a já célebre Taxa de Ocupação do Subsolo que o governo já atribuiu às empresas concessionárias sem possibilidade de imputarem as despesas aos clientes... mas... na Covilhã continua o cliente a pagar a TOS. Paga o que utilizou e o que não utilizou e nem todos pagam, nomeadamente os que são clientes de outras empresas fornecedoras. -----

Somos os representantes eleitos das populações e temos o dever de tudo fazer para melhorar as suas condições de vida, valorizando os trabalhadores, assegurar serviços públicos de qualidade, criar condições para o lazer e usufruto da natureza, do desporto e da cultura. -----

Temos o dever de tudo fazer para a produção de mais riqueza aproveitando os recursos humanos e os recursos naturais existentes. -----

Somos os representantes do povo que nos elegeram para defender o povo e promover o desenvolvimento do concelho. -----

AM de 7 de março de 2018 -----

Os eleitos do PCP” -----

*--- De seguida, foi concedida a palavra ao Senhor Dr.º João de Deus Relvas Daniel Lopes, líder do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, que, cumprimentando os presentes, fez uma **abordagem dos primeiros cinco meses de governação socialista no Executivo Municipal**, fazendo referência à **ICOVI**, ao **Regulamento Associativo Municipal**, à **Comunidade Intermunicipal** e à **Provedora Municipal** que a seguir se dá por integralmente reproduzido (doc. 03). -----*

“Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã e respetiva mesa, Senhor Presidente e senhores vereadores, senhores Presidentes de Junta, caros membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores, caros jornalistas, -----

Nesta intervenção, abordarei os primeiros cinco meses de governação socialista no Executivo Municipal. Cinco Meses de enganos, de desvarios, de um constante ziguezaguear. -----

Depois de uma maioria absoluta, este não é o momento de hesitações políticas, de falta de rumo. Não podemos assistir impávidos e serenos ao desmoronar do futuro do nosso Concelho, porque a estratégia do Partido Socialista é não ter estratégia. -----

Comecemos pela ICOVI, onde a nomeação da nova administração parece um filme digno de Óscares. Nomeia um economista para administrador executivo devido e passo a citar “a área da gestão e finanças “como poucos” e a sua experiência no “domínio das águas”. Agora, esse mesmo administrador sai e nomeia outra administração. Quais os critérios da sua nomeação? Terão sido os definidos no perfil anteriormente citado? Aguardamos resposta. -----

A nível associativo, perguntamos para quando a criação de um Regulamento Associativo Municipal? Que previna situações relacionadas com a cedência de espaços a associações para no dia seguinte afirmar que afinal já não é bem assim? Nós sabemos que a palavra de sua Excelência vale pouco, mas esta inconstância brada o ridículo. Não dependemos das guerras internas do seu partido, nem podemos estar perdidos nas suas lutas internas. Devemos respeitar as muitas instituições que dentro das suas competências e limitadas condições tão bem substituem o município nas ações sociais, desportivas, culturais e recreativas. -----

Queremos e defendemos uma Covilhã liderante, que assuma responsabilidades na sua Comunidade Intermunicipal, que não fique contente e que assuma publicamente o facto de nem sequer ter tentado como o Senhor Presidente publicamente fez, que nem quis ser Presidente da CIM. Não percebemos o argumento de quem no passado o foi, em condições substancialmente diferentes. De quem, na altura, não tinha maioria na Covilhã, não tinha um Governo da sua cor política, e tinha perdido a sede para a Guarda. Hoje tem outras condições, mas perdeu a essencial, o reconhecimento dos seus pares. -----

E para terminar, falo da situação da Provedora Municipal, bandeira eleitoral de 2013, nomeada em 2015, a Professora Doutora Elisa Pinheiro, que, de forma abnegada, corajosa, transparente, desempenhou o cargo e que merecia outro tratamento político dado por quem a convidou para ser a primeira Provedora municipal. -----

A importância desta função, numa Câmara Municipal onde o Executivo Municipal tem uma maioria no órgão, aumenta sobremaneira, porque existe uma tendência para a falta de transparência, para o descuido. Os eleitos do PSD nesta Assembleia perguntam a razão pela qual

demoraram 5 meses a abordar a substituição da Senhora Provedora Municipal e porque só depois dos eleitos do PSD na Assembleia Municipal terem questionado, resolvem em dois dias o que não resolveram em meses. É ou não é um ziguezaguear constante sem rumo, sem estratégia, sem planeamento? -----

Perguntamos ao senhor Presidente, qual o nome do substituto da senhora Provedora, visto que publicamente já assumiu a sua escolha, e que se digne a informar os representantes eleitos da Assembleia Municipal. -----

Reiterando a forma abnegada como a Professora Elisa Pinheiro desenvolveu esta atividade, defendendo a transparência dos serviços públicos, propomos um voto de louvor por parte da Assembleia Municipal, entregando a nossa proposta à mesa da Assembleia Municipal para votação. -----

Tenho dito.” -----

Propôs ainda um **Voto de Louvor**, por parte da Assembleia Municipal, à Senhora **Prof.ª Elisa Pinheiro**, entregando a proposta à Mesa da Assembleia para votação. -----

--- O Senhor Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro, líder do Grupo Parlamentar De Novo Covilhã Carlos Pinto, cumprimentando os todos os presentes, iniciou a sua intervenção reiterando aquilo que tinha já sido “mencionado pelo Senhor Deputado da CDU que, de facto, há necessidade e urgência de se fazer uma **alteração do Regimento** desta Assembleia... É imperioso que esta Assembleia esteja ao serviço dos cidadãos e que os cidadãos se revejam nela. Aquilo que hoje se passou, relativamente aos Dadores de Sangue de elementar justiça, de facto deveria ser não uma exceção, mas sim uma norma corrente, ou seja, o primeiro ponto, na nossa opinião, deve ser sempre o ponto que permita às pessoas do público poderem intervir de forma a evitar aquilo que se passou, na última sessão, em que, ao fim de oito horas, ainda haja aqui pessoas com alguma paciência, do público, para que possam intervir. Por outro lado, é preciso também reforçar um pouco as regras da transparência. Essas regras da transparência reforçam-se com uma adequada publicitação, tal como foi dito pelo Prof.º Vítor Reis Silva relativamente ao teor das sessões. -----

Penso que também é importante ver a possibilidade inclusive desta própria **Assembleia** poder ser **transmitida online**. Isso, de alguma forma, dará, a quem não esteja aqui presente e que esteja noutros locais, um maior e melhor conhecimento relativamente a isso. -----

Daí que, o nosso Grupo, ... está na plena disponibilidade para, querendo, participar nalguma comissão que possa, de alguma forma, prever a alteração do Regulamento e, conseqüentemente, do funcionamento desta Assembleia. -----

Por outro lado, embora não esteja muito propriamente na Ordem do Dia, manifestar a minha total **solidariedade aos Dadores de Sangue**. São pessoas altruístas, que vivem em função dos outros e eu continuo a dizer: há aqui um conjunto de associações que, se fosse permitido, todas

as pessoas obrigatoriamente deviam pertencer ou colaborar de uma forma ou de outra. Lanço aqui um repto a esta Assembleia que é no sentido de nós próprios darmos o exemplo e, dentro daqueles colegas, deputados municipais que tenham essa disponibilidade, possam, em conjugação com a Direção da Associação dos Dadores de Sangue, combinar uma data em que cada um de nós possa contribuir, dando a sua dádiva ou fazendo-se, eu já sou sócio, sócio desta prestigiante associação.” -----

Por último, referiu ser urgente mudar as **diferenças entre o Litoral e o interior** e fez uma **análise dos primeiros 120 dias do Executivo Municipal** que a seguir se dá por integralmente reproduzido (doc. 04). -----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara e Vereadores -----

Exmos. Senhores Deputados Municipais -----

Meus Senhores, Minhas Senhoras. -----

Andamos todos distraídos. -----

Parece que tudo corre bem. Portugal é um país sem problemas. -----

A Covilhã uma cidade onde tudo aparenta estar bem. -----

Portugal – Um país dividido entre o litoral e o interior. Entre Lisboa, Porto e Coimbra e outras cidades. Entre a concentração de ninhos populacionais. E a desertificação. -----

Entre a concentração de serviços e competências e o encerramento de serviços e deslocação de competências... tudo com dois pesos e duas medidas. -----

E a tudo isto assistimos com excessiva calma e serenidade sem que haja tomada de posições com a adoção de medidas efetivas e concretas. -----

Na Assembleia da República discute-se e aprovam-se leis para defesa dos animais... criminaliza-se comportamentos... permite-se o acesso a locais públicos (restaurantes) de animais domésticos... nada a opor... contudo esquecem-se os mais desprotegidos... nomeadamente os cidadãos mais idosos... -----

Por outro lado tivemos conhecimento do sucedido recentemente com as descargas para o Tejo e das suas graves consequências ambientais... com enorme surpresa verificamos que o Estado não sabe, ou não quer saber quem é/são o(os) autor(es) de tais descargas... no entanto e num passado recente na região da Covilhã, foi possível identificar as empresas que procediam a descargas sem o adequado tratamento... O Estado foi implacável... atuou... aplicou coimas... o Estado não quis saber se as empresas tinham ou não condições físicas e económicas para realizar investimentos que lhe permitissem o tratamento dos afluentes... o que levou ao encerramento de várias empresas... o Estado está mais preocupado em sancionar um simples sapateiro, que não possui uma tabela de preços, em vez de sancionar quem polui! Dois pesos... Duas medidas.

Por outro lado na região de Lisboa está previsto o investimento de milhões de euros no alargamento da rede do metro. Aqui está previsto a continuação do pagamento de taxas em vias terrestres, nomeadamente na A23 e A25, o que cada vez mais dificulta a circulação de pessoas e bens... e aqui não se constrói a IC6 e a IC7 em troço de autoestrada... dizem que não há dinheiro... Dois pesos... Duas medidas. -----

*Concentram-se serviços nas grandes cidades de Lisboa e Porto...deslocaliza-se outras sediadas nas cidades do interior... Dois pesos... Duas medidas. -----
No litoral aglutinam-se os jovens que buscam suas oportunidades de vida e emprego... no interior as pessoas mais idosas... que são esquecidas... e desprotegidas... veja-se o caso dos trágicos acontecimentos dos incêndios florestais no passado ano 2017. -----*

Criam-se comissões de estudo e análise... mas em concreto e apesar da bondade das conclusões... nada muda... tudo se mantém... -----

É URGENTE MUDAR... -----

*É urgente diminuir as diferenças entre o Litoral e o Interior... -----
É urgente criar serviços do Estado no interior com a subsequente criação de postos de trabalho.
É urgente deslocar entidades ou serviços públicos para o interior... Porque não o Tribunal Constitucional na cidade da Covilhã? -----
É urgente criar incentivos fiscais às empresas para poderem exercer a sua atividade no interior.
É urgente descentralizar... sem concentrar... o país precisa de uma reforma administrativa com o efetivo reforço dos poderes dos municípios... colocando fim aos obsoletos distritos e às gritantes injustiças da concentração de poderes em capitais de distrito. -----*

E A NOSSA CIDADE? -----

Decorridos mais de 120 dias do ato eleitoral e ressaltando-se algumas atividades promovidas pelo departamento da cultura... não há nada de novo... Não há projetos... Não há ideias... Não há estratégia. -----

Os bairros sociais continuam a necessitar de intervenções urgentes... as casas/frações continuam a degradar-se. -----

A barragem continua por localizar... por projetar... por executar... não se vislumbrando quando pode ser construída! -----

O Juízo do Trabalho da Covilhã, continua sediado em local provisório... não se resolve a questão das suas instalações... caso não se resolva, há a possibilidade da sua deslocação para uma cidade vizinha... -----

Não há propostas tendo em vista a criação de postos de trabalho de acordo com uma estratégia de desenvolvimento e crescimento do concelho... -----

*Não se dinamiza a Covilhã, nomeadamente o seu centro histórico... -----
 Não se dinamiza o tecido habitacional na zona histórica... -----
 Não se resolve a questão do ordenamento do trânsito da cidade... -----
 Por outro lado há funcionários que mudam de serviços e funções, coincidência ou não, que participaram ou que apoiaram este movimento, com base em critérios, ou falta deles, bastante discutíveis... Onde está o direito à diferença? -----*

Não se lutou pelo regresso da CIM para a Covilhã... privilegiou-se a Presidência em detrimento da sua sediação, com as consequências daí decorrentes... Ou seja, mais do mesmo... com prejuízo para a cidade. -----

Por isso, também é urgente que quem tem a responsabilidade política na condução dos destinos do concelho que inverta o atual estado das coisas e desta forma diligencie, para que a Covilhã seja uma grande cidade, capaz de atrair empresas e pessoas e na sua sequência cresça, tornando-se um grande polo populacional do interior. Com respeito pela diferença... pela opinião contrária... para bem de todos... para bem da Covilhã. -----

*O Presidente do Grupo Parlamentar “De Novo Covilhã” -----
 Luís Manuel Carreira Fiadeiro” -----*

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu o uso da palavra ao CDS-PP, na voz da Senhora Prof.^a Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, que iniciou cumprimentando os presentes e, relativamente àquilo que foi dito campanha eleitoral do CDS e àquilo que já tinha sido dito na presente Sessão, disse haver necessidade de o **Regimento da Assembleia Municipal** ser alterado. “Há necessidade de modernizar e sobretudo há necessidade de aproximar a população à Assembleia. Este espaço que tivemos com os Dadores de Sangue ... mostrou precisamente isso. Estamos perfeitamente disponíveis para o ajudar em qualquer remodelação que queira fazer.” -----

De seguida, falou sobre o **estado da Saúde do País, da Beira Interior e da Covilhã** que a seguir se dá por integralmente reproduzido (doc. 05). -----

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----
 Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, -----
 Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----
 Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, -----
 Senhores Vereadores, -----
 Representantes dos órgãos de comunicação social -----
 Senhoras e Senhores Munícipes -----*

A liberdade, a solidariedade e a justiça social são as bases em que assenta a democracia cristã que defende a dignificação do trabalho, a redução da pobreza e a progressão para a igualdade social sem a presença de um estado restritivo, castrador e onnipotente. E todos sabemos que os factores para a igualdade social são a educação, a justiça e a saúde. -----

E falo-lhes de saúde porque assistimos neste momento à destruição de um dos sistemas em que de facto devíamos ser todos iguais, que é o Serviço Nacional de Saúde. Nunca se gastou tanto dinheiro no SNS- €750 Milhões de Euros em 2015 e €1.460 Milhões de Euros em 2017 mas de facto os resultados deixam muito a desejar para o investimento : as greves dos técnicos de saúde, dos enfermeiros prevista para este mês e dos médicos para o mês que vem, mostram que algo está muito mal no SNS. -----

As cativações que melhoraram a economia e que são um eufemismo para cortes, levam à não contratação de recursos humanos, a não se fazer reposição de material, ao não pagamento de fornecedores, - e há hospitais que não têm determinados medicamentos em stock e que não os cedem aos doentes. -----

Assistimos a demissões em grupo de directores de serviço por estarem a ser empurrados contra a parede num exercício de medicina em que não se revêm, à saída do sistema de médicos com experiência que não pode ser substituída, a serviços de urgência colapsados por falta de médicos e enfermeiros que põem em causa a sobrevivência dos doentes, a um desinvestimento completo na prevenção e na humanização de cuidados. -----

A passagem de responsabilidades na urgência para médicos não especialistas ou tarefeiros, a indiscriminada utilização de agências de colocação de tarefeiros que sugam o sistema oferecendo respostas de muito baixa qualidade, e a aprovação de medicinas alternativas não testadas por evidência científica como forma oficial de terapêutica, com termos como doutor, medicina e médico usados indiscriminadamente, com o intuito de confundir quem usa, são a cereja no topo do bolo. -----

Ao discurso optimista do sr. Ministro da Saúde e às não verdades, inverdades e paraverdades das notícias contrapomos a estranha forma de vida que é a saúde no interior: as listas de espera que todos conhecemos, o número elevado de utentes que se mantêm sem médico assistente, a falta de investimento na vinda de médicos, os concursos vazios, o encaminhamento para os parceiros externos dada a falência dos serviços, o desinvestimento progressivo numa estrutura que devia servir os doentes e que parece servir toda a gente menos quem deve. -----

O aparecimento da cardiologia de intervenção no CHCB, num processo iniciado já pelo Prof. Miguel Castelo Branco no governo de coligação PSD / CDS, pensado como um avanço na capacidade técnica do CHCB, não vai resolver a falta de material básico, os fornecedores não pagos, o esgotamento dos recursos humanos, a ausência de contratações de enfermeiros e de auxiliares de acção médica, Não resolve também o problema da prevenção

da doença e da planificação dos cuidados para esta região. -----

Perante uma população com 25 % de pessoas com mais de 65 anos, perguntamo-nos qual a previsão feita para esta população na Beira interior e na Covilhã? Onde estão os médicos credenciados em geriatria, os especialistas em otorrino e oftalmologia, as equipas dedicadas às doenças neurodegenerativas, os sistemas de apoio ao doente demenciado e ao cuidador? Qual a previsão que tem sido feita para a 3ª idade que temos e que vai continuar a crescer?

A ausência da promoção da saúde e da prevenção da doença levam inexoravelmente a um gasto financeiro crescente dentro das economias cada vez mais debilitadas por falta de cidadãos saudáveis capazes de produzir riqueza. Os gastos com o sector da saúde podem crescer, enquanto investimento, situação que certamente trará um retomo positivo. Gastar apenas na doença –e gastar mal - significará o definhamento progressivo da sociedade.” -----

--- O Líder do Partido Socialista, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, depois de lhe ter sido atribuída a palavra e de cumprimentar os presentes, começou por saudar, em nome da bancada do Partido Socialista, a intervenção do **Grupo Humanitário Dadores de Sangue da Covilhã**, “transmitindo, em nome do Partido Socialista e da bancada, o apreço e a total solidariedade pela admiração do trabalho que vocês desenvolvem em nome de toda a nossa Comunidade... Seria uma boa iniciativa se esta Assembleia Municipal e esta Câmara Municipal pudessem, de alguma forma, contribuir para incrementar e vos ajudar a desenvolver a vossa atividade. Eu sei que hoje a forma de colheita tem questões específicas e muito concretas, em termos técnicos, mas eu acho que todos nós, Assembleia Municipal, estaríamos disponíveis para, dentro das nossas disponibilidades, contribuir para essa colheita. Estou convencido que seria interessante e teria acolhimento por parte do Senhor Presidente da Câmara e da maioria do Executivo Municipal ou de todo o Executivo Municipal que pudessem, junto dos trabalhadores do Município, lançar uma campanha. Creio que estarão os Senhores Presidentes de Junta disponíveis para, junto das suas populações nos seus territórios, ajudarem esta nobre causa que serve a todos. Quero, em nome do Partido Socialista, agradecer a cada um de vós que lidera e que trabalha diariamente na associação, o trabalho que fazem porque engrandece não só a associação, a nossa Comunidade, mas salva efetivamente vidas de todos nós. Muito obrigado em nome do Partido Socialista.” -----

Relativamente à **Política Nacional**, saudou em nome o **Governo da República** pelos resultados que a governação tem trazido ao País. “Desde logo, soubemos hoje, por exemplo, que a Comissão Europeia retira o Governo daquela lista dos desequilíbrios macroeconómicos excessivos. São boas notícias para o País, más notícias para a Direita, para o CDS-PP e o Partido Social Democrata, mas são boas notícias para os Portugueses. Tivemos recentemente a notícia do crescimento de 2,7 % do PIB no último ano, em 2017, coisa que já não acontecia há cerca de uma década. Anteriormente, tivemos as notícias da baixa do desemprego, da redução do desemprego, o aumento da empregabilidade, o aumento da empregabilidade jovem, apesar de ainda estar em níveis preocupantes, a diminuição das assimetrias entre mais ricos e mais pobres

e, por essa via, a diminuição da pobreza, pese embora tenhamos resultados muito insatisfatório e que deve a todos pesar e motivar para o combate. Há uma questão que é inegável: efetivamente a geringonça, como alguém um dia a batizou, está a funcionar. Isto é mérito, por um lado, do Partido Socialista e dos Partidos que suportam o Governo do Dr.º António Costa na Assembleia da República.” -----

Aproveitou também para saudar o **Ministro Mário Centeno** que tinha sido eleito pelos seus pares para Líder do Eurogrupo e “esta é, porventura, talvez, a maior distinção que a política do Governo da nossa República teve, a nível europeu. Para todos aqueles que diziam que “*O Diabo vinha aí*”, creio que os dados, as evidências os desmentem para bem de todos nós e para bem do Povo. Estamos a fazer aquilo que devemos. Estamos a governar para o Povo, estamos a governar para diminuir as assimetrias, estamos a governar para quem precisa. Estamos a reverter o empobrecimento alegre a que nos tínhamos revoltado e condenado nos últimos quatro anos de Direita.” -----

A nível nacional, destacou: -----

- “a cerimónia, que aconteceu há dois dias, onde o Ministro Pedro Marques, com a presença da Comissária Europeia dos Transportes, Violeta Bulc, assinou na Covilhã a consignação da obra que ascende cerca de 52 milhões, que vai permitir a **requalificação e eletrificação da Linha da Beira Baixa** até à Guarda, antecipando em mais de um ano, aquilo que era uma obra há muito necessária e há muito solicitada por esta região. Vai permitir, por um lado, a questão da mobilidade mais amiga do Ambiente, colocando ao serviço do nosso território, das nossas pessoas, das nossas empresas, a capacidade de transportar mercadorias e pessoas, mobilizando e potenciando o transporte interurbano no eixo, que chamaria, Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco. Espero que, provavelmente daqui por um ano, estejamos senão a inaugurar, mas muito breve disso, a inaugurar, com uma primeira viagem, a requalificação da obra fundamental que parou e encerrou em 2009 e que, em boa hora, o Governo do Partido Socialista retomou e antecipou o que estava previsto para 2019; -----

- Não posso, também, deixar de lembrar que foi este Governo que reduziu e iniciou a trajetória da **redução das portagens** em 15%. Nós entendemos, somos subscritores de uma Moção nesse sentido, que é preciso ir mais além. O Senhor Presidente da Câmara teve oportunidade, cara a cara com o Senhor Ministro na cerimónia de consignação do contrato ferroviário, de lhe dizer que nós não somos ingratos, nós reconhecemos o esforço que tem sido feito por este Governo, reconhecemos que já foi iniciado este trajeto, mas é preciso ir mais além. É preciso, paulatinamente, ir reduzindo o valor das portagens para que efetivamente elas constituam como um fator de desenvolvimento territorial, social e económico dos nossos territórios. Não esquecemos é que, efetivamente, com este Governo já se deram passos nesse sentido. Pese embora seja insuficiente, o que é facto é que já foram reduzidas essas portagens.”
Relativamente à **Política Local** referiu que “Quero, por uma questão de cordialidade, quero dar os **parabéns ao Senhor Deputado**, que hoje não está, **João Vaz Caldeira**, pela recente eleição à frente dos destinos nos órgãos locais dirigentes do CDS-PP e desejar-lhe as maiores felicidades. Os partidos são fundamentais para a Democracia e é essencial, para a vida política da Covilhã, que os partidos funcionem. Quero desejar à nova equipa do CDS-PP as maiores felicidades. -----

Aproveito também para desejar à Senhora **Vereadora Suzete Ferreira** que, hoje aqui, substitui o Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes, as maiores felicidades e desejar-lhe boa sorte. É bom termos gente jovem nesta Assembleia, na Política e é também sobretudo bom que os partidos e os movimentos políticos honrem os lugares para onde foram eleitos. Infelizmente, nem sempre acontece assim. Nós vemos insistentemente, nesta Assembleia e nas reuniões de Câmara, que há gente, que há movimentos que foram eleitos, há pessoas que foram eleitas para ocuparem determinados lugares e que, insistentemente, não estou a questionar se os motivos são ou não válidos, não estou a dizer que podem ou não estar presentes, mas o facto é que não se fazem representar. Quero saudar, na pessoa da Senhora Vereadora Suzete Ferreira, a atitude responsável que o CDS-PP tem tido na sua substituição dos seus representantes nos órgãos quando os eleitos efetivos não podem estar presentes. -----

Quero também, com natural justiça, fazer o mesmo em relação ao **PSD** que elegeu a sua direção local, na pessoa do Senhor **Dr.º Luís Santos**, e quero também felicitá-lo por essa eleição. Peço ao representante do PSD que transmita este cumprimento e desejar-lhe boa sorte. Tem um trabalho longo pela frente. Efetivamente, o resultado e o desaire eleitoral do PSD, nas últimas eleições, não foram certamente aqueles que esperavam. Foram aqueles que o Povo da Covilhã se editou.” -----

Continuou dizendo, “tendo em conta aquilo que o Senhor Deputado João de Deus, com voz cândida e suave, nos aqui transmitiu, tendo em conta aquilo que tem sido os textos e as intervenções que a nova direção do PSD tem publicado e publicitado, eu não sei se estarão no bom caminho. Aquilo que nos aqui trazem é uma oposição destrutiva. Aos Senhores Representantes do PSD nunca lhes ocorreu, nos quase 20 anos que estiveram a frente do poder, da importância da **Provedoria do Município** na Câmara Municipal. Vêm hoje questionar, deixando suspeição, sobre aquilo que terá levado a Senhora Prof.ª Elisa Pinheiro a abandonar a Provedoria do Município. Senhor Deputado, nós nesta Câmara, no final do mandato passado, tivemos a oportunidade de votar um Voto de Louvor pelo trabalho que a Senhora Provedora exerceu e, certamente, saberão que, tanto a tomada de posse da Senhora Provedora ocorreu, não nos timings em que o Senhor Presidente pretendia, por questões de articulação com a sua disponibilidade, mas a sua saída também teve a ver com isso. É de má-fé vir hoje lançar suspeitas sobre os motivos que tenham estado por detrás do afastamento ou não renovação do mandato da Provedora Municipal. Este é um cargo de grande abnegação, um cargo exercido pró bono, um cargo em que a Provedora ou a futura ou futuro Provedor o exercem de acordo com a sua disponibilidade pessoal e compatibilizado com aquilo que são as suas funções profissionais. Não é um cargo pago. Não é um cargo remunerado pelo Município. É um contributo que a Câmara Municipal e o Partido Socialista deu à democracia na Covilhã. O PSD, infelizmente durante 20 anos de exercício de poder na Câmara Municipal, nunca o vislumbrou. O Senhor Presidente já teve oportunidade de transmitir publicamente na Comunicação Social sobre essa situação e que já escolheu o novo Provedor que, a seu tempo seguramente, trará aos órgãos e a esta Assembleia Municipal. O PSD lamenta que, ao fim de 5 meses, ainda não tenhamos o novo Provedor, mas não consegue reconhecer e fazer o *mea culpa* que andou 20 anos sem o criar, desprezando aquilo que era o Direito de Oposição e o direito de contestação dos Municípios. ---

Quando se fala de maioria, apesar desta maioria ser robusta, infelizmente e ainda não chegamos lá, talvez no futuro, às maiorias que o PSD atingiu no passado. E se hoje era preciso e é necessário um Provedor do Município porque temos uma maioria absoluta, o que se diria das maiorias absolutas do PSD nesta Assembleia Municipal, quando se fechavam as Assembleias Municipais proibindo aquilo que era a intervenção dos Municípios enchendo as cadeiras de nomeados políticos e de pessoas com o cartão partidário.” -----

Relativamente à **ICOVI**, “se bem se lembram, o Senhor Dr.º Carlos Veloso, quando foi nomeado pelo PSD, o PSD teve oportunidade de tecer comentários pouco elegantes, nomeadamente tendo em conta a sua idade, ... desqualificado de alguma forma porque estaria em fim de carreira. Hoje, o Dr.º Carlos Veloso é o “*Ronaldo*” da administração e da gestão. Para quê? Para tentar de alguma forma açoiar aquilo que é o novo Conselho de Administração da ICOVI. O novo Conselho de Administração da ICOVI foi eleito com base, exclusivamente, no critério de competência e de capacidade, com duas pessoas que merecem, a mim e ao Grupo Parlamentar do PS, todo o crédito e mérito. Por um lado, temos um Vereador que tem uma carreira empresarial que fala por si, com uma capacidade de gestão extraordinária, e temos o Dr.º Nuno Pedro que é também, felizmente, nosso colega na Assembleia Municipal que, para além de ser uma pessoa de uma inteligência absolutamente notável, tem um passado de gestão empresarial atrás de si. Não só já geriu empresas, como geriu outro tipo de associações profissionais e outras, que ditam bem a sua competência. A melhor resposta que a cidade da Covilhã vai ter para estas nomeações são exatamente o trabalho que o Conselho de Administração da ICOVI vai fazer e que já está visível nas candidaturas e na abordagem que tem sido feito, não só às questões que andam em curso (as Florestas, entre outros), mas o trabalho de reestruturação que tem sido feito e que vai continuar a ser feito, dotando de uma empresa de infraestruturas com capacidade de resposta.” Relembrou que quando tinham chegado à Câmara Municipal, em 2013, embora a ICOVI fosse uma empresa municipal de infraestruturas, não tinha quadro técnico. “Não tinha capacidade de ação e de intervenção, coisa que, neste momento, estamos a ganhar e que as pessoas estão a ver muitas delas no seu dia-a-dia... O Partido Socialista está muito confortável com esta indicação do Senhor Presidente da Câmara e que a melhor resposta vai ser dada exatamente com o trabalho que esta Administração vai fazer.” -----

--- Finda a intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia informou o recebimento, por parte da bancada do Partido Social Democrata, de Moção para Atribuição de **Voto de Louvor à Prof.ª Dr.ª Elisa Pinheiro** que passou a ler e que aqui se dá por integralmente reproduzida (doc. 06): -

“Atribuição de voto de louvor à Prof.ª Dr.ª Elisa Pinheiro -----

A Prof.ª Dr.ª Elisa Pinheiro foi a primeira Provedora do Município do concelho tendo desempenhado as funções de forma abnegada ao longo dos 20 meses do seu mandato. São de enaltecer as qualidades que se manifestaram na defesa intransigente dos municípios perante os órgãos e serviços municipais. Fê-lo de forma empenhada permitindo engrandecer a figura de Provedora do Município. -----

A notoriedade da Prof.ª Dr.ª Elisa Pinheiro sempre se orientou por servir a causa pública de forma exemplar. No exercício das funções de Provedora do Município não foi excepção. -----

Pelo exposto, entende o grupo de eleitos do PSD na Assembleia Municipal de Covilhã, ser de maior justiça e merecimento a atribuição de um Voto de Louvor à Prof.ª Dr.ª Elisa Pinheiro pelo desempenho das funções de Provedora do Município do concelho da Covilhã. -----

Covilhã, 7 de Março de 2018 -----

Grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã” -----

--- De seguida, foi concedida a palavra ao Senhor Dr.º David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), que iniciou dizendo que “O trabalho da **Prof.ª Dr.ª Elisa Pinheiro** dispensa apresentação e penso que o Voto de Louvor já foi dado no último mandato quando esta Assembleia Municipal, de pé, aplaudiu o trabalho feito pela Prof.ª Dr.ª Elisa Pinheiro.” -----

--- Depois de lhe ter sido dada a palavra, o Senhor Prof.º Vítor Manuel Reis Silva que começou por dizer que “nós podemos aprovar **Votos de Louvor** em cada mandato, em cada legislatura, mas o trabalho, de facto, já foi reconhecido. Esta Assembleia já aprovou um Voto de Louvor, portanto penso que é extemporânea a apresentação deste Voto de Louvor. A ser colocada à votação, como é evidente, nós voltaremos a votar favoravelmente, mas penso que é uma situação que se poderia evitar. A Provedoria do Município, criada pela maioria da Câmara desta Assembleia Municipal, também veio, de certa forma, ao longo do seu mandato, a revelar as fragilidades e alguma incapacidade da Câmara Municipal, governada pelo Partido Socialista, de dar resposta às sugestões e propostas que a Senhora Provedora fez ao longo do seu mandato. Tivemos a oportunidade de analisar, nesta Assembleia, os relatórios da Senhora Provedora e é visível e claro que o número de Municípios, que procuravam a Senhora Provedora, foi-se reduzindo ao longo dos tempos. Foi reduzindo ao longo dos tempos só com uma explicação. Não é porque os problemas desapareceram ou porque os Municípios deixaram de ter problemas. Os Municípios deixaram de reconhecer, na figura do Provedor, a capacidade de resolução dos problemas. Quando as expectativas das pessoas são defraudadas, as pessoas deixaram de acreditar. A Câmara Municipal criou o lugar, mas também, por essa via, pela via da incapacidade de dar resposta aos problemas colocados e às sugestões da Senhora Provedora, esvaziou também, de certa forma, o cargo ou a figura da Provedoria.” -----

--- Foi concedida a palavra ao Senhor Carlos Martins (Covilhã e Canhoso) que começou por dizer que subscrevia as palavras do seu colega, o Senhor Presidente da Junta do Tortosendo, e informou que iria fazer uma declaração de voto após a votação. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro disse: “Em nome da bancada do Partido Socialista, esta bancada votará todos os **Votos de Louvor** à Senhora ex-Provedora do Município,

a Senhora prof.^a Dr.^a Elisa Pinheiro. Também subscrevemos aquilo que já foi dito. Que nos parece, de alguma forma, extemporâneo. Reforço aquilo que já disse: o PSD chega atrasado a este debate. Este Voto de Louvor já foi, como foi referenciado, votado no último mandato. Não nos parece que seja necessário, no entanto, votaremos favoravelmente a este Voto de Louvor, sugerindo, porventura, que não seja um Voto de Louvor do PSD, mas que seja um Voto de Louvor de toda a Assembleia ou pelo menos o Partido Socialista mostra-se disponível para se associar ao texto da Moção de Voto de Louvor. Ainda a respeito deste assunto, ainda bem que hoje podemos estar a discutir se a Provedoria Municipal tem ou não tem utilidade, se tem ou não tem muitas ou poucas queixas ou se aumentaram. Mesmo contra a vontade de alguns nesta Câmara, nós criámo-la. O PS criou-a. O que é facto é que ela existe. O que é facto é que hoje estes Deputados Municipais se podem pronunciar sobre o número de queixas que foram tratadas e o número de queixas que foram resolvidas. Não estamos satisfeitos, evidentemente. Enquanto existir uma queixa, naturalmente que é nossa obrigação procurar dar resposta. Mas de facto, hoje sabemos e conseguimos quantificá-las. Se elas diminuíssem, isto são factos porque vêm no relatório da Senhora Provedora à última Assembleia. O que já entra no domínio da opinião e da especulação, é nós interpretarmos o porquê de irem reduzindo. Uns dirão “foi por falta de resposta”, outros dirão porventura “pela capacidade de resposta”. Aí, já entra no domínio da especulação e já entra no domínio da opinião das forças políticas. Quero, em nome do Partido Socialista, realçar novamente a criação deste instrumento que contribui para a qualificação da nossa Democracia e que dá um instrumento aos nossos concidadãos de se relacionarem com o poder autárquico e de reclamarem, dentro daquilo que são os seus direitos e legalidade, aquilo que são os problemas que, infelizmente, ainda temos dentro da nossa autarquia.” -----

--- Tomou a palavra o Senhor Dr.^o Luís Manuel Carreira Fiadeiro que, sobre o assunto, disse considerar que “em vida é que se deve dar o adequado reconhecimento às pessoas. Não me parece que haja aqui, da parte de quem propôs este Voto, qualquer extemporaneidade. Porque, após as novas eleições, este tema ainda não foi aqui suscitado. Estamos a fazer uma análise ou balanço do trabalho realizado pela **Prof.^a Elisa Pinheiro**. É justo e adequado. Relativamente à pessoa da Prof.^a Elisa Pinheiro, estamos todos de acordo. É uma pessoa de inegáveis qualidades humanas, técnicas e profissionais que nos merece todo o respeito e credibilidade. A nossa bancada irá aprovar esta Moção, propondo eventualmente à Mesa, parece-me que seja mais correto, em vez de ser uma proposta de um grupo específico, seja da Assembleia em si.” -----

--- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia disse que “não nos devemos apropriar daquilo que foi a iniciativa, duplicada ou não, do PSD. Se temos de repetir, temos de repetir o que está bem e não aquilo que está mal.” -----

De seguida, pôs a **Moção para Atribuição de Voto de Louvor à Prof.^a Dr.^a Elisa Pinheiro**, tendo sido **aprovada por maioria**, com um voto contra do Senhor Fausto Batista. Foram apresentadas as seguintes Declarações de Voto: -----

--- Senhor Fausto Herculano Branco Baptista: “O meu voto contra vai no sentido de, nada contra a Senhora ex-Provedora, mas tendo sido aprovada um Voto de Louvor no final do mandato anterior, não tendo prestado nenhum serviço neste mandato, não faz sentido estarmos a votar esta Moção. Como tal, voto contra.” -----

--- Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso): “Obviamente votei favoravelmente e lamento que o Líder da Bancada do PS, nesta Assembleia, não tenha tido esta iniciativa. Lamento também a última sua intervenção, relativamente à proposta apresentada pelo PSD.” -----

--- Senhor Prof.º Bernardino Gata Silva: “Eu votei favoravelmente esta Moção. Não pelos seus fundamentos, nem sequer pela sua apresentação. De facto, ela não é extemporânea. Ela nem sequer é redundante. Ou seja, é um objeto político que eu, naturalmente, considero, mas eu não me sinto vinculado à fundamentação da minha aprovação. Essa sim, definitivamente, está concentrada, de facto, no valor, no mérito, no grande mandato que fez a Dr.ª Elisa Pinheiro a quem eu confesso aqui mais profundos respetos e de quem privilegiadamente me sinto amigo.”

INTERVENÇÕES

--- Face ao número de inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia informou que iria dar 3 minutos para cada intervenção. Foi concedido o uso da palavra aos seguintes membros: -----

--- Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) que se dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara em exercício dizendo que não tinha ouvido a razão da ausência do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, esperando que não estivesse doente e que, se fosse o caso, endereçava-lhe as melhores. -----

Continuou dizendo “Nos últimos dias, tivemos dias abençoados. Felizmente, nos últimos dias, tivemos chuva. Estávamos a precisar dessa chuva para a nossa albufeira e para as albufeiras do nosso País. Falando em chuva, falo em água. Quero publicamente dizer o seguinte. Relativamente às **águas da Covilhã**, quero publicamente e perante a imprensa, e espero que alguns órgãos da comunicação social falem da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, dizer ao Presidente da Câmara em exercício, eu tenho a solução para o problema da compra dos 49% do privado na ADC. Quando o Senhor Presidente, que até gostaria que fosse o Prof.º José Armando, tiver disponibilidade, eu juntamente com outras pessoas terei todo o gosto de apresentar uma solução. Também podemos resolver outros problemas, nomeadamente da população, ajuda às empresas e IPSS’s... nomeadamente do terreno do José André. Há soluções. Duas boas notícias nos últimos dias. A **unidade de cardiologia de intervenção** que poderá ser uma realidade... Li um texto, no Jornal Forum Covilhã, do Senhor Deputado Pina Simão que diz o seguinte: “Foi a concretização de um sonho do Miguel Castelo Branco, do João Casteleiro, dos deputados João Marques e Horténsio Martins, entre outros.” Se me permitem, “entre outros” refiro-me ao Dr.º Teixeira, ao Senhor Presidente da Câmara da Covilhã, ao ex-Secretário de

Estado da Saúde o Dr.º Manuel Delgado e, já agora, a mim próprio. Foi o ex-Secretário de Estado da Saúde o Dr.º Manuel Delgado que, em diálogo com o ex-Vice-Presidente da Câmara da Covilhã, que por acaso era eu, e eu em diálogo com o Dr.º João Casteleiro vamos ter ou já temos um **novo equipamento para o TAC.**” -----

Relativamente à cerimónia de adjudicação da obra da **Linha da Beira Baixa**, referiu que quem tinha interrompido a obra tinham sido os senhores do PSD e o CDS, sendo um deles Vereador da Câmara Municipal. Informou que este processo da Linha da Beira Baixa tinha sido iniciado pelo Ex-Primeiro Ministro o Eng.º José Sócrates. “Não se esqueça das pessoas quando elas estão em baixo.” Ainda sobre a cerimónia, fez o reparo de que a Senhora Vereadora Dr.ª Regina Gouveia não era a responsável e ainda que tinha sido indecoroso que alguns Presidentes de Junta tenham sido convidados a levantarem-se para dar o lugar a pessoas que não representavam qualquer instituição. -----

Conhecendo vários empresários e investidores, transmitiu que, tendo o pelouro do urbanismo, gostaria de reunir com o Senhor Presidente da Câmara em exercício para falar de muitas e boas notícias sobre a **recuperação do Património Histórico.** -----

Falou ainda sobre o **Fórum Público em Defesa da Abolição das Portagens**, organizada pela Plataforma Contra as Portagens, onde tinham sido aprovadas várias ações. Tendo já efetuado uma reunião com os presidentes de juntas, no dia 6 de fevereiro, tendo participado 5 freguesias, fez a sugestão para que uma próxima junta, fazendo o convite à Junta de Freguesia do Tortosendo, promovesse uma reunião com os 21 autarcas para criação de um **Grupo Parlamentar de Juntas** “porque temos de estar unidos. Porque nós também temos o direito de ter o nosso Grupo Parlamentar nesta Assembleia Municipal.” Voltando ao assunto das ações aprovadas no Fórum Público em Defesa da Abolição das Portagens, disse que deveria ser disponibilizado um autocarro para cada Junta de Freguesia “para que possamos ir todos juntos à Lisboa a reivindicar aquilo que temos direito.” -----

Prosseguiu a sua intervenção dizendo “Muitas vezes, as cidades e os concelhos não se desenvolvem por culpa do Estado, mas também por culpa de alguns autarcas. Precisamos de lideranças fortes porque são muitos os **programas comunitários** que estão ao alcance das empresas, dos municípios, das IPSS’s e a população não conhece. Estou a olhar para o Líder da bancada do meu partido, do Partido Socialista, e dizer que as taxas de execução são pequenas na nossa região. Sobre os programas comunitários, também estou disponível para ajudar a minha Câmara, as freguesias, as IPSS’s, as empresas, para alavancarmos a criação de novos postos de trabalho.” -----

Felicitou o Senhor Luís Garra eleito **Presidente da União de Sindicatos de Castelo Branco** e o empresário covilhanense João Carvalho da **Quinta dos Termos** por ter ganho “um dos Óscares top 30 dos vinhos portugueses. Infelizmente houve pessoas que deixaram fechar a **Adega da Covilhã.** Um dia irei apontar quem foi.” -----

Felicitou a “Câmara Municipal, na pessoa da Senhora Vereadora do Pelouro da Comunicação, aos seus colaboradores, ao Francisco Afonso, ao Miguel Gigante e a todos os que estiveram na **BTL.** Estivemos muito bem com um stand digno que atraiu milhares de pessoas, mas também à

empresa **IMB-Hotéis** que esteve presente e também deu um bom nome da Covilhã a esta feira. Este ano vai realizar-se na Covilhã a **cerimónia dos novos médicos**. Quero sugerir aqui para que o Município, o Centro Hospitalar, a Assembleia Municipal, as freguesias possamos reunir para que a gente possa receber os novos médicos e para que a gente possa conversar com eles para que alguns possam ficar na nossa terra. -----

Quero novamente manifestar o meu apoio ao **Reitor da Universidade da Beira Interior**, ao Prof.º Fidalgo, a sua posição sobre a possibilidade da condução de várias em Lisboa e do Porto. Não resolve o problema. É preciso resolver o problema no financiamento da nossa universidade. Estivemos presentes, no passado domingo, junto do nosso colega Presidente da União de Freguesias do Barco e da Coutada. Temos de estar unidos e não tenham medo de nada para defender os interesses das nossas populações, relativamente à **Serra da Argemela.**” -----

Solicitou ainda ao Senhor Presidente em exercício, uma vez que a **Capela do Calvário tinha sido** vandalizada na semana passada, que mandasse “os serviços do DOP ou o Senhor Eng.º Jorge Vieira, um funcionário altamente competente, para que possam repor o pavimento no Largo do Calvário e na escadaria porque está-se a aproximar a Procissão do Passos, mas também é utilizado diariamente por todas as pessoas. -----

Para terminar, dizer que li a **entrevista do Senhor Vereador Adolfo Mesquita no Expresso**. Peço à sua substituta para lhe transmitir, conheço-o desde pequenino, mas a verdade é que o Senhor Vereador Adolfo Mesquita referiu-se à nossa cidade sobre algumas questões, mas esqueceu-se das questões sociais. E agora vem dizer que recebeu dezenas de cartas... para se referir à reavaliação do valor mínimo das rendas sociais. Eu quero dizer à representante do CDS que temos na Câmara Municipal da Covilhã uma Vereadora responsável, competente, sensível e solidária que é a Senhora Vereadora Regina Gouveia, que está atenta. -----

Também se referiu que está tudo por fazer na Serra da Estrela ou que falta muito a fazer na Serra da Estrela. Um Senhor que foi Secretário de Estado do Turismo vem dizer que está tudo por fazer no Turismo da Serra da Estrela. -----

Parabéns à Câmara Municipal da Covilhã por resolver o problema dos **Precários.**” -----

--- Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto que se dirigiu ao Senhor Carlos Martins dizendo que “o Senhor é um homem com muito bom senso e sabe que, quando não há dinheiro, não se fazem obras. De qualquer maneira, o Governo do PSD-CDS tinha um plano de recuperação da **Linha da Beira Baixa**, simplesmente não havia condições económicas para o fazer.” -----

Continuou dizendo “Em relação à entrevista do Dr.º Adolfo Mesquita Nunes, eu penso que todos nós concordamos, independentemente das causas, que há muita coisa para se fazer na Serra da Estrela. Não vejo qualquer problema o facto de o Senhor ter dito isto.” -----

--- Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro que, tendo sido o seu nome mencionado na intervenção do Senhor Carlos Martins, referiu “de facto eu não me reuni com ele, nem estive com ele. Que

fique claro. -----
la dar, uma vez mais, uma **sugestão à Mesa** que se são 3 minutos, são 3 minutos. Parece-me que foram 15 minutos. Senão saímos como da última vez. Estivemos aqui 8 horas.”

--- Dr.º David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) que, como tinha sido lançado um **repto à Junta de Freguesia do Tortosendo**, disse “Sem dúvida que o trabalho em conjunto com os Presidentes de Junta é muito importante e uma mais valia para o Concelho. Eu acho que a reunião e o convívio dos Presidentes de Junta passam por estarem todos presentes em várias iniciativas que o Concelho tem levado por diante e a Câmara Municipal. Se estiverem todos presentes podemos dar passos largos em prol do Concelho.” -----

--- Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro que apresentou o seguinte **Voto de Louvor aos Covilhanenses José Luís Mendes e António Fonseca** que, a seguir, se dá por integralmente reproduzido (doc. 07): -----

“VOTO DE LOUVOR -----

No passado dia 10 de fevereiro, foi escrita mais uma página de ouro no desporto português: conquista do campeonato da europa de seniores masculinos em futsal. Raça, determinação, dedicação, sacrifício, competência e sabedoria foram qualidades da equipa Portuguesa, que não só prestigiou como levou aos sete cantos do mundo o bom nome de Portugal. Desta extraordinária equipa fizeram parte duas pessoas da Covilhã: José Luís Mendes, como treinador adjunto e António Fonseca como enfermeiro chefe. -----

Dois cidadãos do concelho da Covilhã, há muito dedicados ao futebol, nomeadamente ao futsal. -----

José Luís Mendes, licenciado em Educação Física, professor no Agrupamento de Escolas de S. Domingos. Foi atleta da Associação Desportiva da Estação e como treinador exerceu tal atividade não só na referida Associação Desportiva da Estação, bem como noutros clubes na região, nomeadamente na Estrela do Zêzere da Boidobra e na Associação Desportiva do Fundão. -----

António Fonseca, enfermeiro que exerce sua atividade no Centro Hospitalar da Cova da Beira – Hospital Pêro da Covilhã, no departamento de ortopedia. Também ele a exercer sua atividade em clubes da região nomeadamente na Associação Desportiva da estação e na Associação Desportiva do Fundão. -----

Dois excelentes profissionais. Dois seres com inegáveis qualidades humanas reconhecidas pela comunidade. -----

Duas pessoas que com o seu trabalho, dedicação, entrega, espírito de sacrifício e sabedoria, muito contribuíram para o sucesso da equipa portuguesa. -----

Duas pessoas do concelho da Covilhã, que aqui exercem as suas atividades profissionais que muito honraram o nome da cidade e do concelho da Covilhã. -----

Duas pessoas que merecem da nossa parte, o adequado e legítimo reconhecimento. -----

*Assim o grupo parlamentar do Movimento “De Novo Covilhã” propõe a esta Assembleia que seja aprovado um **VOTO DE LOUVOR** a **José Luís Mendes e António Fonseca**, pelo seu contributo no título do campeonato europeu de futsal, conquistado por Portugal no dia 10 de fevereiro deste ano na Eslovénia. -----*

Caso seja aprovado o VOTO DE LOUVOR solicita-se que tal seja dado conhecimento para além dos visados, à Associação de Futebol de Castelo Branco e Federação Portuguesa de Futebol. -----

Covilhã 07 de março de 2018 -----

Os proponentes -----

Luís Manuel Carreira Fiadeiro -----

Bernardino Gata da Silva -----

António João Rodrigues -----

Fausto Baptista” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Voto de Louvor aos Covilhanenses José Luís Mendes e António Fonseca**, tendo sido **aprovado por unanimidade**.

--- O Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro fez a seguinte Declaração de Voto: -----

“Nós também tínhamos preparado uma Moção neste sentido de saudação e felicitação aos Covilhanenses Campeões Europeus, ao Senhor Enfermeiro António Fonseca e ao Senhor Professor José Luís Mendes, e votamos favoravelmente esta moção, naturalmente, regozijamos pelos resultados alcançados e associamo-nos também a essa moção, dispensando já, no período do antes da ordem do dia, onde eu ia intervir apresentando esta moção. Não faz sentido. Será redundante pelo que nós nos consideramos também representados nesta moção em nome de toda a Assembleia.” -----

--- Prof.º Vítor Reis Silva apresentou a **Moção “Comemorações do 25 de Abril”** que a seguir se dá por integralmente reproduzida (doc. 08): -----

“Moção -----

Comemorações do 25 de Abril -----

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhores Vereadores, -----

Exma(s) Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, -----

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

Em 2018, o povo português comemora os 44 anos do 25 de Abril de 1974 –da Revolução de Abril. -----

Considerando que a Revolução de Abril, realização histórica do povo português, ato de emancipação social e nacional, constituiu um dos mais importantes acontecimentos da história de Portugal; -----

Considerando também que o heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido por um levantamento popular, transformou profundamente a realidade nacional e teve importantes repercussões internacionais; -----

Considerando ainda que a Revolução de Abril pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas políticas, económicas, sociais e culturais – que, alicerçadas na afirmação da soberania e independência nacionais, abriram a perspetiva de um novo período da história dos trabalhadores e do povo; -----

Considerando, por último, que os grandes valores da Revolução de Abril criaram profundas raízes na sociedade portuguesa e projetam-se como realidades, necessidades objetivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal; -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 7 de Março de 2018, recomenda à Câmara Municipal: -----

1 - Que promova comemorações populares do 44.º Aniversário da Revolução de Abril em todo o concelho, envolvendo os agrupamentos políticos desta Assembleia, as Juntas de Freguesia, o movimento sindical, as coletividades e as populações; -----

2 - Que promova a constituição de uma comissão organizadora alargada e de uma comissão executiva assegurando comemorações que tenham por base a divulgação e a necessidade de manutenção e defesa dos princípios e valores da Constituição da República.

Os proponentes” -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a **Moção “Comemorações do 25 de Abril”**, tendo sido **aprovada por maioria**, com 2 abstenções. -----

--- Prof.^a Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto apresentou as seguintes duas **Moções** que a seguir se dão por integralmente reproduzidas (docs. 09 e 10): -----

“Moção n.º 1 -----

Os emigrantes portugueses representam uma parte da nossa população que mais tem contribuído para levar a nossa cultura e história a conhecer ao Mundo. São pessoas com coragem, garra, vontade de dobrar a vida. Isso saberão muitos dos aqui presentes, porque também a Beira Baixa tem visto os seus filhos partirem pelos quatro cantos da Terra, à procura de novos desafios. -----

Representam, também, uma mais-valia económica para o nosso País. Nos anos da Troika, as remessas de emigrantes contribuíram para a balança de pagamentos nacional em valores que rondam os 2.400 a 3.300 milhões de euros. Estas contribuições continuam a aumentar – em 2017, o total foi de cerca de 3.500 milhões. -----

Quero chamar a atenção para uma comunidade de 500 mil luso-descendentes, que se encontra atualmente vitimizada por um profundo caos económico e social: refiro-me, como saberão, à situação na República Bolivariana da Venezuela. -----

A Venezuela é muito longe, e a Covilhã é muito pequenina, é certo...MAS TAMBÉM AQUI EXISTEM PESSOAS QUE SÃO AFETADAS PELA DRAMÁTICA SITUAÇÃO VIVIDA NAQUELE PAIS DA AMERICA LATINA E CUJAS FAMÍLIAS AINDA ESTÃO SOB AMEAÇA. Se não forem as comunidades regidas por preceitos democráticos, independentemente da sua dimensão ou da importância que os outros lhes possam atribuir, a tentar melhorar este mundo, então pergunto-Vos: quem o fará? -----

Assim sendo, apresento aos Senhores Membros desta Assembleia/deputados Municipais, esta moção de apoio a todas as iniciativas que o Governo Português está a desenvolver, e que esperamos continue a desenvolver, de suporte à comunidade portuguesa na Venezuela – tanto em termos de melhoria das suas condições económicas e de saúde, como GARANTIR OS MECANISMOS DE REPATRIAÇÃO ADEQUADOS – pedindo o Vosso acordo para a sua aprovação, DEVENDO SER DADO CONHECIMENTO DA MESMA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E EMBAIXADOR DE PORTUGAL NA VENEZUELA. -----

Grupo parlamentar do CDS -----

7 março 2018" -----

Moção n.º 2 -----

“Em Outubro de 2017 repetiu-se na zona centro do País um cenário de calamidade onde muitos portugueses perderam a vida e os seus meios de subsistência. Na ânsia de salvar a face, o país, "gerido" a partir de Lisboa, onde não se sabe o que é uma árvore, um olival ou uma vinha - iniciou uma campanha de "limpeza" que redundou na destruição de árvores feita de forma indiscriminada, alavancada no terror à multa das populações e alicerçada numa autonomia municipal que, sem dotações específicas para o efeito, nada tem de autónoma levando os municípios a uma política literalmente de terra queimada. -----

Reflexivamente à voz do dono, a mentalidade do "é preciso limpar a qualquer custo" prevaleceu e prevalece nos passos do conselho da Covilhã, tendo saído à rua: procedeu-se à destruição indiscriminada de árvores com mais de 12 anos um pouco por toda a cidade, sob as vagas e infundamentadas ideias de que não só ficaria mais segura, mas também, mais bonita, ademais evitando a sujidade e as alergias, ideias que só um urbanismo miópico pode justificar. -----

A arborização urbana ajuda a mitigar os impactos negativos da mudança climática e das consequências sociais da urbanização, tornando as cidades mais resilientes a estas modificações, contribuindo para a sustentabilidade socioeconómica e ambiental. -----

A arborização urbana permite: -----

– *Aumento da biodiversidade urbana -----*

– *Integração de gases de estufa -----*

– *Controlo da temperatura atmosférica -----*

– *Filtração de poluentes e partículas -----*

– *Melhoria da saúde física e mental das populações -----*

– *Prevenção de cheias e desastres naturais -----*

– *Conservação de energia -----*

– *Criação de valor -----*

PERANTE AS ERRÁTICAS E CONSTANTES DERIVAS EM MATÉRIA AMBIENTAL DESTA MUNICÍPIO SOMOS FORÇADOS A QUESTIONAR: -----

EXISTE UMA ESTRATÉGIA E/OU POLÍTICA AMBIENTAL NESTE MUNICÍPIO? -----

QUAL É? O QUE TEM SIDO FEITO PARA ASSEGURAR O PATRIMÓNIO NATURAL QUE AINDA DETEMOS E QUE É, SEGURAMENTE, O PRINCIPAL ATRATIVO DE QUEM NOS VISITA? -----

Assim sendo, o CDS vem propor uma moção de repúdio à atual política ambiental desta Câmara – que destrói árvores sem motivo justificado, que não constrói estruturas de retenção de água nem incentiva à construção destas pelos privados, para tentar compensar a falta da retenção feita pelas árvores destruídas, e que está a transformar a Covilhã num aglomerado de betão e de cimento. -----

Edisse. -----

Grupo Parlamentar do CDS -----
7/3/18” -----

--- Relativamente à primeira moção apresentada, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) que disse: “A moção começa com um texto muito bonito relativamente a todo o legado dos emigrantes portugueses por esse mundo fora, a chamada Diáspora, para ir a um caso muito concreto dos emigrantes portugueses na Venezuela, fazendo e relatando aqui para a política aquilo que são as chamadas “fake news” que aparecem e que são, facilmente, partilhadas por esse Facebook fora e que nos atiram, à semelhança da Síria, “areia para os olhos”. Quando se fala da questão da Democracia, quando se introduz essa questão da Democracia na Venezuela, pretendia que se explicasse, no concreto, qual é que é o sistema democrático que não existe na Venezuela que era para “tirar a limpo” essa questão para ponderar o nosso sentido de voto relativamente a isso.” -----

--- Tendo-lhe sido dada a palavra, a Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto respondeu que “não falámos no sistema político que existe na Venezuela. Falámos no sistema causa económico-social, independentemente do tipo de regime que existe, há regimes democráticos em que as coisas não funcionam. Neste não está a funcionar e os nossos concidadãos estão a sofrer na pele esse problema.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a moção era um apoio às políticas do Governo sobre esta situação. Não havendo mais intervenções, a **moção** foi posta à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com 4 abstenções. -----

--- Foi apresentada a seguinte Declaração de Voto por parte do Prof.º Bernardino Gata Silva: ---

“Individualmente votei favoravelmente esta moção por estar de acordo na tramitação argumental que é, de facto, bastante aproximada da cruel realidade e para dizer claramente que a grande parte, uma percentagem quase fatal, se deve a uma política de terra queimada e

que não podemos andar com águas quentes a sufragar, por qualquer efeito, políticas do Senhor Maduro ou de outros Maduros que há por esse mundo fora.” -----

--- Relativamente à **Moção de repúdio** à atual política ambiental desta Câmara, o Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro disse que “a bancada do Partido Socialista vai rejeitar esta moção pelo simples facto de que ela não tem qualquer adesão com aquilo que é a realidade. O CDS não pode vir, por um lado, criticar a Câmara porque não abate árvores que estão podres e, por outro lado, vir condenar a Câmara porque anda a promover o abate de árvores. O CDS não reconhece, tendo em conta que isto seria uma moção no âmbito da política ambiental, o trabalho que tem sido feito em termos florestais. Pela primeira vez, esta Câmara Municipal tem um Plano Municipal de Proteção pela Floresta. Tem sido desenvolvido um trabalho intenso e muito profícuo com os vários agentes no território nesta área e, só por populismo exacerbado e por interesse de ataque político desta maioria, se pode dizer que a Câmara Municipal despreza o meio ambiente e não tem estratégia e política em termos ambientais. Por esse motivo, o Partido Socialista não pode e, em nome da verdade, não deve votar favoravelmente esta moção.” -----

--- O Senhor Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) disse “temos acompanhado aquilo que tem sido o trabalho da Câmara Municipal, relativamente às faixas de gestão de combustíveis, com o trabalho em parceria nas juntas de freguesia e com a GNR, com a divulgação daquilo que é a legislação e não temos assistido aquilo que o CDS coloca na Moção como um grave atentado ambiental. Exatamente no seguimento da Moção anterior, é uma estratégia utilizada pelo CDS de branqueamento, ou seja, colocam o assunto em cima da mesa para falar doutro. E, aqui, o outro é o branqueamento daquilo que não foi o cumprimento da Lei que já existe há não sei quantos anos pelo Governo PSD/CDS.” -----

--- Não havendo mais intervenções, a **Moção de repúdio** foi posta à votação, tendo sido **rejeitada por maioria**, com 5 abstenções e 4 votos a favor. -----

--- O Senhor Fausto Herculano Branco Baptista apresentou a seguinte Declaração de Voto: -
“A abstenção é no sentido de, não sendo contra a limpeza e a esta necessidade que há de limpeza das faixas de contenção e que, às vezes, obriga ao abate de árvores, como não temos conhecimento daquilo que é aqui dito, somos obrigados a votar em abstenção. Não vamos votar a favor, nem contra. Ficamos na abstenção porque não temos conhecimento de nenhum lado concreto daquilo que aqui foi dito na Moção.” -----

--- O Senhor Prof.º Bernardino Gata Silva disse: “Faz agora 39 anos ou já fez, noutra sede física, ocupei a cadeira que está a ser ocupada pelo Senhor Presidente desta Assembleia Municipal Dr.º João Casteleiro. Em 1979, com o patrocínio do Partido Popular Democrático, eu fui eleito Presidente da Assembleia Municipal. As minhas primeiras palavras, Senhor Presidente, são para lhe **desejar um bom mandato**. Um mandato que certamente Vossa Excelência vai configurar à sua forma de estar na vida, ao seu sentido humanitário, à sua

elevada função de cidadão e pode contar com a nossa bancada para o maior respeito por esta instituição. Uma forma de respeitar esta instituição é a forma como, no assento de cada deputado, honesta tribuna, somos capazes de, naturalmente, demonstrar àqueles que em nós votaram que a Democracia e a Política são uma arte nobre. É nessa nobreza que todos nos devemos esforçar por demonstrar. -----

Já hoje aqui tivemos contraditórios excessivos, até na linguagem. Não está aqui já o orador que me antecedeu há um longo período, que é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Covilhã e que saiu e que não me deu hipótese de exercer logo o contraditório e dizer claramente que há limites. Por exemplo, fiquei a aprender hoje como é a anatomia masculina ou como não deve ser. Ou fiquei a aprender hoje também o facto de como se pode ser oposição à oposição, ao poder e a todos. Havia um anarquista espanhol, chamado Millôr Hernandez, que dizia assim: “Se hay gobierno, soy contra. Se no hay gobierno, soy contra.” É muito fácil. Tenhamos sempre atenção aos termos, à linguagem e aos limites temporários. É uma questão de educação. -----

Senhor Presidente, queria ainda voltar à apresentação, que foi muito bonita, aquilo que eu chamo de um bom proselitismo **da Associação Humanitária dos Dadores de Sangue**. Quero dizer também que, há 38 anos, eu era sócio da Associação Humanitária quando ela foi fundada e que tive o privilégio de ser Presidente do Conselho Fiscal. Vou propor oralmente que se constitua um dia em que os eleitos, num dia próprio, numa cerimónia, num ato de grande cidadania e socialidade, dessem sangue nesse dia. Infelizmente, estou a fazer esta proposta porque, há aqui 3 anos, convidei a Associação Humanitária, no âmbito da Liga dos Amigos do Centro Hospitalar da Cova da Beira, e fui dar sangue. Para minha surpresa ou não, não me deixaram dar sangue. Bom sangue tenho eu e dado tenho a mais... -----

Dizer-vos também, antes da ordem do dia que já está prolongadíssima, há que mudar, há que estudar e temos aqui excelentes líderes parlamentares que poderão fazer um trabalho profundo de **revisão regimental**. As coisas não podem permanecer eternamente. Já o Senhor Leonardo Da Vinci dizia que a única coisa que permanece é a mudança. E nós também temos de mudar de forma a adequar e tornar mais ágil simultaneamente e menos castigador para cada um de nós, mulheres e homens que aqui estão, que têm a sua vida privada e que não podem sair daqui às tantas da noite. -----

Senhor Presidente, reitero-lhe os votos de um excelente mandato. Conte connosco e conte, em especial, comigo.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu as palavras do Senhor Prof.º Bernardino Gata Silva e, de seguida, passou a palavra ao Dr.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada) que apresentou a **Moção contra a concessão da exploração mineira na Serra da Argemela** que a seguir se dá por integralmente reproduzida (doc. 11): -----

“Moção -----

Considerando que: -----

1. O parecer da Comissão de Avaliação da Agência Portuguesa do Ambiente, elaborado na sequência da análise da Proposta de Definição de Âmbito entregue pela empresa PANNN, Consultores de Geociências, Lda., no qual se refere que na zona prevista para exploração mineira na Serra da Argemela, de entre os vários minerais a serem extraídos, se encontram o céσιο e o rubídio, recursos geológicos que se caracterizam pela sua radioatividade a qual, mesmo em pequenas quantidades, é fator de risco muito elevado em problemas de saúde como a infertilidade e o cancro. -----
2. Está implícita a destruição de uma Serra (resultado de uma mina a céu aberto com as características como a que se pretende, com a construção de infraestruturas e com a área de exploração pedida), e em sequência da fauna, da flora e do património arqueológico. -
3. Serão altamente prejudiciais os efeitos da poluição atmosférica e os impactos no rio Zêzere e nos solos, tanto a jusante como a montante. -----
4. A inalação de partículas soltas, a exposição a vibrações e ruído constante, a exposição a metais pesados e águas contaminadas, a exposição à radioatividade do céσιο e rubídio agravam claramente os riscos para a saúde das populações circundantes, assim como aniquilam irreversivelmente a qualidade de vida que atualmente existe na região; -----
5. A gravosa penalização que irão sofrer os investimentos feitos no património imobiliário (urbano e rústico) e o turismo local, bem como o afastamento de futuros investimentos nessa área. -----

Face ao descrito, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 07 de março de 2018: -----

- pronuncia-se contra a concessão da exploração mineira na Serra da Argemela; -----
- envia esta moção aos Grupos Parlamentares; -----
- envia esta moção ao Ministério do Ambiente; -----
- envia esta moção ao Ministério da Economia; -----
- envia esta moção à Presidência da República; -----
- envia esta moção à Comissão Parlamentar do Ambiente; -----
- envia esta moção à Direção-Geral de Energia e Geologia. -----

Luís dos Reis Morais -----
Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Barco e Coutada” -----

O Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada) aproveitou ainda para agradecer a quem os tinham acompanhado no domingo e ainda a quem não o puderam fazer por motivos válidos. -----

--- Após inscrição, tomaram a palavra os Senhores: -----

--- Prof.º Vítor Manuel Reis Silva referiu que a **posição do PCP**, relativamente “a esta situação

que tem movimentado as massas e as pessoas do Concelho”, constava num texto aquando apresentação da resolução na Assembleia da República. Relembrou que “na Assembleia da República, dos vários projetos de resolução, todos eles foram aprovados para que a Assembleia da República encontre e chegue a uma resolução única. As posições são diversas e diferentes e cada resolução tem as suas nuances. Daí, nós também, no direito de termos uma opinião independente e autónoma, aqui vai a nossa: -----

Sendo legítima estas dúvidas e inquietações, o PCP entende que o país não pode, à partida, rejeitar a necessidade de conhecer e ponderar o aproveitamento dos seus recursos geológicos e minerais. O país e o povo têm o direito de conhecer os seus recursos e potencialidades, assim como têm o direito de potenciar o seu aproveitamento, contribuindo assim para a criação de riqueza, e também para a substituição de importações por produção nacional, reduzindo a nossa dependência de terceiros, compatibilizando obviamente com a defesa e proteção ambiental, o bem-estar das populações e o interesse nacional. -----

É preciso estudar, avaliar, ponderar! Estudar a viabilidade da sua exploração comercial e os potenciais benefícios. Avaliar os riscos ambientais e a possibilidade de os minimizar. Ponderar os impactos noutras atividades económicas. Só com esse estudo, essa avaliação e essa ponderação é que o país estará em condições para, de forma esclarecida, tomar uma decisão. Os interesses nacionais não podem ser comprometidos junto de qualquer empresa do setor energético, pelo que o PCP considera que deve ser suspenso o processo com vista à atribuição de contrato de concessão de exploração mineira na Argemela, sem que antes, sejam realizados os necessários estudos de impacto ambiental e económico e da promoção do amplo debate público, disponibilizando toda a informação. -----

Simultaneamente, o Governo deverá tomar todas as medidas adequadas para a recuperação do controlo público sobre a prospeção e exploração de recursos geológicos e minerais, assim como para o desenvolvimento das capacidades técnicas e científicas neste setor. -----

Assim, a resolução do PCP vai neste sentido: -----

1. Que o Governo promova um amplo debate público, envolvendo as populações e as autarquias sobre a eventual exploração mineira na Argemela e tenha em consideração as questões suscitadas no âmbito deste processo; -----
2. De acordo com a legislação em vigor, seja divulgada toda a documentação a propósito da solicitação de contrato de concessão de exploração mineira na Argemela; -----
3. No âmbito da avaliação de impacto ambiental para uma eventual exploração mineira na Argemela, seja igualmente avaliado os impactos desta atividade no plano ambiental, da saúde pública, da paisagem, nas atividades produtivas, em particular a atividade agrícola e segurança alimentar e noutras atividades económicas desenvolvidas na região, incluindo o turismo e defina as medidas que devem ser adotadas para minimizar esses riscos; -----
4. Assegure o reforço das medidas de monitorização e de prevenção de riscos resultantes de uma eventual exploração mineira na Argemela e preveja um mecanismo de compensação das populações e das localidades mais próximas; -----
5. Desenvolva as medidas necessárias para o reforço de pessoal e de meios materiais das

entidades especializadas da Administração Pública, designadamente do Laboratório Nacional de Energia e Geologia e da Direção-Geral de Energia e Geologia, e para a valorização destas entidades e do seu papel no desenvolvimento das capacidades do Estado no setor geológico e mineral; -----

6. Garanta a intervenção do Estado e o controlo público nos processos de prospeção, pesquisa e exploração dos recursos geológicos e minerais do nosso país, assegurando que a exploração desses recursos é colocada ao serviço do desenvolvimento económico, do progresso social e dos interesses nacionais; -----
7. Até à conclusão do processo de avaliação dos impactos de uma eventual exploração mineira na Argemela, suspenda o processo para a celebração de contrato de concessão de exploração mineral em curso na referida área.” -----

Como vêem facilmente da leitura que fiz, existem de facto posições diferentes neste processo. Enquanto que uns dizem “não se explore” porque não se explore. Porque a paisagem irá desaparecer, irá sofrer. Porque uma empresa privada não nos garante que não existe impactos ambientais. Mas a verdade é que a riqueza existe. É um recurso natural e penso que o nosso país não está em condições económicas para deixar de aproveitar aquilo que tem. Mas, como é evidente, também defendemos uma grande diferença: nós não defendemos uma concessão a uma empresa privada, mas sim que seja o próprio Estado. Que aproveite os recursos. Que os explore e que garanta de facto às populações todas as preocupações ambientais e assegure também que as mais-valias regressem às populações e as populações possam beneficiar delas. É essa a nossa posição... Estamos a ter uma atitude racional perante uma riqueza que existe. Não estamos a ter uma atitude racional perante as preocupações das populações que são legítimas, são válidas, são preocupantes, mas também não nos podemos esquecer e saliento, e quem conhece a zona ela existe hoje, existe uma empresa que explora caulino que está completamente a destruir Argemela. Eu penso que esta seria uma prioridade para essas preocupações e não as vejo colocadas em cima da mesa. Estamos a falar numa eventual exploração daqui uns anos, esquecendo que hoje, neste momento, já existe uma exploração que está a pôr em causa os tais impactos ambientais e o desaparecimento de uma paisagem como aquela que a população as defende. Não iremos votar a favor. Não iremos votar contra, porque pensamos que isto carece de mais estudo, de uma avaliação racional para que a decisão seja de facto do interesse do País e do interesse das populações.” -----

--- Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro informou que também tinham uma Moção para apresentar sobre o mesmo tema, em sintonia com aquela que tinha sido exposta, pelo que iriam retirá-la e votar favoravelmente, economizando tempo. -----

--- O Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), relativamente ao que foi dito pelo Senhor Prof.º Vítor Manuel Reis Silva, respondeu que “a questão do caulino que lá existe já foi posta em causa. A exploração já foi cancelada. Aquilo acabou em 31 de dezembro e continuam a fazer a exploração.” -----

--- Não havendo mais intervenções, a Moção foi posta à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com 6 abstenções. -----

--- Concedida a palavra, a Dr.^a Rosália Isabel Duarte Rodrigues fez a seguinte intervenção que a seguir se dá por integralmente reproduzida (doc. 12): -----

**“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã e Mesa da Assembleia, ---
Exmo. Senhor Presidente da Câmara em exercício, -----
Senhora e senhores vereadores, -----
Senhoras e senhores deputados desta assembleia, -----
Exmos. Senhores presidentes de junta, -----
Senhoras e senhores jornalistas, -----
Estimado público aqui presente, -----
Minhas senhoras e meus senhores, -----**

Nesta minha intervenção, eu poderia começar por dar os Parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e ao executivo pelas boas notícias recebidas nas últimas semanas. Poderia e posso, é merecido. Mas, permita-me Sr. Presidente em exercício da Câmara Municipal da Covilhã que dê os Parabéns, em primeiro lugar, aos covilhanenses: -----

– Parabéns pela consignação da obra que modernizará e que reabilitará o troço Covilhã-Guarda e por toda a amplitude desta empreitada, por tudo o que significa para o Interior do país e para o desenvolvimento económico da nossa região, sobretudo do nosso concelho; -----

– Parabéns pelas boas notícias dadas ao Centro Hospitalar da Cova da Beira, pela melhoria das condições de saúde e de acesso a ela pelos utentes; (Falo do investimento que irá ser feito na área cirúrgica, mas também na unidade de cardiologia de intervenção) -----

– Parabéns, também, pela visibilidade que a marca Covilhã alcançou, na sua participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, uma prova clara de que o município da Covilhã soube valorizar o que de melhor nós temos, para dá-lo a conhecer na maior feira de turismo nacional, e com o devido reconhecimento; -----

– Parabéns, ainda, pelo reforço dessa marca durante os festejos do Carnaval da Neve, tão covilhanense, tão nosso. -----

Caras e Caros Covilhanenses é para todos nós que esta Câmara socialista trabalha, todos os dias, e por isso todos estamos de Parabéns, por tudo o que se auspicia, no presente e

*também no futuro. -----
Não será necessário dizer aqui, agora, todas as consequências positivas destas medidas. Todos nós sabemos que as infraestruturas são fundamentais para o desenvolvimento económico. -----*

A saúde é fundamental e primordial para o bem-estar das populações e, por isso, também hoje aqui recebemos o Grupo Humanitário Dadores de Sangue. Sendo que, para além dessas medidas referidas, a Comissão de saúde confirma, ainda, a abertura de concurso, , para o maior número de médicos especialistas da região da Beira Interior para o Centro Hospitalar da Cova da Beira. -----

Dizer então que a Covilhã está a perder protagonismo! -----

Senhoras e senhores deputados, a Covilhã a perder protagonismo neste momento quando, há muito pouco tempo, a Covilhã foi vetada de qualquer discriminação positiva por parte de um governo PSD/CDS? -----

Senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores aqui presentes: -----

Sejamos honestos: uma premissa deste género é querer desviar atenções para questões de somenos importância, apenas para não dar o devido reconhecimento aos passos que vamos dando e que colocam a Covilhã, sem dúvida alguma, no cume da montanha da nossa região. Essa e outras questões que também já aqui foram apresentadas pela oposição, a oposição de Direita. -----

O investimento que o governo está a fazer na Beira Interior é uma medida estratégica nacional e regional muito importante para nós. E foi, aqui, na Covilhã que foi feita a consignação do corredor internacional norte, referente à linha da beira baixa. Foi aqui na Covilhã! -----

Este passo que demos aqui, na segunda-feira passada, em conjunto com o governo socialista, e com a confiança da união europeia é mais do que uma oportunidade para o Interior do país. É uma realidade. É real, não é só potencial. -----

Sim, porque iremos ter, com certeza mais investimento no interior, mais exportações, mais desenvolvimento económico e social. Pois, todos sabemos que os transportes e infraestruturas são cruciais para o desenvolvimento de um país. E é neste caminho, num caminho de investimento público, público, que se pode esperar mais investimento privado depois, à posteriori. Assim, sim, haverá consolidação económica: mais investimento privado, e também mais exportações, que equilibram a nossa balança comercial. -----

É isto que caracteriza os socialistas. É isso que nos caracteriza aqui também: apostamos no

bem-estar social, para que assim sejam criadas as condições de prosperidade. -----

Uma outra área fundamental para o futuro e que gostaria também de referir: -----

Prevenir o risco de incêndio: *nós estamos a combater, na linha da frente, a maior ameaça à segurança interna do país. Todo o concelho está mobilizado para a prevenção dos incêndios florestais. Cerca de meio milhar de euros em candidaturas já aprovadas e que entrarão em curso, em breve, para limpeza de Rede Primária entre outras medidas de prevenção. E cerca um milhão e meio candidatados, que se encontram em fase de análise. -----*

É notória uma conjugação de esforços para que os recursos escassos que todos temos possam produzir os melhores efeitos na área da prevenção dos fogos. De salutar por isso o trabalho brilhante que o município está a fazer neste sentido, juntamente com os senhores presidentes de junta. -----

De referir, ainda, a afinidade que o município vai mantendo e incitando com a universidade e com a comunidade académica no desenvolvimento de atividades conjuntas. E, também na área cultural o trabalho conjunto com os vários agentes culturais locais. Bem como a proximidade com as escolas do concelho e também o trabalho feito com as associações, com as coletividades e também com a Proteção Civil. Estamos a falar de Cultura, educação, formação, cidadania. ----

Isto demonstra que o executivo trabalha de forma concertada e em uníssono, e foi por isso mesmo que mereceram e continuam a merecer e merecem a confiança da maioria dos covilhanenes. -----

Senhoras e senhores, termino assim a minha intervenção. -----

Agradeço por isso a vossa atenção e deixem-me terminar dizendo que é com orgulho, que afirmo que os covilhanenses, hoje, aqui encontram o seu universo, porque cada lugar, cada recanto da Covilhã, é um mundo, um mundo cheio de oportunidades. Nós não precisamos, por isso, de passar a montanha à descoberta de outros novos mundos. Não. Nós queremos ficar aqui e lutar e defender o que é nosso. -----

O sucesso e a estratégia deste executivo é por isso o nosso sucesso. Parabéns porque nós estamos no caminho, no rumo certo. -----

Muito obrigada.” -----

--- Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e não resistiu em dizer àqueles que criticavam a atuação do Município que apresentassem as suas soluções e “menos retórica.” -----

Saudou o facto da Altice ter aberto, em fevereiro, um **Contact Center** na Covilhã que iria criar 200 postos de trabalho na região, os quais 150 ainda no ano de 2018. “É de salientar a importância deste investimento e tudo isto não aparece por acaso. Surge na senda do trabalho que a Autarquia tem feito no sentido de fixar novas empresas no Concelho e proporcionar condições, acho que já estão instaladas, para que possam aumentar os postos de trabalho e contribuir para afixação de pessoas. Sublinho o esforço e empenho deste Município para que fossem criadas todas as condições técnicas e logísticas necessárias para a concretização do projeto e especifico que o investimento municipal foi de cerca de 100 mil euros, o que se traduzirá num retorno muito maior para o Concelho. Um ponto igualmente interessante é o facto da média salarial rondar os 750 euros que, por cada 100 postos de trabalho, teremos cerca de 75 mil euros injetados na economia local. Ou seja, quando chegarmos aos 200 trabalhadores, serão 150 mil. Para concluir este ponto, destaco ainda que esta aposta vem contribuir para afirmar o cluster tecnológico da Covilhã, onde a Altice já tem DataCenter e, com isto, termino dizendo que estamos confiantes que, em breve, possam surgir novos investimentos, quer nessa infraestrutura, quer relativos a outras empresas. -----

O segundo tema, não menos importante, quero falar sobre as **ARU's** e **IFFRU's**. A sessão de divulgação das oportunidades de financiamento da IFFRU 2020 decorreu na Covilhã, no passado dia 27 de fevereiro, neste Auditório. Interessa salientar que esta sessão aconteceu na Covilhã para dois distritos: Guarda e Castelo Branco, muito pela centralidade entre ambos, mas muito mais ainda pelo facto da Covilhã ter sido dos primeiros a assumir a frente da implementação das ARU's. Faço um parêntesis para definir o que é uma e a outra coisa. A ARU é, na prática, o apoio dado diretamente pelo município, através de isenções de taxas e IMI, em suma, para a requalificação feita dentro das zonas delimitadas na ARU. O IFFRU é a possibilidade do projeto ser financiado como forma de empréstimo, com 50 % de taxas a juro zero e os outros 50 % a taxas de juros muito reduzidas, através da Banca. Para terem uma ideia, já existem cerca de meia centena de projetos em desenvolvimento na Covilhã, alguns deles já realizados, outros em fase de obra e outros em fase de projeto. Tudo isto equivale a perto de 21 milhões de euros de investimento no nosso município, até à data. Aquilo que alguns vêem como descapitalização das receitas camarárias provenientes da perda de receita com todas as taxas e IMI, que são apoiadas em ARU, pensem: se tal não existisse, não havia também o mesmo interesse por parte de quem investe desta forma, que ainda é tímida em relação ao potencial do nosso município, que é de mais de 100 milhões de euros de investimento possível em relação aos investimentos dentro do programa da ARU. Este tipo de investimento é semelhante ao assunto que falei anteriormente e vai potenciar muito a economia da região, traduzindo-se em euros a entrar na economia local. Salientar ainda que a ARU se estende para lá do Centro Histórico da Cidade da Covilhã, estando também planeado, na zona da ARU, pelas nossas freguesias do concelho, outra medida, que a Covilhã foi pioneira, dos primeiros municípios também, a alargar as ARU's às suas freguesias, possibilitando assim a requalificação das freguesias impulsionando com isso a economia global do Concelho, a macro de cada freguesia. -----

Termino assim louvando todo o trabalho realizado por este Município, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Vítor Pereira, que não está aqui hoje presente, mas que saúdo, que

demonstra ser um presidente inteligente e voltado para o futuro. Não dominando todos os assuntos, como é normal, delegou neste caso a responsabilidade a um expert nesta e noutras matérias, na minha opinião, a quem quero também louvar o trabalho incansável que tem vindo a desempenhar desde que entrou em funções, o Senhor Vereador José Armando Serra dos Reis, que hoje assume a presidência em substituição do Presidente. Que busquem, em primeiro lugar, pela excelência e não pela perfeição, demonstrando a sua vasta experiência e tacto para conseguir dominar assuntos complexos como este. -----

A título de sugestão, sugeria que fosse criado um **gabinete de apoio às candidaturas de apoio comunitário do Programa 2020**, para que as pessoas e interessados, empresas ou particulares, possam dirigir-se a esse gabinete e conseguir suprir as dúvidas que têm em relação a todo este emaranhado burocrático que é as candidaturas ao apoio comunitário. -----

Termino dizendo que juntos construímos um futuro. Juntos criamos uma Covilhã com mais futuro. Bem haja.” -----

--- O Dr.º Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho iniciou dizendo que iria apresentar duas **Moções do PCP** para votação, uma que dizia respeito ao **Dia Internacional das Mulheres** e outra uma **Saudação ao MURPI**. A seguir se dão as Moções por integralmente reproduzidas (docs. 13 e 14). -----

“Moção

Dia Internacional da Mulher – 8 de Março -----

Concretizar os direitos das mulheres na lei e na vida -----

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhores Vereadores, -----

Exma(s) Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, -----

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica, social e cultural. -----

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação, em Copenhaga no ano de 1910, durante a 2.ª Conferência Internacional de Mulheres, de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de acção das mulheres pelos seus direitos próprios e contra todas as formas de discriminação. -----

Os objectivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se, infelizmente, actuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de

desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que nada têm. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência nem a das suas crianças. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras. -----

O 8 de Março assume-se também pelo facto, de transportar para o tempo presente, um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um factor de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data histórica, mas essencialmente, é um dia para assinalar uma luta que é de todos (mulheres e homens) e de todos os dias. -

Assim... -----

Por uma verdadeira política de igualdade que ponha fim ao desemprego, à precariedade, aos baixos salários, à discriminação salarial, à desregulação dos horários de trabalho. -----

Que assegure o direito das mulheres a terem os filhos que desejam. -----

Que valorize os salários, o salário mínimo nacional, as reformas e as pensões. -----

Que combata as violências contra as mulheres, reforce o apoio à vítima e combata a mercantilização do corpo da mulher. -----

Que promova o direito à saúde para todos e à saúde sexual e reprodutiva no quadro do SNS.

Que reforce os direitos das mulheres à segurança social, à justiça, à habitação, aos transportes, ao acesso a uma rede pública de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência. -----

Que valorize o estatuto social das mulheres e as suas qualificações. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 7 de Março de 2018, saúda as mulheres portuguesas e em particular as que vivem, trabalham e estudam no concelho da Covilhã e apela às mulheres, mas também aos homens, imbuídos de sentido democrático, para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher participando nas diversas comemorações no concelho da Covilhã assim como na Manifestação Nacional de Mulheres no dia 10 de Março em Lisboa promovida pelo MDM - Movimento Democrático de Mulheres, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações. -----

Os proponentes.” -----

**“Moção de Saudação ao MURPI -----
O MURPI nasceu com os valores de Abril -----**

*Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----
Exmo(s). Senhores Vereadores, -----
Exma(s) Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, -----
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
Minhas Senhoras e meus Senhores, -----*

A Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos MURPI, força de Abril, comemora em 27 de Maio de 2018 o 40º aniversário da sua constituição, como primeira organização representativa dos reformados, pensionistas e idosos na defesa dos seus direitos, englobando presentemente 140 Associações de Reformados, varias do concelho da Covilhã, e mais de 70 mil associados em todo o País. -----

As Associações de Reformados são organizações cívicas e politicas que desenvolvem acções de valorização cultural, de promoção do lazer e de protecção social dos reformados, pensionistas e idosos que se avocam de extrema importância em regiões do interior e com população envelhecida como a nossa. -----

Ao longo dos 40 anos de existência a Confederação MURPI promoveu e protagonizou milhares de lutas e iniciativas como 22 Piquenícões, Encontros de Coros, Congressos, Conferências, Seminários com a participação, adesão e apoio de muitos milhares de reformados e pensionistas e promove, desde 1983, a publicação bimestral do Jornal do MURPI, designado a partir de 1991 "A Voz dos Reformado". -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 7 de Março de 2018, saúda Confederação MURPI pelo seu 40º aniversário, releva a sua importância na defesa dos direitos dos reformados, pensionistas e idosos, solidariza-se com as lutas desenvolvidas pelo MURPI e manifesta o seu apoio à justa reivindicação de representação do MURPI como membro permanente do Conselho Económico e Social. -----

Os proponentes” -----

--- Finda a intervenção e não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a **Moção “Dia Internacional da Mulher – 8 de Março”**, tendo sido **aprovada por maioria** com 8 abstenções. Foram ainda apresentadas as seguintes Declarações de Voto: -----

--- Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto: “Eu penso que qualquer mulher que trabalhe neste País tem a noção dos processos de discriminação a que uma pessoa

acaba por ser sujeita, mais ainda quando se tem já a minha idade. A verdade é que eu acho que as mulheres não precisam de manifestações, nem de mudanças nas leis. Precisam é que as leis sejam aplicadas e precisam, sobretudo, de uma mudança de mentalidades que eu não vejo estar a acontecer. Não me parece que seja este o caminho.” -----

--- Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro: “Naturalmente, nós abstermos-nos porque, de facto, consideramos um pouco redundante aquilo que é indicado na prestação. Quem saiba, sabe de facto os direitos das mulheres estão adequadamente protegidos e tutelados na lei: a questão dos horários, a questão da violência doméstica, e noutros diplomas que regulam esta temática. Não é preciso haver reforço. Tal como foi dito pela colega, é preciso é haver cumprimento da lei. Se a lei for cumprida, a lei é exequível. Em todo o mundo, naturalmente. A lei tem é de ser cumprida. Ter uma boa lei e ser cumprida. Se assim for, acho que não é preciso mais lei. Quanto mais lei há... a avalanche normativa é sempre indicadora que a lei não é cumprida. É o contrário.” -----

--- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro: “O Partido Socialista votou favoravelmente a esta Moção porque, efetivamente e pese embora os direitos das mulheres estejam consagrados igualmente como a dos homens em termos legais há muitos anos, o facto é que essa transposição legal, na prática, isso não acontece. Parece-nos que esta celebração do Dia da Mulher ocorre precisamente pelo facto de termos que, constantemente, lembrar quais foram os motivos que levaram à implementação deste dia e que, pese embora todas as leis que desde essa altura foram feitas, é efetivamente a nossa sociedade conviver ainda de forma inaceitável com estas desigualdades. Aquilo que se pretende com esta Moção, pelo menos é o nosso entendimento, é mais uma vez alertar, chamar a atenção e denunciar estas desigualdades. Por esse facto, o Partido Socialista vota favoravelmente.” -----

--- De seguida e não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a **Moção de Saudação ao MURPI**, tendo sido **aprovada por maioria** com 7 abstenções. Foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro: “Votámos favoravelmente, saudando naturalmente o aniversário desta instituição. Nesta saudação incluímos também todas aquelas que foram os aniversários de todas as instituições, nomeadamente do nosso Concelho, e que nós nos dispensamos, porque já vai longa a sessão, e nós nos dispensamos de apresentar individualmente Moções de Saudação aos aniversários das várias coletividades e, portanto, votando favoravelmente esta Moção e esta saudação estendemos a todas as outras coletividades do nosso Concelho que, neste intermédio das Assembleias Municipais, celebraram o seu aniversário.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) que, relativamente à **revisão do Regimento** proposto nesta Sessão, disse ser importante

“estabelecer quantas vezes é que uma pessoa pode ter um voto de louvor aqui nesta Assembleia, por mandato e, eventualmente, por ano, já que por Assembleia, à partida, será só um. Era importante que o Regimento depois também colocasse essa questão. É uma ironia inicial, naturalmente! -----

E uma segunda: ficámos hoje a saber que 3 minutos na Assembleia Municipal é muito mais do que é na Liga Portuguesa de Futebol Profissional! Em 60 minutos, já vão 150, portanto não se queixem do Sporting, do Benfica ou do Porto. -----

A minha intervenção é sobre a questão das **rendas das habitações sociais**. Estivemos, até há pouco tempo, a aguardar a aprovação do **regimento do regulamento municipal** que nos permite saber como é que é feita a **concessão das habitações sociais** no Município da Covilhã e estivemos muitos anos à espera. Recordo que, na anterior Câmara PSD – Carlos Pinto, a atribuição era feita por um Decreto de 1982, mas era um Decreto de venda de habitação social aos interessados, portanto “a bota não batia com a perdigota”. Eram coisas completamente diferentes. No regulamento municipal, que já está aprovado, ficámos a saber no artigo 17.º que a renda da habitação social deve ser calculada com base na Lei 81/2014 e com base na Lei 32/2016, que alteram uma data de portarias e decretos. A 81/2014 estabelece o regime de arrendamento apoiado para habitação em todo o País e o 32/2016 procede à 1.ª alteração e diz basicamente o seguinte: O artigo 21.º Valor da Renda – o valor da renda em regime de arrendamento apoiado, portanto habitação social, é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo que essa taxa é dada pela fórmula $0,067 \times$ o quociente entre o rendimento mensal corrigido do agregado e o indexante dos apoios sociais. O rendimento mensal corrigido é o rendimento mensal líquido, deduzido de várias coisas: IAS: 10 % no 1.º dependente; 15 % no 2.º dependente; 20 para além do 3.º; e, se houver 4.º, também a mesma coisa; indexante dos apoios sociais : 10 % do por cada elemento do agregado familiar com idade igual ou superior a 65 anos; 20 % no caso de uma família monoparental e a quantia resultante da aplicação do fator decapitação, que se vai buscar a outro decreto-lei, que basicamente é o número dos elementos do agregado familiar, contando que o primeiro é 1 e os seguintes é 0,75 e outros fatores que aí constam. A questão do dependente também está previsto na lei. Também está definido na lei 10 % para cada deficiente com grau de incapacidade. O rendimento mensal líquido é obtido através do rendimento anual com a questão do valor da coleta. Todos os anos a Câmara Municipal envia, e faço um *mea culpa*, onde trabalho acompanhamos várias pessoas que, durante o mês de julho, recebem uma carta a solicitar elementos para atualização do valor das rendas, entre as quais a declaração do agregado familiar emitida pela junta de freguesia, bilhete de identidade, cartão de contribuinte, fotocópia de IRS, declaração emitida pelas Finanças conforme não existe património, fotocópia do recibo de vencimento... Bem, é pior que uma candidatura ao Portugal 2020! As pessoas enviam todos os anos para a Câmara Municipal, sendo que se não enviarem em 30 dias o contrato, diz na carta, pode ser revogado. O facto é que as rendas não são atualizadas. Nem para baixo, nem para cima, como se as pessoas estivessem sempre com o mesmo rendimento e o mesmo agregado familiar.” Exemplificou com três casos muito concretos. O primeiro com uma família monoparental com dois filhos e com o salário mínimo,

dava um valor de renda de 27,32 €, sendo que a renda mínima é de 50 € e há pessoas a pagar 200 €. O segundo com uma família constituída por um reformado com pensão mínima de 389,34 € (com mais de 30 anos de desconto) dava uma renda de 26,43 €. O terceiro exemplo que apresentou foi a de uma família com dois filhos, com um titular com o salário mínimo nacional e o outro titular desempregado. O valor da renda da habitação social seria de 12,49 €. Referiu que o valor mínimo das rendas, há muito tempo, estava nos 50 €. “Sempre dissemos que as rendas da habitação social, e votamos contra na altura, foi indevidamente vendida à Banca pela antecipação do valor das rendas. Importa corrigir rapidamente esta situação e cumprir a lei. Andamos numa luta muito grande relativamente aos auxílios económicos e ao cumprimento da legislação nos anteriores mandatos e temos a certeza e confiamos que o Executivo fará tudo o que estiver ao alcance e disponibilizo-me também para dar essa ajuda, caso seja necessário, na elaboração das contas que permitam a quem tem muito, muito pouco consiga arrecadar, no final do ano por exemplo, 300 € que faz muita falta às pessoas. Apelo ao cumprimento da lei.” -----

Informou ainda que havia uma Moção que estava a circular, subscrita por 27 subscritores, que dizia respeito à **Reposição das SCUT's na A23 e na A25**. -----

--- Dr.^a Ana Azevedo Moreira que, depois de cumprimentar os presentes, disse: “Nas reuniões, que a Câmara Municipal da Covilhã tem vindo a ter com as várias associações, foi anunciada a criação do **Gabinete de Apoio ao Associativismo**, no âmbito da política do associativismo para o mandato 2017/2021. Ora, e pese embora aqui tenha sido dito que a nova energia do CDS-PP aparentemente está a perder, parece que a nossa nova energia dá para nós e ainda dá um bocadinho para o atual Executivo. Sendo certo que, até a própria designação escolhida, o tal referido gabinete foi exatamente a mesma da constante no compromisso eleitoral do CDS que, entre as suas 210 propostas, apresentou a criação do Gabinete de Apoio ao Associativismo na proposta n.º 186. Embora tal proposta tenha sido apresentada em reunião de Câmara pelo Vereador do CDS e desconsiderada, ficamos felizes por a terem tomado, sendo certo que, e uma vez que fomos os seus obreiros, estamos completamente disponíveis para auxiliar na sua boa execução. Neste momento, questionamos apenas o motivo pelo qual nada é dito em relação à tal temática nas informações escritas, dadas a esta Assembleia, não fazendo sequer tal ponto parte da Ordem do Dia. -----

Por fim, cumpre-me esclarecer que, nesta minha intervenção de estreia, entendo ser dúbio qual o melhor momento para esta interpelação, sendo certo e como foi visível, embora se trate de uma questão que não consta da Ordem do Dia, todavia a intervenção prende-se com o facto de, salvo melhor opinião, entender que deveria lá constar. Pelo que, e caso entendam que não é este o momento adequado, desde já peço a melhor consideração para que seja atendida em momento posterior.” -----

--- Dr.^o António João dos Reis Rodrigues, depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que tinha um Voto de Pesar para apresentar e que, de seguida, faria a sua intervenção política.

Assim, apresentou um **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor José Gil Barreiros** que a seguir se dá por integralmente reproduzido: (doc. 15) -----

“Voto de Pesar -----

Falecimento do senhor José Gil Barreiros -----

Nasceu a 5 de Novembro de 1920 e faleceu no passado dia 22 de Dezembro. -----

Homem detentor de uma carreira profissional ímpar foi, para nós, uma referência ao nível do Desporto, da Saúde e Associativismo. -----

Aos 19 anos concluiu o Curso Técnico da Escola Industrial Campos Melo, seguindo-se os cursos de Técnico de Radiologia na Escola de Saúde Militar, Enfermagem na Escola Artur Ravara e novo curso de Radiologia na Escola dos Hospitais da Universidade de Coimbra. -----

Conjugou, como ninguém, os ensinamentos adquiridos em diferentes áreas do saber. Trabalhou como Técnico de Radiologia, Fisioterapeuta e Enfermeiro, no hospital militar da Estrela, no serviço de urgência do Hospital de S. José e no hospital da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã.

Saliente-se o facto de ter sido: -----

- *O primeiro Técnico de radiologia a exercer no Distrito de Castelo Branco;* -----
- *O primeiro Enfermeiro, não laico, a exercer no Concelho da Covilhã;* -----
- *Fundador da Associação Nacional de Técnicos de Radiologia;* -----
- *Sócio fundador do Clube Nacional de Montanhismo;* -----
- *Fundador do Orfeão da Covilhã;* -----
- *Delegado concelhio do Sindicato dos Enfermeiros de Lisboa;* -----
- *Delegado Sindical do Enfermeiros da zona centro;* -----

Mas é como massagista que serve durante 50 anos o sporting da Covilhã, a Covilhã e o seu concelho. -----

Recordamos Zé Barreiros como pessoa amiga, afável, competente, sorridente, disponível para

ensinar, ajudar, sempre respeitador do espaço do próximo e defensor intransigente da sua

família. -----

Pela sua carreira e dedicação ao próximo a bancada do Movimento Cívico de Cidadãos Independentes "De Novo Covilhã" propõe que, hoje, esta Assembleia delibere: -----

1- *Apresentar à família e amigos do Sr. José Gil Barreiros o nosso sentimento de pesar. -----*

2- *Observar um minuto de silêncio em sua homenagem. -----*

Assembleia Municipal, 7 de Março de 2018" -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor José Gil Barreiros** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**, sendo de seguida cumprido o **Minuto de Silêncio**. -----

--- Seguidamente, o Dr.º António João dos Reis Rodrigues tomou novamente a palavra para dizer que (doc. 16): *"No passado dia 22 de dezembro, nesta tribuna, sustentados em dados fidedignos, identificámos dois grandes problemas do nosso Concelho e do interior do País: o Desemprego e a Desertificação, concluindo que o concelho da Covilhã está a perder 3 cidadãos por dia e que se nada for feito, dentro de 10 anos, seremos menos de 35000. -----*

Foi identificada a existência de, pelo menos, dois caminhos para combater a desertificação do interior: a fixação de famílias e o aumento da Natalidade. -----

A "Réplica" do senhor Presidente da Câmara, para as questões levantadas, apresentou-se embrulhada num manto de agressividade, aromatizada com a essência própria da confusão e salpicada com uma pitada de "boa vontade". -----

Ao retirar do vocábulo "desertificação", num texto implicitamente ligado ao Conselho de família e de natalidade, o sentido de "demografia", ligando-o, exclusivamente, a desertificação do solo é um verdadeiro exercício mental, para nós, difícil de entender. -----

Refira-se, a propósito de desertificação do interior, que o senhor Ministro Eduardo Cabrita, em 21 de Outubro de 2016, informou que o governo aprovou um pacote de 164 medidas para criar incentivos e atrair pessoas e investimento para as zonas do interior do país com altas taxas de desertificação. E afirmou: (passo a citar) -----

"Não está em causa a reabertura de escolas porque muitas delas foram encerradas pelas boas razões". Não conseguimos entender a que boas razões se refere mas, pelo menos aparentemente, não será necessário fazer um enorme esforço de raciocínio para entender que sentido é dado à palavra "desertificação". -----

Não se pode retirar o mérito ao "esclarecimento" do senhor Presidente da Câmara. De uma só penada, conseguiu evitar a abordagem da questão demográfica do concelho e passou adiante

nas outras questões levantadas, nomeadamente o desemprego, o apoio aos empresários, as portagens, as taxas, os impostos, a Barragem da Nave, o Teleférico de Unhais da Serra para a Torre, as Coletividades sem Sede Social e a denúncia da existência de uma comunidade de etnia Cigana, com mais de 60 contribuintes, que vive numa zona do concelho, sem iluminação pública, sem saneamento e sem ruas asfaltadas. -----

Senhoras e Senhores Deputadas e Deputados Municipais deixemos questões de semântica e vamos à essência das coisas. -----

O nosso País enfrenta problemas sérios que se repercutem com maior acuidade no interior, nomeadamente: a baixa natalidade, o desemprego e o desequilíbrio territorial. -----

É, pois, tempo de lutar por um País mais justo, mais solidário e mais equilibrado na distribuição dos recursos humanos e materiais. -----

É tempo de combater um país bipolarizado (interior e litoral). -----

É tempo de devolver à Covilhã o papel de locomotiva de desenvolvimento interior que já teve e que perdeu. -----

É tempo de fomentar o debate e a partilha de opinião, indiferente às opções político partidárias que cada eleito ou cidadão anónimo, tem direito a ter. -----

E é tempo de fazer justiça e elevar a voz, reclamando medidas para alterar a nossa realidade.

O Movimento Cívico de Cidadãos Independentes “De Novo Covilhã” reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento do nosso Concelho e com a defesa intransigente dos interesses de todos os Covilhanenses. -----

Estamos, como sempre estivemos, disponíveis não só para apoiar mas também para questionar desde que tal prática se traduza em benefícios para a Covilhã e para o Interior Beirão. -----

Neste contexto, senhor Presidente da Câmara, gostaríamos que nos informasse: -----

- 1. Benefícios e perdas subjacentes à transferência da Sede da Comunidade Intermunicipal da cidade da Covilhã para a cidade da Guarda, que o senhor negociou? -----*
- 2. Sendo o Concelho da Covilhã o de maior expressão demográfica da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela o que determinou que não tenhamos apresentado uma candidatura à presidência do Conselho da CIM; -----*

- 3. O que determina que a Câmara da Covilhã não tenha, até hoje, tomado qualquer posição pública, acerca do recém-criado “Movimento pelo Interior”. -----*

Por outro lado, pretendemos felicitar a Câmara e o senhor Vereador do Associativismo pela realização de um Fórum do próximo dia 17. -----

Esperamos que seja um espaço de partilha de informação, de diálogo, de discussão de problemas e não uma manifestação de apoio ao governo ou a algum membro do Partido Socialista. -----

Esperamos que desse Fórum saia informação que nos permita apoiar as associações que não têm sede social, que possa regulamentar a atribuição de subsídios e que indique o caminho para ultrapassar a situação de ilegalidade, infelizmente, patente em muitas delas.” -----

--- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro passou à leitura da **Moção de Saudação** que a seguir se dá por integralmente reproduzida (doc. 17): -----

“Moção de Saudação -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, enquanto órgão deliberativo do Concelho e na qualidade de assembleia representativa do povo Covilhanense procura sempre defender, lutar e salvaguardar os superiores interesses dos seus Municípios e do desenvolvimento do nosso Concelho procurando na sua ação ser justa e leal às suas gentes, à nossa terra e aos valores da democracia e do Estado de Direito. -----

Porque por várias vezes condenamos e criticamos as matérias e as decisões que entendemos colocar em causa os interesses da Covilhã e do desenvolvimento das nossas terras ou os problemas que tardam em ser resolvidos, entendemos que é de elementar justiça e um reforço da autoridade moral para o fazermos, saudar e destacar a resolução dos problemas que levantamos e aqueles que contribuem ativamente para o desenvolvimento do nosso território, o bem-estar das nossas gentes e a solução dos problemas que nos afligem. -----

Pretende assim esta moção reconhecer e saudar o Governo da República, na pessoa do Senhor Primeiro-ministro, Dr. António Costa e do Senhor Ministro da Saúde, Prof. Adalberto Campos Fernandes pela autorização, recentemente anunciada por este em audição Parlamentar, para a criação da valência da Cardiologia de Intervenção no Centro Hospitalar da Cova da Beira dando resposta a uma necessidade premente dos serviços de saúde na Beira Interior e que permite, finalmente, colocar em igualdade de circunstâncias os cidadãos desta região no acesso aos cuidados de saúde que já hoje são garantidos no restante território nacional. -----

Esta é uma luta antiga, desde logo dos vários Conselhos de Administração do CHCB, dos vários órgãos de Municipais, incluindo esta Assembleia Municipal, dos vários Deputados na Assembleia da República do distrito de Castelo Branco e sobretudo das nossas populações.

Porque a política é também gratidão e reconhecimento, a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião de 7 de março de 2018, propõem um voto de saudação e louvor por esta decisão e que o mesmo seja endereçado ao Senhor Primeiro-ministro, Dr. António Costa, ao Senhor Ministro da Saúde, Prof. Adalberto Campos Fernandes, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira. -----

Assembleia Municipal da Covilhã, 7 de Março de 2018.” -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum membro pretendia pronunciar-se sobre o tema, tendo dado a palavra a: -----

--- Prof.º Vítor Manuel Reis Silva que referiu estarem a falar de uma saudação de um anúncio: “O Ministro anunciou ... Nós já andamos nesta vida política há muitos anos e sabemos que as coisas se fazem com a sua concretização.” Continuou dizendo que “os anúncios, as promessas e as decisões”, muitas vezes, no meio do processo, ficam por concretizar. Prometeu que a bancada do PCP iria votar favoravelmente quando tivessem a informação que, de facto, o projeto se concretizou. -----

--- Prof.º Bernardino Gata Silva que informou que não iriam votar contra o documento apresentado, nem a favor. Explicou que “o Senhor Ministro da Saúde é um dos ministros que, até agora, melhor tem gerido a sua própria imagem. Mas, o problema é que está a atingir o patamar da incompetência da gestão da própria imagem, não da sua competência profissional, porque deixou ou está a deixar que o Serviço Nacional de Saúde esteja num dos piores momentos dos últimos muitos anos. Que o digam os profissionais de saúde (os médicos, os enfermeiros, as listas de espera). É preciso que concedamos o crédito que o Ministro merece, mas também não lhe demos crédito que, de facto, ele não merece.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou a **Moção de Saudação** à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com 11 abstenções. -----

--- Foi novamente concedida a palavra ao Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro que disse compreender as observações do Líder da Bancada da CDU. “Aliás, esta falta de fé decorre muito da sua ideologia. Em resposta ao Senhor Deputado Bernardino Gata, o que se pretende com esta **Moção** era efetivamente de reconhecer uma circunstância efetiva e concreta que diz respeito à **cardiologia de intervenção**. Não é o Serviço Nacional de Saúde que está em causa. Acreditemos naquilo que é a bondade das pessoas e na palavra das pessoas. Não sejamos nós,

políticos, os primeiros a desacreditar a classe política, colocando em causa aquilo que é a sua palavra e a sua intenção. -----

Para concluir, quero **saudar** e registar este regresso do nosso Deputado, o **Dr.º Pedro**

Manquinho, que passou por uma situação muito difícil, desejando-lhe votos de um bom trabalho e **saudar** também a primeira reunião e a **primeira intervenção da Senhora Deputada do CDS-PP**. Porventura e do meu ponto de vista, poderia ter sido mais feliz. Senhora Deputada, eu estava à espera, quando a ouvi falar sobre o **Associativismo**, que a Senhora Deputada viesse saudar o trabalho que está a ser feito no âmbito do Associativismo. Virmos dizer que esta medida constava do programa do CDS-PP, porventura consta, garantidamente, do programa político do Partido Socialista, com que nos apresentámos e vencemos as eleições, e consta de todos os programas políticos das forças que se candidataram a eleições. O que seria justo e pertinente era a Sr.^a Deputada vir saudar ou criticar ou trazer uma novidade ou sugestão diferente daquilo que está programado no âmbito do Associativismo. A Sr.^a Deputada vem querer aqui assumir uma paternidade que eu não lha reconheço. Mais que tudo aquilo que é mais relevante não é quem é o pai da criança. É saber se a criança nasceu e se cresce com saúde e com felicidade. Aproveito para saudar o Executivo Municipal, na pessoa do Sr.^o Vereador do Associativismo, pelo trabalho que está a ser desenvolvido que tem sido reconhecido por todas as associações. É um trabalho muito difícil e que procura dar resposta a uma das maiores riquezas que a Covilhã tem que é o seu Movimento Associativo. Relembro que a Covilhã, a seguir ao Barreiro, é o concelho a nível nacional com maior número de associações per capita que, ainda hoje, desempenham um papel estruturante e absolutamente fundamental naquilo que é a dinamização social, cultural e outras da nossa comunidade. O que seria adequado e justo, do meu ponto de vista e aquilo que eu esperava do CDS, senão uma saudação ou reconhecimento, pelo menos trazerem o vosso ponto de vista, divergências ou contributos para o Fórum Associativo e para o regulamento de apoio ao associativismo que está em questão. -----

Sobre a questão da **Saúde**, não posso deixar de fazer uma outra consideração. É que foi exatamente num Governo PSD/CDS-PP que o Serviço de Saúde e o acesso ao Serviço de Saúde, por parte dos mais debilitados da nossa Sociedade, foi vetado, ou melhor, foi dificultado com a subida das taxas moderadoras, com a introdução, através do Ministro Paulo Macedo, da permissão para que os hospitais contratassem à tarefa ou contratassem empresas de prestação de serviços para os médicos. Isso sim é tratar mal o Serviço de Saúde. Isso sim é desmantelar o Serviço de Saúde. Reconheço que Serviço nacional de Saúde continua com problemas. Agora, continuo muito orgulhoso do trabalho que está a ser feito pelo Governo do Partido Socialista.” -----

--- A Senhora Prof.^a Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto pediu a palavra para dizer que achava que “estamos a falar do **Serviço Nacional de Saúde** em duas situações. Uma altura em que, de facto, estávamos numa crise económica gravíssima e debaixo de grandes pressões de Bruxelas. Neste momento, isso já não está a acontecer e estaríamos a espera que estivesse a funcionar melhor.” -----

--- A Senhora Dr.^a Ana Azevedo Moreira que, em resposta ao Dr.^o Hélio Fazendeiro, “queria apenas dizer que, caso tenha prestado atenção, eu dei os parabéns pela medida, coisa que já fiz noutras vestes, enquanto dirigente associativa, e dei os meus contributos para o

regulamento. Portanto, acho que estava um bocadinho descontextualizado quando disse que não o fiz. Relativamente às medidas e ao “parto”, se o momento não interessava apenas questiono porque é que, quando foi apresentado por nós, foi desconsiderado.” -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia informou que faltava pôr à votação a **Moção pela Reposição das SCUT nas A23 e A25** que aqui se dá por integralmente reproduzida: (doc. 18) -----

“MOÇÃO PELA REPOSIÇÃO DAS SCUT NAS A23 E A25 -----

Considerando que: -----

A A23 e A25 são um via essencial para a vida económica da Beira Interior, não existindo qualquer alternativa viável, sendo que vários as alternativas existentes atravessam caminhos municipais, jardins públicos de vilas, praças e ruas principais de aldeias; -----

As regiões atravessadas pela A23 e A25 são das mais deprimidas do país, com taxas de desemprego, índices de falências e despedimentos, índices de desertificação, entre outros, sempre acima da média, e com um salário médio que ronda os 650 euros; -----

As A23 e A25 não servem apenas os seus utilizadores, representam também um investimento no desenvolvimento e um incremento na coesão nacional, tal como tantos e tantos outros investimentos quase sempre realizados nas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto; -----

O transporte rodoviário da esmagadora maioria das importações/exportações que utilizam a rodovia é efetuado através das A23 e A25, no sentido Lisboa – Vilar Formoso ou Porto – Vilar Formoso, trajetos que, sem recurso a autoestrada ou com recurso à autoestrada com portagens, destroem a competitividade de qualquer produto ou empresa, quer seja pelo tempo, quer seja pelo custo; -----

A introdução de portagens nas A23 e A25 veio destruir por completo a capacidade competitiva e produtiva das MPME's do interior, principalmente das regiões fronteiriças, aumentando irremediavelmente os custos de vida de populações e empresas, o abaixamento do consumo interno, falências, despedimentos e desemprego; ---

O desvio do trânsito rodoviário para as estradas nacionais e zonas rurais, causado pela introdução de portagens teve consequências trágicas nos domínios ambiental, de

qualidade de vida e de sinistralidade rodoviária; -----

Os milhões de euros mensais que condutores privados e empresas gastam em portagens

ao longo da A23 e A25 representam uma nova tributação: em lugar de serem gastos, investidos e circularem na economia local, estão a ir diretamente para os acionistas das concessionárias; -----

A introdução de portagens nas SCUT's carece de racionalidade económica, pois a receita das portagens é inferior aos enormes prejuízos causados às economias regionais e ao país. ---

As Portagens nas SCUT's são um erro económico que prejudica gravemente a economia, retira poder de compra às populações e asfixia a situação financeira das empresas, provocando a falência de muitas e consequentemente aumenta o desemprego; -----

A redução de 15 % no valor das portagens não veio resolver qualquer problema dos anteriormente apontados nem é solução duradoura, como aliás se constatou com os aumentos do valor das portagens em 2017 e em 2018; -----

O Senhor Primeiro Ministro António Costa na campanha eleitoral para as eleições de 4 de outubro de 2015 afirmou que "é necessário fazer a reavaliação das obrigações contratuais que o estado assumiu de forma a permitir, quer nas regiões do interior, quer em todas as regiões fronteiriças, quer em zonas de particular afluxo turístico, eliminar (as portagens) e criar melhores condições de acessibilidade a todas essas regiões". -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em Sessão Ordinária no dia 7 de Março de 2018, decide apoiar as resoluções decididas pelo Fórum Público pela Reposição das SCUT (Sem Custos para o Utilizador) nas A23 e A25, reunido a 6 de Março de 2018, no Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior, organizado pela Plataforma Conjunta pela Reposição das SCUT que incluiu as Comissões de Utentes da A23 e A25, as Associações Empresariais de Castelo Branco e da Guarda, as Uniões dos Sindicatos de Castelo Branco e da Guarda e os Empresários pela Subsistência do Interior, entre as quais: -----

- 1) A realização de uma ação junto da Residência Oficial do Senhor Primeiro-Ministro, com apoio logístico de transporte, com a cedência de um Autocarro;** -----
- 2) A colocação de um Outdoor no Concelho da Covilhã, com mensagem de apelo à Reposição das SCUT;** -----
- 3) A presença nas Galerias da Assembleia da República no dia em que forem votados os**

projetos de resolução sobre as portagens nas SCUT A23 e A25; -----

Covilhã, 7 de Março de 2018" -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou a **Moção pela Reposição das SCUT nas A23 e A25** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

De seguida, referiu que “todos temos de ter a capacidade de tolerância porque todos ultrapassaram os tempos. Todas as bancadas ultrapassaram os tempos. Não estou a falar de pessoas, estou a falar de todas as bancadas. Evidentemente que tem a ver com o **Regimento**. Não é porque o Regimento seja muito velho porque é recente. De qualquer forma, merece que nos debrucemos sobre ele. Contactarei os líderes das bancadas e, naturalmente, iniciaremos a feitura de um novo regulamento.” -----

De seguida passou à Ordem do Dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. –

--- O Senhor Presidente da Assembleia perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedida a palavra a: -----

--- Prof.º Vítor Manuel Reis Silva que disse ter lido com atenção à informação enviada, relativa ao período de 14 de dezembro de 2017 a 23 de fevereiro de 2018, e que lhe parecia que constavam assuntos repetidos e tratados na última sessão da Assembleia Municipal pelo que deixava o alerta para que, antes de ser enviada, fosse devidamente verificada. -----

Relativamente à “**prevenção de incêndios** e àquilo que a Câmara Municipal pretende ou tem planificado para fazer e substituir-se, porque irá substituir-se nalguns casos, nomeadamente na proteção de algumas povoações que, de facto, é necessário intervir. Estive a ver os mapas das freguesias com maior perigosidade, prioritárias e estranhei não ver algumas freguesias onde houve os incêndios estiveram próximos e as populações foram ameaçadas (Tortosendo, Casal da Serra) onde é necessária uma intervenção. Casal da Serra tem aquelas características que tem. As viaturas dos bombeiros não entram. As ruas são estreitas. É necessário criar uma alternativa a este bairro pelo monte, pela zona do antigo colégio. Criar uma zona capaz de susten-

a caminhada do incêndio, para além de outras freguesias, como é evidente, onde o problema também foi colocado (As Cortes, a Bouça, Paúl e outras freguesias). É necessário, de facto, promover essa proteção das populações. -----

Fala-se de 2 milhões nas **candidaturas**. A Câmara Municipal pode e deve apresentar as candidaturas, mas temos de ter consciência que, o montante mobilizado pelo Governo anda à

volta dos 55 milhões para um universo de 300 e tal municípios, não irá chegar a meio caminho. Recordo aqui a informação que foi dada pelo Senhor Presidente da Câmara da prevenção ligada às águas pluviais e dos problemas daí decorrentes. Para além daquela intervenção que foi feita, o inverno já veio, a água já correu e vai continuar a correr e não verifiquei qualquer tipo de intervenção em outras localidades do Concelho. -----

Falou-se aqui e salvou-se a questão das **ARU's**, das **candidaturas** e do **financiamento da reabilitação urbana**, colocar a questão, porque não fiquei bem esclarecido, se esse financiamento, no âmbito da ARU, se é para todas as freguesias do Concelho ou se, de facto, esse financiamento chega só às freguesias ou à união de freguesias da Covilhã e Canhoso. Pelo menos ficamos esclarecidos para que a mensagem não seja mal-entendida pela população e não venha o nosso município de S. Jorge da Beira apresentar uma candidatura à ARU quando não tem essa possibilidade de a fazer. -----

Lamentar que esta Câmara, já o fiz na intervenção anterior, procedeu ao aumento da **fatura da água**. Houve uma redução, por acaso num ano em que há eleições, que deu muito jeito para os gráficos. O que nós esperamos e o que a Covilhã espera é que a fatura ainda seja possível baixar mais. Não é aumentá-la. Não estou a falar do preço da água. Há vários fatores dentro da fatura da água: o preço da taxa do saneamento básico que é, praticamente, metade da fatura; a taxa dos resíduos sólidos que engrossa a fatura. No fundo, sabemos que a taxa de saneamento básico é para pagar a quem? Mais uma concessão, mais uma empresa que leva o dinheiro dos bolsos dos Covilhanenses para fora do Concelho. A taxa de saneamento e dos resíduos sólidos é possível baixar. Eu esperava uma redução da fatura da água por via da redução destas duas parcelas e não o seu aumento. -----

E voltamos à **taxa de ocupação do subsolo**. A taxa de ocupação do subsolo, a que hoje começa a verificar-se é um caso interessante. Existem residentes e clientes que pagam, por causa da história que já aqui foi contada várias vezes, porque a Câmara cobrou e a empresa não cobrou. A Câmara foi buscar o dinheiro e agora está a ser ressarcida daquilo que pagou. Mas existem outras empresas fornecedoras também do gás da cidade que não estão a cobrar a taxa. Temos esta situação engraçada: há uns que pagam a taxa porque se cobrou, não se cobrou, devia-se ter cobrado e, neste momento, a empresa está a cobrar; há aqueles que não residiam, passaram a residir e estão a pagar a taxa daqueles que lá residiram; e, há aqueles que residem e consomem e não pagam a taxa. Portanto, depende do fornecedor. Não estou a apelar para quem beneficia do gás natural para mudarem de fornecedor. Mas acho que é injusto: na mesma cidade existe quem paga e quem não paga. Eu sou favorável que ninguém pague como é evidente, de acordo com aquilo que o Estado e o Governo decidiram que essa taxa de ocupação do subsolo é paga pelas empresas concessionárias e esse valor não é imputado ao cliente final. -----

Depois colocar a questão sobre o processo da **revisão dos instrumentos de planeamento**, nomeadamente o **Plano Diretor Municipal** e o **Plano de Organização da Grande Covilhã**, assim como, a questão da **Urbanização da Quinta das Palmeiras**, obter informações e qual o papel desta Assembleia na participação da revisão destes instrumentos de planeamento." -----

--- Dr.º Marco António Barreiros Gabriel que pretendia um pequeno esclarecimento: “A Câmara Municipal da Covilhã desencadeou o **procedimento administrativo para elaboração do Projeto de Regulamento de Gestão e Utilização das Partes Comuns dos Prédios que integram o Parque Habitacional do Município da Covilhã**. Diz, nesse Aviso, que foi deliberado no dia 9 de junho de 2017, mas esse aviso depois é assinado com 14 de junho de 2016. Fiquei sem saber se a deliberação é que é de 2016 ou se é o aviso é que é de 2017. Mas admito que tenha sido em 2017. Recebemos este aviso que, normalmente as juntas de freguesia recebem para publicação do Edital, e este aviso, no fundamental, o desencadear do procedimento é para a constituição dos interessados. Eu constituí-me interessado a 28 de junho de 2017, dando logo como contributo uma intervenção que tinha feita aqui na Assembleia Municipal, na Sessão de 22/02/2017, relativamente à questão do Regulamento da Habitação Municipal. Fiz logo esse contributo. No dia 29 de janeiro, recebemos da Câmara Municipal um Edital, que foi publicado no Diário da República, que diz que o Projeto de Regulamento se encontra disponível na página oficial da Câmara Municipal e, portanto, era para afixação nos locais de costume na freguesia, mas fui verificar antes. Se eu me constituí como interessado na elaboração do projeto, não me tinham chamado para a elaboração do projeto, como é que já havia projeto? Para além disso, e chamei logo a atenção à Câmara Municipal, através da Senhora Diretora do Departamento da Administração Geral, que o tal projeto de regulamento, diz no Diário da República que está no site da Câmara, não está no site da Câmara. E, no dia de hoje, ainda não está. Portanto, há aqui essa questão que tem de ser esclarecida, até porque saiu em Diário da República. Precisamos de clarificar essa questão. Depois, se já existe, não percebo essa questão. Se se desencadeia o procedimento para os interessados para fazer o projeto, como é que existe projeto sem se chamar os interessados? -----

Relativamente a outros assuntos da Freguesia de Boidobra, o eleito do CDS na nossa Assembleia de Freguesia tem dito que a Junta de Freguesia não tem intervenção na Assembleia Municipal. Não podia deixar em claro e tinha de fazer uma intervenção nesta Assembleia Municipal a par de um relatório que lhe vou levar sobre, praticamente, todas as sessões da Assembleia Municipal do último mandato em que intervim. Mas o problema depois já não é esse. O problema vai ser se intervim em nome do PCP ou se em nome da Junta de Freguesia e quando não há interesses contraditórios entre os interesses que o PCP defende e os interesses da população de Boidobra. Não há interesses contraditórios. -----

Relativamente a várias questões da freguesia: -----

- Passei a **E.M. 507, TCT, Rua Grupo Recreativo Refujiense**. Necessitámos de avançar rapidamente com os projetos. Está nos serviços da Câmara e necessitávamos que eles rapidamente pudessem estar na nossa posse para nós, depois com o Executivo Camarário,

conseguirmos negociar e ver qual a forma de executar esta obra; -----

- **Passagem de nível na E.M. 507** – encontrar uma solução entre a Câmara e a REFER para anulação da passagem de nível como prioridade 1, como prioridade 2 e, pelo menos, tratarmos da **antiga casa do guarda** que se encontra em estado de degradação e que podia permitir a

criação de passeio na própria passagem que, atualmente, os peões vão para a faixa de rodagem para atravessamento da linha; -----

- **E.M. 506 / Aeródromo / Ponte de Alvares** – há quilómetros de via que foram pintados de um lado da faixa de rodagem e não foram pintados do outro, portanto era necessário finalizar esta intervenção. Não percebemos porque é que isto aconteceu; -----

- **Transportes públicos para a Quinta Branca** – Nós tínhamos explanado a situação ao Senhor Presidente da Câmara, através de ofício, onde explicámos as carreiras, os horários, as pessoas. Fizemos um levantamento do número de pessoas e precisamos que esta questão, de uma maneira ou de outra, tenha alguma resposta; -----

- **Escola Básica do 1.º Ciclo e Jardim de Infância da Boidobra** – um ponto de situação relativamente ao concurso público sobre a requalificação e ampliação com sala polivalente. Recordo que, em 2017, este concurso foi aberto a 15 de fevereiro e já não fomos a tempo para as férias do Verão, sendo que era um ano de final de mandato e os empreiteiros estavam com muitas obras. Pode ser que, desta vez, não estejam, mas já estamos em março e precisamos urgentemente que a escola seja alvo de intervenção; -----

- **Cruzamento da E.M. 507 com o TCT** – Está enviado também aos serviços, até na decorrência de acidentes de viação que aí houve, o estudo de uma alternativa que permita melhorar a segurança rodoviária;

- Com a notícia de dois acidentes, na passada semana ou na outra, o que pretende a Câmara Municipal fazer relativamente ao assunto do **Cruzamento da Rua da Emissora ou da Rua do Centro Paroquial com a E.N. 18** que esteve mais de uma semana sem semáforos; -----

- Relativamente a uma intervenção que fiz na Assembleia Municipal de 13 de dezembro de 2016 sobre às questões da **habitação social**, é premente a intervenção da Câmara Municipal. Não estejamos à espera dum projeto de eficiência energética que sei que está candidatada, mas há maçanetas por pôr, vidros partidos que podem ser colocados, intervenções que podem ser realizadas como aqui apontava com uma equipa multidisciplinar (carpinteiro, pedreiro, serralheiro) de operários e que pode resolver muitas situações de pessoas que aí vivem com os seus filhos.” -----

--- Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto disse ter conseguido ler todo o documento que era extenso. Passou a citar 3 ou 4 dúvidas que pediu para serem esclarecidas. “No ponto 3, alínea 2, menciona-se uma **ratificação de um acordo com ARS do Centro** e a Câmara, mas não sei que acordo é porque não é explícito. No ponto 3, na alínea 15, há **alterações ao Protocolo com a empresa Auto Transportes do Fundão**, mas também não é mencionado que circuitos são alterados. Finalmente, fiquei com dúvidas, em relação ao ponto 7, na alínea 10, em que há autorização de um **fundo de manei**o e gostaria de saber de quanto e quem o pode manejar.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício – Dr.º José Armando Serra dos Reis – para responder às questões colocadas. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara em exercício iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Primeiramente, disse ter algumas notas para dar e que, seguidamente, iria responder às questões levantadas. -----

“Em primeiro lugar, quero deixar-vos uma nota, e esta informação é pertinente e atual, pode ajudar a responder já a algumas questões colocadas. Sobre a questão das **faixas de gestão de combustíveis**, quer nos perímetros das zonas habitacionais, quer nas redes viárias, esta preocupa-nos pelo histórico criado no ano transato e preocupa-nos porque a principal preocupação é estarmos atentos à defesa das pessoas e dos seus bens. Esta é a primeira preocupação da Câmara Municipal, nomeadamente do Pelouro das Florestas, do Gabinete Técnico Florestal e de toda a equipa, como é óbvio, da Proteção Civil. Atentos a esta matéria e porque é muito difícil executar uma lei que está em vigor desde 2006, mas que, até hoje, ninguém quis levar muito a sério, e foi preciso morrer pessoas para estarmos aqui agora a equacionar. Começo por frisar o que fizemos. Publicámos os editais alertando e sensibilizando as populações para as boas práticas que cada um teria de ter. Fizemos ações de sensibilização, 28 ações em todas as freguesias, e aqui agradeço particularmente todos os presidentes de junta que colaboraram connosco e também à GNR. Quase 1 milhar e meio de munícipes participaram nestas ações de esclarecimento, o que é a prova provada, passo o pleonasmo, de que as populações estão atentas e querem responder e assim o esperamos. Posso dizer-vos que, na sequência dessas ações, publicámos também editais alertando para a necessidade do cumprimento dos prazos e de alguns requisitos necessários a ter em atenção. Ainda hoje mesmo, reunimos, pela primeira vez neste mandato, a Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios. Aprovámos o relatório de 2017. Aprovámos uma estratégia com as linhas orientadoras para o mandato, no que respeita ao ordenamento, à reflorestação e à gestão florestal do nosso Concelho. Aprovámos a primeira alteração ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, onde se destaca a Carta de Perigosidade de Incêndios. Só para vos dar uma nota: por causa da anterior Carta de Perigosidade de Incêndios, temos neste momento quase duas dezenas de projetos parados no Urbanismo porque esta carta de incêndios nos condicionava. Basta dizer-vos: qualquer construção de edificação que esteja numa zona de alta ou muito alta perigosidade de incêndio, não há departamento nenhum de urbanismo, nem nenhum técnico, que aprove. Com a alteração desta carta, ela foi hoje aprovada e vai para o ICNF para 20 dias de pronúncia, e penso que à sessão de abril, virá aqui a primeira alteração do nosso Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios, já com essa carta. Prioridade das prioridades é o Plano de Ordenamento Florestal da nossa Mata Nacional – a nossa floresta. O ponto principal do Ambiente, da Reflorestação e do Ordenamento é a nossa floresta. No final deste mandato queremos ter reflorestada a Mata Nacional de acordo com a sua história, a sua memória e também com as plantas autóctones que aí devem ser colocadas. Para isso pedimos a colaboração do ICNF. Queremos ser gestores ou cogestores desta mata e o ICNF correspondeu e já nos entregou o Plano de Gestão, Ordenamento e Reflorestação da nossa

floresta. Várias ações têm estado a ser desenvolvidas (reflorestação com retalhos da Covilhã e nacionais: plantámos 1500 árvores, ações com as escolas e com os guardiões da floresta, entre outros). Quando começámos este trabalho, aqui mesmo nesta sala, tivemos um fórum sobre “A

Floresta somos todos nós. Agir já. Alerta sempre” e aí foram recolhidos todos os contributos e é nesses contributos que estamos a atuar. Apareceram-nos muitas organizações de voluntários a quererem plantar e replantar, mas isso era improdutivo se eu ou nós mandássemos alguém para a Mata Nacional a plantar sem orientação e sem respeitar um plano. Isso está a ser cumprido e queremos efetivamente cumpri-lo rigorosamente. Para o Dia Mundial das Florestas estamos a planear duas ações: uma com as escolas (expressão plástica e entrega de uma árvore autóctone por cada turma) e uma com o Sporting Club da Covilhã em que vamos reflorestar toda a área envolvente que ardeu ao *Estádio Santos Pinto* e vamos ter aí uma ação inovadora e, talvez, mobilizadora porque vamos ter não só o corpo do Gabinete Técnico e a Direção do Sporting da Covilhã, mas também os seus atletas principais a plantar árvores e penso que é uma ação simbólica aliar o Desporto, o Recreio à Reflorestação. Muito obrigado ao Sporting Club da Covilhã.” -----

Respondendo ao Senhor Deputado Reis Silva disse: “Muito obrigado pelas suas questões. Elas são pertinentes, mas elas não deixam de ter imprecisões. O Senhor Deputado Reis Silva diz-nos o seguinte: a questão das **prioridades**. A questão das prioridades não é da responsabilidade da Câmara Municipal. Ela é da responsabilidade do ICNF. E nós temos a priorização de 1 a 6. Elas existem, como dizia o *Marquês de Pombal no terramoto de 1755*, se não erro, primeiro enterrar os mortos, mas sobretudo cuidar dos vivos. Esta priorização é neste sentido. Primeiro a prioridade é para as zonas não ardidas. É contrária àquilo que o Senhor Deputado disse. O que ardeu, infelizmente já ardeu e essa reflorestação podemos fazê-la periodicamente. Agora, há que cuidarmos dos vivos, que é a floresta viva e as zonas verdes das freguesias que são prioritárias, de 1 até 6. Posso dizer-lhe que a que está com prioridade 1 para não ser intervencionada é a Freguesia de Cortes do Meio que, infelizmente, é aquela que tem maior área ardida. É dentro deste contexto que nós temos de trabalhar e respeitar. -----

Os 55 milhões que o Governo disponibiliza, para que a Câmara Municipal substitua os privados se não atuarem, não têm nada a ver com as **candidaturas**, porque as nossas candidaturas apresentadas são ao **PDR 2020**, às medidas 81.4, 81.3 e também no âmbito do apoio do fogo controlado, do funcionamento dos gabinetes e também, salvo erro, 16.2. No **PDR**, estas candidaturas entram no pacote de qualquer candidatura. Aqui é que eu discordo do Governo, este ou outro. Estas candidaturas, porque foram apresentadas em situação de emergência, deviam ser resolvidas em situação de emergência e não o estão a ser. Porque qualquer candidatura que o Senhor Deputado Reis Silva encontre para a sua exploração, tem o mesmo tratamento que tem a da Câmara Municipal ou de uma Junta de Freguesia, quando deviam ser priorizadas para as situações de emergência. Entram nos pacotes dos *fundos 2020* e é aí que nós esperamos que elas sejam desenvolvidas. Os tais 2 milhões – temos uma rede primária aprovada e não esqueçamos que a rede primária é fundamental para a defesa da floresta e também das pessoas. Devíamos ter as redes primárias criadas. Vamos trabalhar e queremos ter, no final do mandato, uma rede primária executada em todas as cumeadas do nosso Concelho e

vamos cumprir esse desígnio. Esta candidatura para a rede primária das freguesias Teixoso-Sarzedo, Verdelhos, Cantar-Galo e Vila do Carvalho são 310 mil euros. Ela já foi aprovada e aguarda a assinatura do contrato e o lançamento da consignação da empreitada para a sua

realização. Medida 81.4 que são 547.598 euros está em análise no PRD 2020. Esta candidatura é para as freguesias: Barco – Coutada, Casegas – Ourondo, Erada e Paúl. Já agora, na medida 18.4, 62 mil euros, de grosso modo, esta já está aprovada e tem a ver com as freguesias relacionadas com os incêndios, é para as freguesias de União das Freguesias Covilhã – Canhoso, Cortes do Meio, Tortosendo e Unhais da Serra. Temos uma candidatura de 85 mil euros, também já aprovada, para ações de fogo controlado que temos de as desenvolver entre março e abril porque estas ações ajudam a minimizar os incêndios do próximo Verão e serão para as freguesias de Sobral de São Miguel, Erada, Unhais da Serra, Cortes do Meio e Vila do Carvalho. Submetemos também uma candidatura 81.3 na primeira fase, também no PDR 2020, embora o aviso esteja aberto até dia 23, de 1 milhão de euros para as freguesias: Aldeia de S. Francisco de Assis, São Jorge da Beira, Sobral de São Miguel, Casegas – Ourondo, Erada, Barco e Coutada. Porquê estas e não outras? Esta candidatura foi apresentada para as prioridades 1 e se a apresentássemos para as de prioridade 6, sabemos que ela iria logo cair porque o programa dá prioridades às freguesias de índice prioritário 1. Os avisos são colocados e cada um de nós que apresenta uma candidatura, a primeira coisa que devemos fazer é, perdoem-me a expressão, *“dar ao burro a palha que ele gosta.”* Se ele gosta de palha verde, damos-lhe palha verde! Se ele gosta de palha seca, damos-lhe palha seca! Quem está neste mundo das candidaturas sabe que é assim. Lemos os avisos e respondemos àquilo que lá nos pedem porque, se não respondermos, é chumbo correto, é trabalho perdido.” Relativamente aos 55 milhões de euros e tendo tido uma conversa com o Senhor Ministro Eduardo Cabrita, disse que ainda não estava regulamentado, que iria depender caso a caso e que, em setembro, se iria ver. “Nós, Câmara Municipal, quando se trata de defender as nossas posições, defendê-la-emos com todo o rigor.” Sobre o tema das **ARU’s**, recordou o Senhor Deputado Reis Silva que, havia uma semana ou duas, “nesta casa, havia quase duas centenas de operadores quando lançámos o programa ARU e a política de reabilitação das nossas edificações históricas, nomeadamente as edificações industriais. Juntámos aqui vários operadores, desde os bancos, desde os projetos individualmente e gabinetes de projetos, os investidores, os técnicos de vários municípios, as empresas imobiliárias, isto é, tudo quanto é fulgor de investimento estava nesta sala. O programa é possível para quem quer investir. Foi bem divulgado, aliás o Senhor Deputado João Gaspar já aqui o referenciou nesta matéria. É um programa apetecível e, infelizmente, tem de ser aplicado só nas áreas de reabilitação urbana. O Senhor Deputado Reis Silva disse, e muito bem, a Câmara Municipal luta aqui com duas dicotomias: por um lado, o grande objetivo era alargar as áreas de reabilitação urbana ao máximo possível na nossa Cidade e a todas as freguesias do Concelho, mas isso, como sabem, infelizmente, se nós a alargarmos muito a Câmara fica sem taxas nenhuma, ficando sem meios de subsistência. Vamos ter de saber conciliar esta história muito bem, mas vamos conciliá-la porque, quero dizer-vos, a Covilhã está na Moda em termos de investimentos e em termos turísticos. O Senhor Deputado Arq.º João Gaspar referenciou que várias centenas de projetos estão no Urbanismo e outros já cá fora e

em execução de reabilitação de edifícios fabris. A Covilhã teve 370 mil dormidas no último *Censo*, mais do que desde a Guarda até Castelo Branco. É obra de quem trabalha, de quem

mobiliza e de quem dinamiza. Em breve apresentar-vos-emos todos os projetos de reabilitação que estão em curso. -----

Outro grande objetivo deste mandato é termos os **instrumentos de planeamento** corrigidos o mais breve possível. O Senhor Deputado Reis Silva sabe que todos e quaisquer documentos de planeamento de gestão urbanística são elaborados tecnicamente, são postos à discussão pública, mas não são aprovados sem virem aqui a esta Casa. Aqui é que é a grande decisão, quer seja o PDM, os planos de pormenor, os planos de urbanização. Todos eles passarão por aqui. Infelizmente, muitas áreas de reabilitação urbana nas freguesias já caíram, já passaram os prazos. Temos de estudar como é que as renovamos. O Senhor tem toda a razão e eu concordo, temos de possibilitar a quem possa investir, seja nas freguesias, seja na Covilhã. -----

Para completar com o Senhor Deputado Reis Silva, a **fatura da água**, todos gostaríamos de fornecer de preferência água gratuita a todos os municípios. De facto, a fatura da água aumentou 1.4. Infelizmente, não controlamos totalmente a distribuição da água. Apenas controlamos 51 %. Mas, não esqueça que no ano passado foi reduzida em 8 ou 9 %. De acordo com a parceria, temos de a atualizar anualmente de acordo com a inflação. Não fomos nós que assinámos o contrato de cedência dos 51 % da água. Alguém teve essa responsabilidade, mas também não a queremos agora chamá-la para aqui, porque a história do passado não nos alimenta muito do que temos de fazer. Agora estamos a lidar com uma realidade e quando nós pudermos, sempre que pudermos e seja possível, vamos baixar o preço da água. -----

Quanto à **taxa de ocupação do subsolo**, é uma questão também legal. Nós não a conseguimos controlar. Evidentemente que ela também foi aqui aprovada nesta Casa. Esta Casa é a sede da Democracia da Covilhã e, tudo aquilo que aqui é aprovado, a Câmara Municipal, e neste caso até nem é a Câmara Municipal, é a Beiragás que debita a tal taxa de ocupação do subsolo, mas nós não a conseguimos controlar. -----

O **CallCenter** da Covilhã da **Altice**, aqui referido, que no dia 25 de abril iremos apresentá-lo publicamente, abriu em 12/02 com 80 postos de trabalho já a funcionar para pessoas que dominam a língua francesa e com conhecimentos de informática. Já está uma realidade no Parkurbis. Não é uma invenção. E vai crescer até 200 trabalhadores. Não se fale em mobilismo porque não é verdade. A dinâmica é constante, planeada e todas as coisas têm um momento para acontecer. Nós pretendemos atingir aqui os tais 200 trabalhadores e gastámos 120 mil euros. Câmaras como a de Lamego, como a de Amarante, gastaram 800 mil euros para montar um centro igualzinho àquele que temos a funcionar. Tivemos de fazer uma engenharia e fazê-lo com rigor. Quero dizer-vos que, no próximo domingo, seis concelhos aqui na Serra vão anunciar um novo investimento. Vamos ter fibra ótica em todo o cordão à volta da Serra e, aqui, vão ser abrangidas várias freguesias também do nosso Concelho à volta da Serra. É um projeto da **Altice**. Quero dizer-vos também que a própria **Altice** está a investir no dito "**Cubo**", que também não concordámos e que nos deixou longe dos postos de trabalho que nos prometeram aqui nesta Casa, mas, no entanto, estão lá a investir 4 milhões de euros e isso é relevante. É

importante aqui para a Covilhã. Não criou, nem cria postos de trabalho, porque trabalha sobretudo à volta da alta tecnologia, mas pronto é o que é. -----

Quero realçar muito particularmente as ações deste Município: a nossa atividade **Natal com Arte** que foi um êxito, não só pela realização dos eventos, mas o envolvimento da Comunidade que participou; o **Carnaval da Neve** que foi um programa de excelência. A Senhora Vereadora fez um exercício de fazer uma obra com zero investimentos quase da Câmara. Mobilizou a Comunidade Covilhanense e não só. Houve uma grande empresa multinacional que pagou, salvo erro, 10 mil euros de um contributo para a pista de gelo; a nossa **BTL** em Lisboa. Foi um êxito e, do ponto de vista turístico, não tínhamos de lá estar. Mas, também com custas mínimas, montámos um *stand* que teve a atração, não só da Comunicação Social, mas de todos. O próprio Presidente da República esteve lá e dizia que a esposa tinha ligações à Covilhã e que estava a gostar muito do nosso tema da lã, da nossa história, da nossa memória. É a maior Feira de Turismo do País e uma das melhores a nível europeu e internacional. Estivemos lá com êxito em torno do tema da lã que diferenciou a nossa história e a nossa memória.” -----

Respondendo à Senhora Deputada Ana Azevedo relativamente ao **Associativismo**, referiu que “o que se está a fazer na dinamização das coletividades, que há de terminar dia 17/03, com o grande *Fórum* nesta Casa, onde se vai aprovar o Regulamento, se o meu partido não fizesse isso, ficava de mal com o meu partido. Não se esqueça que sou Presidente de associações que tiveram cartas do Senhor Presidente de então a dizer que não apoiavam essas associações porque eu comungava de uma doutrina adversa a do Senhor Presidente da Câmara. É uma carta escrita! Não foi dita! Se quiser eu dou-lhe cópia! E, se o meu partido não o fizer, eu zango-me com o meu partido. Eu quero as associações tratadas de igual modo e queremos o Regulamento aprovado. E queremos mais! Nós não estamos preocupados com a paternidade, mas já agora quero-lhe dizer: vai ler o Programa do Partido Socialista no 5.4 do Programa Eleitoral. Não sei quem copiou, se foi o CDS ou se foi o PS! Lá, está escrito e passo a ler só para não haver dúvidas: “Criar um Gabinete de Apoio ao Associativismo.” Estamos preocupados em definir no presente e planear o nosso Futuro. -----

No âmbito da **Proteção Civil**, há dias os Senhores Presidentes das Juntas estiveram aqui e definiram aqui um Programa de Proteção Civil para preparação dos planos locais de proteção e segurança. -----

Quero dizer-vos, com muito agrado, que, no dia 27 de março – Dia Mundial do Teatro, vamos apresentar publicamente o **Projeto de Requalificação da obra** emblemática, não só desta Câmara, mas do nosso concelho e do nosso município, o **Teatro Municipal** e o **Plano Estratégico para a sua utilização e aproveitamento.**” -----

Continuou pedindo ao Eng.º Vieira que registasse as questões do Senhor Deputado Marco Gabriel para “depois, nós pudermos dar uma resposta atempadamente ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia do que pretendemos fazer sobre estas temáticas. Evidentemente que nem tudo pode ser feito. Temos de ter prioridades. -----

Sobre a **Habitação Social** e esta questão do Regulamento dos Condóminos, peço à Dr.ª Graça para, no final, esclarecer o Senhor Deputado. -----

Sobre a questão do **fundo de manei**o, dizer que o fundo de manei o está regulamentado no Município e pode ter acesso a ele e pode utilizar.” -----

Sobre o **Acordo entre a ARS e a Câmara Municipal**, pediu à Dr.^a Graça Robbins para esclarecer se fosse possível. -----

“No tocante à **Habitação Social** e à **requalificação sobre a questão da eficiência Energética**, eu concordo com o Senhor Deputado Marco Gabriel com esta equipa multidisciplinar. Os recursos é que são muito poucos. Se se puder efetivamente colocar de pé, é, de facto, fantástico.” -----

Deixou ainda a nota de agradecimento, em nome da Câmara, ao **Grupo Dadores de Sangue** pela sua iniciativa, desejar-lhes a maior felicidade e êxitos no seu trabalho “porque o vosso trabalho dependerá a saúde e a vida de muitos de nós. -----

Quero também deixar-vos aqui duas questões e duas notas ao Grupo Parlamentar do PSD. Os grandes inimigos do desenvolvimento do Interior, e aqui tenho de puxar a brasa à política, foram aqueles, salvo erro em 1988, que andaram a pregar de Norte a Sul, entre os quais o Senhor Prof.^o Marcelo Rebelo de Sousa, contra a **Regionalização**. O **Movimento pelo Interior**, o Senhor Miguel Cadilhe, o Senhor Presidente da Câmara da Guarda, onde é que eles estavam? Ainda agora há dias, ouvi o Senhor Presidente da Câmara da Guarda defender a **Regionalização**! E eu perguntei-lhe: então o que é que o Senhor andou a fazer com o Senhor Prof.^o Marcelo nesse tempo, de Norte a Sul?! Não querem a **Regionalização** porque é o *caos* para o País! Esta é a minha opinião, Senhores Deputados. Enquanto não mandarem os que cá estão, como dizem lá no Marão, o problema do Interior não se resolve da interiorização e da desertificação. -----

Eu já disse, no outro dia, com todo o respeito, e está o Senhor Deputado Marco Gabriel, que respeito muito a ação deles e vou com eles até ao fim do mundo pelas **portagens**. Não é uma questão de ser o meu partido ou outro partido. Evidentemente que a gente também sabe institucionalizou as portagens. O Senhor Ministro Pedro Marques é sempre bem-vindo, e pessoa muito grata, sempre que traga investimentos para o País, como nos anunciou aqui na passada sexta feira. Evidentemente estar a pedir ao Senhor Ministro que viesse aqui anunciar que, a partir de amanhã, as portagens eram de borla, também nem tanto! A Câmara Municipal tem uma posição e o Senhor Presidente já a anunciou: nós defendemos uma redução gradual das taxas das SCUT's até chegar ao nível zero. Não é por uma questão de crer. É por uma questão que a coesão territorial assim o exige. Estarmos a reivindicar uma questão aqui e uma questão ali, não. Vamos todos unir-nos porque o Alberto João e o primeiro Presidente dos Açores deram-nos uma grande lição que, mesmo assim, nós não a quisemos cumprir. Eles, na Madeira e nos Açores, estão hoje muitos quilómetros a frente do desenvolvimento das Beiras ou Trás-Os-Montes, porque tiveram a **regionalização** desde a primeira hora. Nós aqui não soubemos seguir-lhe o caminho. Toda a gente sabe que, em cada *Quadro Comunitário*, a Europa aprova o *Orçamento dos Fundos Comunitários* para as regiões. Sabem o que temos feito em Portugal? Para cada *Quadro Comunitário* inventam regiões (Regiões plano, Regiões agrícolas, Direções Regionais, CIM). -----

A **Comunidade Intermunicipal** não nos adianta, nem nos atrasa. Os Senhores confundem a CIM com a Comurbeiras porque tivemos um “casamento forçado”. A Comurbeiras ainda tinha uma gestão onde o Presidente mandava alguma coisa. Na CIM não. A CIM tem um Conselho

Intermunicipal que o governa e o Conselho Intermunicipal não venha a pedir que a Câmara Municipal da Covilhã mande no Conselho Intermunicipal. O Conselho Intermunicipal é que

decide. Decidiu, no mandato anterior, que as presidências eram partilhadas: Covilhã – Fundão. Decidiu e decidiu bem. Quem é a Covilhã? É alguma ilha? Ou quer se impor a alguém? Não. Nós queremos estar nas organizações em pé de igualdade. Decidiram que, neste momento, é para o outro lado da Serra Gouveia – Seia e está bem decidido. Porquê questionar? Podem crer que estamos atentos e vamos captar todos os fundos que vierem através da CIM. Ela tem, ainda, duas formas de gestão de eleição: uma é o Conselho Intermunicipal que são os Senhores Presidentes de Câmara e uma outra que é o número de eleitores que tem cada concelho. Portanto, tem duas formas de votação e de eleição. Nós, contra isso nada podemos fazer. Tiraremos de lá tudo o que pudermos tirar no âmbito dos planos de gestão estratégico, desenvolvimento e dos fundos comunitários. Tiraremos a nossa parte, mas não queremos que o nosso Presidente perca muito tempo com aquilo. O Senhor Presidente da Câmara da Covilhã tem muito que fazer aqui e pela Covilhã. Lá estaremos para defender aquilo que pretenderemos defender.” -----

De seguida, lamentou e apelou ao Senhor Dr.º Luís Fiadeiro e ao Senhor Enf.º António João o seguinte: “Ninguém melhor que vós ama a Covilhã, vocês e todos quantos estão no Movimento pela Covilhã. Vocês são os principais amantes da Covilhã e como o são têm de fazer uma coisa muito simples. O Senhor focou aqui a questão do **Tribunal do Trabalho**. Que nós, se não nos organizarmos, ela vai fugir da Covilhã. Concordo perfeitamente. O Senhor sabe perfeitamente quem está a ocupar as instalações que deveriam ser do Tribunal do Trabalho. Sabe. Então, o Senhor dinamize para quem está a ocupar essas instalações saia de lá. É imoral e é insensível. A associação que está lá leva daqui da Câmara 42.500 euros de quota anual. Há aqui alguma associação que leve essa quota anual por ano? Quando o Senhor Presidente da Câmara anterior saiu, levou logo 85 mil euros atrás dele com medo que não lhe pagassem. Isto é ilegal? Não sei se é! Imoral? Eu nunca o faria! Uma associação congénere dessa, a que eu presido, sabe quanto é que leva de quota anual da Câmara? 50 euros por ano. Está a ver qual é a diferença? E mais, essa associação teve e tem um *staff* técnico pago a 100 %. Teve e tem dinheiros a 100 % para constituir a sua própria sede. A associação a que eu presido comprou o edifício para a sede, requalificou-a e é dessa associação. E essa associação tem um edifício, que foi pago com o nosso dinheiro, devoluto. Porque não ocupa essas instalações, Senhor Dr.º Luís Fiadeiro? O que eu defendo para quem ama a Covilhã, a primeira coisa que os Senhores fazem é sensibilizar o Senhor Presidente dessa associação dizendo-lhe que tem um edifício, que até está abandonado, um edifício enorme, com as portas fechadas. Era menos um edifício devoluto e libertava-nos o Tribunal do Trabalho para os instalarmos. Não estou a falar de ilegalidades. Estou a falar de imoralidade e não me venham a invocar que amam a Covilhã! Os Senhores usam a Covilhã. Ainda podia ser uma associação que tivesse necessidade, mas não tem necessidade. Não precisa que a Câmara lhe pague quotas milionárias. Não precisa que a Câmara lhe dê a sede. Não precisa que a Câmara lhe pague luz. Só têm um caminho: se o Tribunal do Trabalho não vier para a Covilhã ou não tivermos instalações, a culpa é do vosso Movimento, é dos dirigentes dessa associação. -----

Para terminar, sobre as questões do **Ambiente** que foram focadas aqui. Prioridade: a **Mata Nacional**. Estamos com um projeto para o **Jardim Botânico** que é lindíssimo e que está, de facto,

muito degradado. Estamos com **projetos de reflorestação e ordenamento**. Para terminar, as **faixas de gestão de combustível**, até 15 de março, as comunidades locais têm que responder. Depois de 15 de março, a Câmara Municipal reunirá com todas as juntas de freguesia. Vai fazer a avaliação do que é que foi feito. Já agora, quero dizer-vos que, para as freguesias de prioridade 1, nós candidatámos, porque tínhamos que cumprir 60 % da candidatura que tinham de ser para redes primárias e os outros 40 % para infraestruturas e faixas de redes secundárias, 300 mil euros para as faixas de gestão de combustível das vias rodoviárias. A partir do momento em que a candidatura foi submetida, podemos investir e vamos trabalhar por aí. A partir do dia 15 de março, vamos elaborar o nosso plano, freguesia a freguesia, quanto custa, qual o programa que vai atuar, se são os serviços da Câmara, se são com equipas de sapadores, se são com as juntas de freguesia com protocolos, para que até maio ou junho, se não tivermos tudo feito, tenhamos alguma coisa para apresentar como credível.” -----
Seguidamente, pediu à Dr.ª Graça Robbins para esclarecer o Dr.º Marco Gabriel. -----

--- Relativamente ao **Protocolo** em questão, a Dr.ª Graça Robbins esclareceu que havia “um atraso nos procedimentos de elaboração do Regulamento em causa, que ainda está em fase de projeto. Tem de regressar, depois da consulta pública, à Câmara Municipal onde aí já estarão incluídos todos os contributos, quer da fase do início do procedimento, quer após consulta pública, e só depois de aprovado na Câmara vem à Assembleia Municipal. O Regulamento, neste momento, está em fase de projeto. Está nos serviços com procedimentos, efetivamente, que se constata de forma atrasada, mas não está ainda a versão que irá ser submetida aos órgãos municipais. Talvez a confusão tenha a ver com a alteração na aprovação de regulamentos no Código do Procedimento Administrativo que introduziu mais uma fase antes de chegarmos ao projeto de regulamento após consulta que, de facto, talvez aí a grande confusão. Há uma primeira fase em que se pede os contributos da população e há uma segunda fase que é a consulta pública. Nós ainda não chegámos à consulta pública.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara em exercício agradeceu o esclarecimento dado pela Dr.ª Graça Robbins e pediu desculpas a todos por alguma emoção nas questões, “mas, de facto, podem crer que é pela Covilhã e é em defesa da Covilhã.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro que, em defesa da honra, disse: “ tendo em atenção aos 2 minutos e a intervenção do Senhor Presidente da Câmara em exercício, restringindo a minha intervenção à questão do **Tribunal do Trabalho**, o que eu quero dizer ao Senhor Presidente em exercício, quem está no poder é que tem de exercer o poder. Portanto, se nós temos um problema concreto com o Tribunal do Trabalho, compete à Câmara a sua resolução. Agora fica muito mal colocar a questão da não resolução do Tribunal do Trabalho no Movimento Cívico. O Movimento Cívico é um movimento cívico. A questão do Tribunal do Trabalho tem contornos jurídicos, como certamente o Senhor

Presidente em exercício sabe. Houve uma providência. Há uma contestação ou uma oposição à providência e isto é um julgamento a decorrer, segundo eu sei. O problema da localização, num

determinado espaço, do Tribunal do Trabalho está restrito a duas entidades: à entidade que, neste momento, com um título legítimo, tem a ocupação do espaço e a Câmara. É um assunto que estas duas entidades têm que resolver. Agora extravasar essa questão para imputar a não localização, isso é que me começo a ficar muito preocupado, é se, de facto, a Câmara não tem a competência para resolver esta questão. Isto é mesmo uma questão de competência. Há outros espaços na nossa cidade onde também isso pode ser sediado e, esta questão em si, apelando às regras do bom senso de todos os lados, de ambas as partes, acho eu que também é resolúvel. Tribunal do Trabalho - estejam cientes relativamente a este aspeto: se não resolverem a questão, pode constituir mais um problema e não venham imputar responsabilidades ao Movimento Cívico. Quando falou que era do anterior Presidente, é o atual Presidente, portanto não estou a perceber realmente a autoria relativamente a esse aspeto. Sendo certo que o que é ético, o que é correto, o que é moral, é resolver as questões dentro do seu enquadramento e dentro das instituições. Certo que, se há um problema, os Senhores foram eleitos, legitimamente estão a exercer os cargos, têm a competência e o dever de resolver. Mais ainda, fico extremamente preocupado, relativamente a esta questão, quando de facto verifico a vossa posição relativamente a outros movimentos do Interior, seja o posicionamento na CIM, seja inclusive o próprio posicionamento no Movimento do Interior, só porque, desse movimento, alguém faz parte e que teve uma determinada posição no passado, que não é legítimo agora ter alterado a sua posição e estar a defender um novo entendimento relativamente à questão administrativa do País.” -----

--- Concedida a palavra para defesa da honra, o Senhor Doutor António João disse: “Por mais decibéis que utilize, por maior emotividade que ponha na sua intervenção, por maior que seja a sua convicção na comunicação, há uma coisa que lhe garanto cara na cara, olhos nos olhos, a si e a toda a Assembleia, o Movimento “De Novo Covilhã” nada tem a ver com uma associação chamada RUDE. Pessoalmente, conheço o edifício de passar na estrada em frente ao Tribunal. Tenho dito.” -----

--- O Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho invocou o *Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã* para solicitar esclarecimentos que já tinha pedido em anteriores assembleias e pessoalmente em várias reuniões. Perguntou quando lhe forneciam a sentença do Tribunal relativa à TOS. “Há empresas a operar na Covilhã que não cobram a TOS aos municípios como manda a lei aprovada em *Orçamento do Estado* e há empresas que o cobram. O que é que a Câmara está a pensar fazer para esclarecer esta situação perante as entidades competentes.” -----

--- Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício que disse compreender a posição do Movimento. “Eu sei perfeitamente que nada tem a ver com a questão. A única coisa que eu volto a apelar é o vosso relacionamento e à vossa sensibilidade para ajudar a

resolver o problema. Nós já apresentámos ao Tribunal vários espaços ou várias alternativas de espaços. Não quero discutir questões de legalidade. Quero discutir questões de sensibilidade e

de moralidade porque entre a legalidade e a moralidade vai um grande campo. Eu não me sentia cómodo ocupar aquele espaço tendo tido fundos a 100 % para criar espaços alternativos. O Tribunal faz-nos questão de ser aquele edifício e devia ser aquele edifício. Se ele não puder ser que se arranje hoje, tudo bem. Mas se puder ser que todos tenhamos a responsabilidade, a idoneidade e a defesa dos interesses da Covilhã. Desculparão alguma inconveniência e apelo à vossa sensibilidade. Vamos sensibilizar os intervenientes para resolvermos este problema.” ----

2.2 - Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de fevereiro de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no artigo 6.º da Lei 112/2017, de 29 de dezembro, através do ofício n.º 1106 de 2018.02.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Não participaram na discussão e votação do presente assunto os Senhores: Prof. Doutora Graça Sardinha, Sr. Paulo Ranito, Dr.ª Rosália Rodrigues, Dr.ª Sandra Ferreira e Sr. Pedro Leitão, nos termos previsto no n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime jurídico das autarquias locais, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Prof. Doutora Assunção Patto, Prof. Reis Silva, Dr. Luís Fiadeiro, Eng. Hélio Fazendeiro e Eng. José António Sardinha: ----

--- A Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto expôs: “O CDS compreende perfeitamente a situação da necessidade de legalizar os Precários. É uma situação muito complicada porque qualquer pessoa que esteja ou já passou por isso, muitos de nós já passámos, mas de facto a maneira de como está a ser feita levanta-nos muitas dúvidas. Há uma série de situações que não estamos a compreender e, portanto, vamos votar contra.” -----

--- O Prof.º Vítor Manuel Reis Silva disse ter lida a proposta com atenção e recordou, “para quem esteve e não esteve, que durante 4 anos, no último mandato, nós insistimos que era necessário resolver o problema dos trabalhadores precários. Na nossa insistência salientámos sempre que, no caso dos trabalhadores na área da Educação, tinha sido possível à Câmara, a lei do

Orçamento de Estado o permitia porque criava um regime excecional nas áreas delegadas pela Administração Central na Administração Local, ter resolvido este problema de alguns precários.

Mas, neste momento, com o programa de luta contra a precariedade e esta abertura do Governo, é evidente que nós ficámos surpreendidos um pouco com o número de técnicos superiores que estão e vivem situações de precariedade na Câmara Municipal. Nós, no âmbito da campanha eleitoral, nas visitas que fizemos nos vários departamentos, fomos encontrando aqui e ali vários trabalhadores. Na área do Urbanismo, realçou-se um pouco essa necessidade. Sublinhou-se a necessidade que o próprio Departamento de Urbanismo não podia viver com um conjunto de técnicos superiores, arquitetos e engenheiros, em situação precária. É evidente que, quem está, está. Os lugares são considerados precários necessidades permanentes do serviço. Não quer dizer que quem lá está ficará porque haverá sempre uns processos de concurso que irão decorrer, portanto não se dê o processo como finalizado. Estamos a falar de situações em que a Câmara Municipal prova, perante a entidade da tutela, que aqueles lugares são necessidades permanentes e que é necessário colmatar essas necessidades. É evidente que não vamos colocar aqui a forma como é que esses trabalhadores entraram na Câmara Municipal, se entraram através dos contratos de emprego e inserção, se entraram através dos *outsourcings*. Possivelmente os mecanismos são muitos. Na campanha eleitoral do PS, foi público em que um dos candidatos dizia: despediram os meus apoiantes da Câmara Municipal da Covilhã para meterem apoiantes do outro, também era candidato ao mesmo órgão. Eu já desconfiava que, às vezes, o facto de ter o cartão partidário era capaz de ajudar. Mas, dentro do cartão partidário, ainda haver estas diferenças é que, de facto, fiquei surpreendido. As declarações são públicas, não são minhas. Mas, pronto, temos de resolver esta situação. Os trabalhadores são precários, tem de se resolver. Os problemas existem porque, durante 4 anos, no tempo já do Partido Socialista do Governo com o Eng.º José Sócrates, as limitações que houve à contratação por parte do PSD e do CDS, no âmbito da *Troika* e das medidas para além da *Troika*, não se permitia às câmaras municipais contratar quem necessitavam para o serviço. É evidente que as câmaras foram encontrando os seus mecanismos onde os contratos de emprego e inserção se inserem e *outsourcings* também se inserem. A realidade é esta e são milhares de trabalhadores no País. Há algumas, não chegam a uma centena, no Concelho da Covilhã. É verdade que, na área da educação, já podia estar resolvido há mais anos. Infelizmente, não foi resolvido e entra agora neste pacote. Mas, ainda fica muita gente de fora. E, quem fica de fora, continua a recibo verde. Argumenta-se com as 2 horas ou as 4 horas. É verdade. É aquilo que muitas vezes é necessário lá no jardim de infância para o serviço de refeições ou para o serviço de prolongamento de horário. Também não vamos estar a defender, em termos de racionalidade financeira, estar a contratar alguém 7 horas quando só necessitamos de uma pessoa para 2 horas. No mínimo dos mínimos, aquilo que se apela, e já o apelei aqui, é que se faça contrato a esses trabalhadores. Vamos acabar com os recibos verdes na Câmara Municipal da Covilhã! Faça-se um contrato. Existe a figura do contrato em termos de resolutivo certo a tempo parcial. Dá para 2 horas! Dá para 4 horas! Dá para aquilo que for necessário, mas penso que traz vantagens de facto aos trabalhadores e, pelo menos, reduz a precariedade. -----

Já agora aproveitava para o Senhor Presidente da Câmara em exercício, quando pudesse e tivesse oportunidade, nós recebemos uma Moção da Assembleia de Freguesia do Tortosendo,

aprovada por unanimidade, a solicitar uma requalificação do ex-TCT, principalmente nessa ligação Covilhã – Tortosendo. Eu penso que é importante e era importante que a Câmara Municipal nos dissesse alguma coisa sobre isso ou, pelo menos, se debruçasse sobre esta temática que tem a ver com pessoas, com a vida das pessoas e com a sinistralidade. ----- Quando nos diz que há 80 empregos que estão a ser instalados na *Altice*, que falam francês, recorro que, estamos a viver um problema no Concelho da Covilhã. A Santa Casa da Misericórdia, é público, quer despedir 40. Portanto, o saldo no Concelho fica assim pela metade. Criam-se 80 ali, despedem-se 40 acolá! A Câmara não manda nos privados, mas sensibiliza os privados a investir. A Câmara não manda nas instituições, mas ajuda as instituições.” -----

--- Atribuída a palavra, o Senhor Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro, relativamente ao assunto, disse o seguinte: “Primeiro, um considerando: Mais uma vez é uma contradição do estado em que vivemos. Ou seja, infelizmente há precários na Função Pública, no Estado. Quem tem obrigação de dar o exemplo, não dá o exemplo. Também é verdade que há precários no Privado. Mas aí, naturalmente, há leis e, elas se forem efetivamente cumpridas, quem é precário faz valer dos seus direitos em sede própria. Aqui o que se viu, durante muitos anos, é que o Estado, neste caso concreto, teve um mau exemplo. Relativamente a esta questão, convém também atender, para entender o sentido de voto da nossa bancada, que esta questão resulta de uma lei que foi aprovada, que é a Lei 112/2017 de 20 de dezembro, e que, no fundo, baliza bem a questão. Aqui, nos termos do artigo 2.º, n.º 1, diz claramente que “a presente lei abrange as pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional de carreiras gerais ou especiais.” É o primeiro requisito. Segundo requisito: “e que satisfaçam necessidades permanentes dos órgãos ou serviços abrangidos pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.” Ou seja, atento à informação que nos foi disponibilizada, eu não vejo, nem tampouco visualizo, qualquer justificação para qualquer necessidade premente do pessoal da Autarquia e, por outro lado, os requisitos que estão estabelecidos na lei não foram totalmente observados. É bom também atender que estamos na presença de uma matéria controversa em que há interessados e há contrainteressados. Portanto, relativamente a isso, tem de se ter muita cautela e muita ponderação. Daí que, tendo em atenção e apesar de se reconhecer a existência de precários, contudo entendemos que não foram prestadas as informações, nem o processo contem essas informações, relativamente aos requisitos que a lei estabelece para esta temática. Daí que o nosso sentido de voto seja a abstenção.” -----

--- Dada a palavra, o Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões fazendeiro começou por “saudar, em primeiro lugar o Governo da República, liderado pelo Partido Socialista e apoiado pelos partidos com assento parlamentar, a CDU, o Bloco de Esquerda, por terem a coragem de fazer uma coisa simples que, porventura, tem caído em desuso, que é cumprir aquilo que se diz nas eleições, que é combater a precariedade, que é dar estabilidade à vida das pessoas e que é criar instrumentos na lei que permita resolver uma coisa que, em tempo eleitoral, todos dizemos,

mas, quando exercemos o poder, muitos não o fazem. E, em primeiro lugar, quero dar os parabéns ao Município da Covilhã pela rapidez como agiu, pela forma como o fez, pela forma

como diligentemente procedeu mesmo contra a vontade de alguns, mesmo contra muita resistência que encontrou, mesmo contra o descrédito de algumas pessoas que entendiam que isto era bom demais para ser verdade. Mas, efetivamente, a Câmara Municipal da Covilhã andou bem e é hoje uma das primeiras autarquias no interior do País e, porventura, a nível nacional, a regularizar uma situação vergonhosa que acontecia há muitos anos, alguns deles há mais de 20 anos. Esta Câmara Municipal e este Executivo Municipal, com a liderança do Senhor Presidente Vítor Pereira, já no mandato anterior tinha identificado este problema e tinha explicado que, dentro daquilo que eram as nossas limitações orçamentais, dentro daquilo que eram os nossos constrangimentos em termos de contratação de pessoal, dada a situação financeira da Câmara, iríamos procurar e estávamos a fazê-lo integrar e dar resposta a estas pessoas. Algumas delas, repito, trabalham há dezenas de anos nesta situação. Fizemo-lo e fizemo-lo no mandato anterior, dentro das nossas possibilidades, integrando, entre as juntas de freguesia e Câmara Municipal, cerca de 30 tarefeiras e estamos a fazê-lo agora com 75 trabalhadores, entre tarefeiras, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais. Isto não é uma coisa menor porque isto implica diretamente com a vida das pessoas e, aqui, somos um órgão político e temos de perceber também como é que se posicionam os políticos sobre esta matéria. Não posso deixar de lembrar, foi na nossa última Assembleia Municipal, por proposta da CDU, veio a esta Casa uma assembleia procurar recomendar, já não me lembro dos termos, uma moção exatamente pela integração das tarefeiras da situação precária. E essa moção teve o voto favorável do CDS. Ora hoje caiu a máscara ao CDS porque aquilo que o CDS vem fazendo desde da pré-campanha e neste período de 5 meses de governação, é exatamente procurar ganhar notoriedade através do populismo fácil. O CDS não se importa com a vida das pessoas. O CDS importa-se com o aproveitamento político das circunstâncias como hoje aqui o demonstrou com este ponto, com a moção do ambientalismo, da sensibilidade ambiental, com a intervenção do *Fórum* do Associativismo. Senhora Deputada, quais são as dúvidas que tem em relação a isto? Diga-me do CDS. Nós, na Câmara Municipal, por aquilo que nos foi dado a conhecer das atas e da intervenção do Senhor Vereador, não houve nenhuma questão. Vem dizer-nos que o CDS vota contra porque tem dúvidas. Quais são as dúvidas? A Câmara Municipal está a fazer uma integração de acordo com a lei. O Senhor Deputado Luís Fiadeiro já hoje nos aqui disse quais eram as condições para integração. A Câmara Municipal está a fazer essa integração integral, com respeito integral de acordo com a lei. Aquilo que vem aqui hoje é, no fundo, uma autorização da Câmara Municipal para alargar o quadro de funcionários para integrar exatamente estes precários com a respetiva dotação orçamental. Porque é que o CDS não concorda? É com o espírito da lei? Foi com aquilo que estava no Orçamento de Estado ou com a Lei 112/2017? Aquilo que o CDS não concorda é, efetivamente, apoiar boas medidas e, tudo aquilo que não seja da sua autoria, o CDS, pura e simplesmente, desdenha e vota contra. Eu acho que esse não é o caminho. Eu compreendo que o CDS precise de notoriedade na Covilhã, mas recomendo-lhe que o façam através da seriedade. Este não é o caminho.” -----

--- O Senhor Eng.º José António Sardinha, no uso da palavra, para “em relação a este assunto, nós, PSD, também temos uma declaração de voto que depois entregamos. O nosso voto que vai

ser contra esta proposta. Eu vinha pedir que, em termos de ata, constasse quem é que são os elementos que votam o quê, já que a votação vai ser feita pessoalmente, porque, de facto, como já foi aqui referido, este assunto é melindroso, envolve muita legislação, muita legalidade nos procedimentos. Não queremos que na ata fique só a referência a quem vota favorável ou não, mas quem vota o quê. Porque há pessoas que podem não estar na votação e outros efetivamente a votar e ainda pode haver alguns impedimentos em termos de votação.” -----

--- Face à solicitação do Senhor Eng.º José António Sardinha, foi dada a palavra à Dr.ª Graça Robbins para esclarecer a situação. -----

--- A Dr.ª Graça Robbins esclareceu que, “na votação, o que consta da ata é quem votou a favor e quem votou contra. Se, por exemplo, uma bancada parlamentar vota toda a favor ou contra fica lá dito que a bancada votou. Se, por acaso, dentro da mesma bancada, há diferenças de voto, fica dito qual o Deputado que votou a favor, qual votou contra ou se absteve. Aproveito para esclarecer que aquilo que vem aqui para votar é o aumento de 7 postos de trabalho relativamente ao mapa de pessoal que foi aqui aprovado no dia 22 de dezembro de 2017 e não pessoas. Essa é a única competência que a Assembleia tem sobre este assunto. Todas as questões relacionadas com listagens de nomes, com procedimentos concursais compete à Câmara. A votação que vai constar na ata é aquela plasmada no *Regimento* tem a ver com o número de Deputados por inerência diretos e pelos Presidente de Junta. Não há uma listagem de nomes de quem está realmente na sala. As pessoas que estão realmente na sala podem não ser as mesmas que estavam há 10 minutos atrás.” -----

--- O Dr.º Marco António Barreiros Gabriel, querendo dar o seu contributo na questão da votação, disse: “Nas votações estar devidamente assinalado quem é que vota o quê. Se no caso da bancada do Partido Comunista Português, não há dúvida absolutamente nenhuma porque eu, enquanto Presidente de Junta, já me declarei deste grupo municipal e a nossa orientação de voto é sempre a mesma, no caso de outras bancadas isso não acontece. Há elementos que votam a favor e há elementos que se abstêm, não sei se neste mandato, mas já aconteceu. Eu já tinha colocado isto aqui que nas votações devia estar expressamente quem é que vota o quê efetivamente até porque há um conjunto de presidentes de junta que não estão agrupados em nenhuma das bancadas e depois não se percebe qual é que foi o sentido de voto. Aquilo que eu propunha aqui era que, se a proposta for aprovada, fique expressamente visto na ata quais foram os votos contra e quais foram as abstenções, de quem e de que partido.” -----

--- O Senhor Prof.º Bernardino Gata Silva referiu “a questão que foi posta era quase uma questão inicialmente de votação nominal. Ora, não há sujeição à votação nominal. O Senhor Deputado Marco Gabriel pôs bem a questão. É uma votação de bancada. Quando acontece que, nas bancadas, não possa haver unanimidade deve haver da parte do deputado uma declaração

de voto *a posteriori* ou não. Agora a questão que se põe é a dos Senhores presidentes de junta. Aí, pode haver, por parte da Mesa, naqueles que é a maioria dos Senhores presidentes de junta,

penso que só o Dr.º Marco Gabriel é que se confessa alinhado, qualquer presidente de junta tem a sua junta de freguesia e pode não votar não pelo alinhamento partidário, mas porque pensa assim, e aí mantem-se aquilo que eu aqui estou a sugerir. O Senhor presidente da junta que quiser votar num determinado sentido faz ou entrega uma declaração de voto.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação do colégio constituído por eleitos diretos e por inerência do cargo de presidente de junta – **Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários - Lei 112/2017, de 29 de dezembro** - Alteração ao Mapa de Pessoal e respetiva alteração orçamental, nos termos do artigo 6.º da citada Lei, foi a mesma **aprovada por maioria, com os votos a favor (PS, PCP e IND), 5 votos contra (CDS-PP e PSD) e 4 abstenções (DNCCP)**. -----

--- Foram feitas Declaração de Voto pelos Senhores Prof. Bernardino Gata, Eng. Hélio Fazendeiro e Eng. José António Sardinha, que aqui se dão por reproduzidas e que fazem parte integrante da Ata da sessão. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro fez a seguinte Declaração de Voto: “É com grande orgulho que a bancada do Partido Socialista vota este ponto favoravelmente dizendo, inclusivamente e dando resposta a algumas críticas que aqui foram feitas à condução do processo, é que, dos 75 precários que agora vão ser integrados, 57 % destes vêm de mandatos anteriores a 2013. A crítica que se dizia, que este Executivo está a utilizar este expediente para colocar pessoas com cartão partidário, é injusta e descabida porque grande maioria deles vêm exatamente de mandatos anteriores à presença do Partido Socialista na condução dos destinos da Câmara Municipal.” -----

--- O Senhor Eng.º José António Sardinha leu a seguinte Declaração de Voto do PSD que se aqui se dá por integralmente reproduzida (doc. 19): -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO -----

Em reunião de 7 de Março de 2018 da Assembleia Municipal da Covilhã, o grupo do PSD declara que vota contra a proposta relativa ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, a que se refere a alínea 2.2 do Período da ordem do dia, da Ordem de trabalhos. -----

O PSD está solidário com os trabalhadores em situação de trabalho precário, e reconhece a escassez de recursos humanos na Câmara Municipal da Covilhã. Mas, independentemente da identificação das pessoas abrangidas por vínculos precários apresentada pela Câmara Municipal da Covilhã, o PSD entende que o reforço significativo

de 75 postos de trabalho no quadro de pessoal da instituição não pode limitar-se às áreas de gestão corrente dos serviços, comprometendo as competências requeridas atualmente

aos Municípios nos domínios do conhecimento, da inovação, e da competitividade dos territórios. -----

Covilhã, 7 de Março de 2018 -----

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã” -----

2.3 - Contratos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de Aldeia Francisco Assis, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Cortes do Meio, Dominguiso, Orjais, Paul, Peraboa, Peso e Vales do Rio, S. Jorge da Beira, Teixoso e Tortosendo, para pagamento da taxa contributiva de 5% à Segurança Social

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de fevereiro de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro que aprova o RJAL, através do ofício n.º 1108 de 2018.02.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Prof. Reis Silva, Sr. Fausto Baptista e Dr. Marco Gabriel. -----

--- O Senhor Prof.º Vítor Manuel Reis Silva recordou “a nossa posição anterior, em que nós o declarámos já no mandato anterior, que tudo aquilo que indiciasse recibos verdes nós votaríamos contra. Portanto, isto é, de facto, o reflexo e a consequência da existência dos recibos verdes, do trabalho com a hierarquia, do trabalho com horários, do trabalho para uma entidade. A Segurança Social, como é evidente, exige os 5 %. Nós iremos votar contra enquanto existirem recibos verdes. É a nossa posição.” -----

--- O Senhor Fausto Herculano Branco Baptista questionou o Senhor Prof.º Reis Silva “consegue-me dizer como é que as juntas de freguesia pagariam estes 5 % se isto não for aprovado?” -----

--- Face à questão colocada, o Senhor Prof.º Vítor Manuel Reis Silva disse “estamos a falar na consequência de decisões anteriores, quando a Câmara delega competências e as juntas de freguesia ou não assegura, pelo menos, o apoio técnico que não assegura a legalidade porque o recibo verde é uma situação ilegal existente, neste momento, seja nas freguesias, seja na cidade. É uma situação ilegal porque a freguesia pode sempre fazer o tal contrato que eu falei

há pouco na minha intervenção – resolutivo certo a tempo parcial. É tão simples como isso. O que é que isso implica para as freguesias e para a Câmara? Implica atempadamente fazer os concursos. É simples. Implica atempadamente fazer-se a planificação da organização, neste caso

das escolas do ano letivo. Sabe-se a necessidade 2 ou 3 meses antes e lança-se o concurso. Porque toda a gente e qualquer cidadão tem o direito a candidatar-se ao emprego público. Como funciona hoje, nós sabemos como é que são feitas as contratações: é a vizinha do lado, aquela que está mais disponível muitas vezes, ou o conhecido. O concurso implica mais dinheiro, é evidente. Trazer lá os trabalhadores de borla, fica de borla! Trazê-los a metade daquilo que devem ganhar... mas podemos começar a falar na escravatura, podemos falar na exploração das pessoas. E, penso eu que uma entidade pública, quer seja uma junta de freguesia, quer seja uma câmara municipal, não devem aproveitar muitas vezes da fragilidade das pessoas para as explorar. É pagar aquilo que é justo e aquilo que está na lei. Já hoje se afirmou aqui várias vezes que se cumpra a lei e o recibo verde é uma ilegalidade que está a praticar-se, quer nas juntas de freguesias, quer pela Câmara Municipal. E a Câmara Municipal sabe perfeitamente disso! Por isso é que delega a responsabilidade nas juntas. Quem está a cometer ilegalidades? São as juntas, não é a câmara. As juntas é que devem fazer o concurso e contratar o trabalhador. Isso é aquilo que é o correto a fazer-se. A Câmara liberta-se dessa responsabilidade delegando nas juntas de freguesia e as juntas de freguesia assume essa ilegalidade. Agora, desenvolver o processo de contratação de um trabalhador que se necessita para 4 horas, desenvolver atempadamente o concurso, sinceramente, consegue-se fazer para que, em setembro, na abertura do jardim de infância o recurso humano esteja lá. Nada disto é feito. A consequência é esta: a Segurança Social exige os 5 %.” -----

--- Foi novamente concedida a palavra ao Senhor Fausto Herculano Branco Baptista para dizer “o que estamos a ouvir: os presidentes de junta continuam, já há muitos anos, a cometer uma ilegalidade que a Câmara transporta ou transfere para as juntas de freguesia. O que estamos aqui a ouvir é para as juntas de freguesia não fazerem isto porque a competência e responsabilidade destas tarefas é da câmara municipal. A questão é a seguinte: ou queremos as coisas ou não as queremos. E, às vezes, o estarmos a exigir tudo num dia ou que tudo se resolva de uma vez para sempre, também estamos a fazer com que alguns serviços fechem ou que algumas escolas fechem mais rápido. Ou é mentira? É que isto não é Boidobra. Estamos a falar de São Jorge da Beira, Aldeia de São Francisco, ... É que vocês, se fossem presidentes de junta dessas localidades, se calhar não falavam assim. E o Senhor Deputado Vítor Reis Silva sabe muito bem, enquanto foi responsável do Agrupamento de Escolas entre Ribeiras, que isto tem de funcionar assim porque senão não temos lá ninguém. Mesmo que haja concurso, é baixa ou porque não pode ou porque está a geada ou porque tem medo da estrada e não chega lá! E se não chegarem lá não há escola, porque pode lá estar professor, mas se não houver tarefa para acompanhar, se não houver os auxiliares, não há escola. Não é só o professor que é essencial num estabelecimento de ensino! É essencial todo um conjunto de pessoas que fazem parte dele. E se lá não estiverem, não há escola. Portanto, temos de resolver o problema. Toda a gente gostava que isto estivesse resolvido de outra forma. Eu também gostava. Já fui

presidente de junta e sei que isto era assim. Numas coisas votamos a favor porque estamos a criar emprego sem ser precário. Eu também sou a favor o emprego não seja precário, seja ela qual for, seja de 2 horas ou de 1 hora. Temos é de perceber que há situações que a junta de

freguesia nunca pode assumir a responsabilidade de um concurso para terem estas pessoas que, ao fim do ano, podem não ter mais escola. E depois onde é que as mete? Onde é que tem verba para isso?" -----

--- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra, Dr.º Marco António Barreiros Gabriel, usando da palavra e tendo sido falado da Boidobra, explicou o seguinte: “de quando em vez, vem alguém a referir esta questão quando isto está mais que explicado. A mesma pessoa que está a recibo verde pode ter um contrato de trabalho a tempo parcial. Custa alguma coisa a perceber isto? Na Junta de Freguesia da Boidobra, efetivamente, nem no mandato anterior, nem no anterior mandato, o executivo não é exatamente o executivo que teve em São Jorge da Beira. Baseia-se por outros princípios e baseia-se por outras ações. A pessoa que está a recibo verde, em cada uma das freguesias, sabe que é um trabalho subordinado, que é um posto de trabalho com um horário de trabalho. É um recibo verde falso. A senhora que lá está a recibo verde que concorre ao concurso! É a única? Então é a única! Mas ela tem direito a baixa, tem direito a segurança social, tem direito a fundo de desemprego, tem direito a subsídio de alimentação e todos os direitos que um contrato de trabalho dá. É fácil! A outra questão: porque é que não se faz o protocolo de delegação de competências com estas juntas, que aceitam os recibos verdes, com mais 5 %? Tem de vir cá duas vezes sempre todos os anos! Vem cá com valor dos recibos verdes e depois vem cá outra vez com os 5 %! Porque não se dá logo com os 5 %? É verdade que essa pessoa pode estar a trabalhar para outra entidade, o que mais uma vez justifica que estes 5 %, que aqui estão a ser pedidos, é tudo gente que está a trabalhar só para uma entidade, o que configura mais uma vez um falso recibo verde.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação do colégio constituído por eleitos diretos e por inerência do cargo de presidente de junta – **Contratos de delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Cantar-Galo e Vila do Carvalho, Cortes do Meio, Dominguiso, Orjais, Paul, Peraboa, Peso e Vales do Rio, S. Jorge da beira, Teixoso e Tortosendo, para pagamento da taxa contributiva de 5% à Segurança Social**, foi a mesma **aprovada por maioria, com os votos a favor (PS, DNCCP e IND), 3 votos contra (PCP) e 3 abstenções (CDS-PP)**. -----

2.4 - Desafetação do domínio privado municipal para o domínio público municipal de parcela de terreno com a área de 115.44 m2, sita em Lagoeiros, Covilhã, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, sob o artigo n.º 2838

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de dezembro

de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro que aprova o RJAL, através do ofício n.º 4 de 2018.01.03 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação do colégio constituído por eleitos diretos e por inerência do cargo de presidente de junta – **Desafetação do domínio privado municipal para o domínio público municipal de parcela de terreno com a área de 115.44 m2, sita em Lagoeiros, Covilhã, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, sob o artigo n.º 2838**, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos a favor (PS, CDS-PP, PCP, PSD e IND), e 3 abstenções (DNCCP). -----

2.5 - Constituição do Conselho Cinegético – Eleição de Autarca de Freguesia

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de janeiro de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea e), do n.º 2 do artigo 157.º, do Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro, para constituição do Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipais, através do ofício com a referência S-CMC/2018/396 de 2018.01.19 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia informou a existência de uma proposta de representante das freguesias que era o Presidente da Junta de Freguesia do Paul – Gabriel Gouveia, tendo 6 proponentes. -----

--- A proposta de **eleição de autarca de freguesia para Constituição do Conselho Cinegético – Senhor Gabriel Simões Lopes Gouveia** - Presidente da Junta de Freguesia do Paul, foi posta à votação por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3 do artigo 38.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, tendo sido **aprovada por maioria com 26 votos a favor, 2 votos contra e 6 brancos**. -----

--- O Senhor Prof.º Vítor Manuel Reis Silva recomendou que, anualmente, os Representantes das diversas comissões apresentassem o relatório de atividades. -----

2.6 - Constituição da Comissão de Toponímia - mandato 2017/2021 – Eleição de representante

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de janeiro de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea e), do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho da Covilhã, para constituição da Comissão de Toponímia – mandato 2017/2021, através do ofício com a referência S-CMC/2018/788 de 2018.02.02 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia informou a existência de uma proposta de representante para a constituição da Comissão de Toponímia que era a Eng.ª Catarina Mendes, tendo 5 proponentes. -----

--- A proposta de **eleição de representante da Assembleia Municipal da Covilhã – Eng.ª Catarina Mendes – mandato 2017/2021**, foi posta à votação por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3 do artigo 38.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, tendo sido **aprovada por maioria com 22 votos a favor, 2 votos contra e 10 brancos**. -----

2.7 - PA. n.º 46/2017 – Despacho da Procuradoria da República – Processo de Obras Particulares n.º 168/95 e 143/13 da Câmara Municipal da Covilhã – IGAMAOT

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 9 de fevereiro de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea o), do n.º 2, do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o RJAL, através do ofício com a referência S-CMC/2018/1105 de 2018.02.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Depois de inscrição, foi concedida a palavra aos seguintes intervenientes: -----

--- O Senhor Presidente da Câmara em exercício que esclareceu que “estes dois processos dizem respeito apenas a um empreendimento. É uma fábrica de resíduos situada na União de Freguesia de Peso e Vales do Rio e faz parte daquele lote de processos que vieram a conhecimento, em tempos, e que a ata foi mandada para o TAF de Castelo Branco. Nós, Câmara

Municipal, fizemos duas contestações. Primeiro entendíamos que ele não estava em leito de cheia. Fizemos a primeira contestação. O Tribunal não aceitou com uma contra-argumentação “você já justificaram que não está em leito de cheia, mas afinal está em REN”. Voltámos a fazer

uma segunda contestação dizendo que o projeto, uma fábrica com condições especiais, e fundamentámos que também a REN aqui não se aplicava e, finalmente, o Tribunal considerou e arquivou estes dois processos. Este é um bom sinal para nós. É mais um daqueles considerados de decisões dúbias do ponto de vista da legalidade e este é o caminho que nós queremos seguir em todos, independentemente de quem os decidiu. Nós iremos contestar todos e iremos trabalhar os nossos instrumentos de planeamento de forma a que possamos salvar o máximo de números destes processos, até porque eles foram licenciados. Não só põem em causa quem os licenciou no Tribunal, como também a própria Câmara Municipal que, se tivesse de indemnizar esta dúzia de processos que estão rio abaixo, seria muito mal quer para os decisores, quer a Câmara Municipal do ponto de vista das indemnizações. Este é o caminho que iremos seguir. É contestar todos. Tentar fundamentá-los, mas alguns só o conseguiremos fazer depois de alterar os instrumentos de planeamento. É este o caminho que estamos a trilhar. É só para conhecimento, mas, à medida que eles forem decididos, vamos trazer aqui os resultados.” -----

--- O Senhor Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro, relativamente a este ponto disse “isto só vem dar razão à nossa posição que tomámos na anterior Assembleia Municipal. Quando estamos a analisar este tipo de procedimentos, em que há um parecer da IGAMAOT e depois há uma pronúncia, chamemos-lhe assim, da parte da Procuradoria e/ou do Tribunal, todos os cuidados são poucos e sempre será precipitado fazer qualquer juízo de valor sobre a legalidade ou ilegalidade de qualquer processo que esteja sob a égide de um Tribunal, do qual há, naturalmente e conforme aqui disse o Senhor Presidente em exercício, o natural e subsequente contraditório. Enquanto não ocorrer uma decisão definitiva e transitada em julgado, não se pode fazer qualquer considerando, mesmo a nível político, sob pena de estar a violar uma coisa que é sagrada e que, hoje em dia, os meios televisivos que muito gostam de ofender, que é o bom nome das pessoas. No fundo, este despacho só nos veio dar razão. Qualquer pronúncia ou qualquer despacho que se possa fazer sobre este tipo de procedimentos tem de ter sempre natural reserva. Aliás, e conforme disse o Senhor Presidente em exercício, eram dois dos processos elencados naquela lista que foram aqui trazidos na última Assembleia e de quais nós dissemos desde logo, atenção que isto ainda não transitou em julgado e, como tal, é preciso aguardar pelo decurso do tempo e que a Justiça faça justiça.” -----

--- **A Assembleia Municipal tomou conhecimento do PA. N.º 46/2017 – Despacho da Procuradoria da República – Serviços do Ministério Público, respeitante aos Processo de Obras Particulares n.º 168/95 e 143/13 da Câmara Municipal da Covilhã, que se encontram no Relatório Final da última inspeção da IGAMAOT em irregularidades de processos de licenciamento, determinando, por se afigurar que inexistente fundamento para instauração de ação administrativa para declaração de nulidade das deliberações em crise, em consequência, o arquivamento dos autos.** -----

2.8 - Declarações ao abrigo da alínea a) e b), do n.º 1, do artigo 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.º 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de janeiro de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido através do ofício com a referência S-CMC/2018/999 de 2018.02.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Depois de inscrição, foi concedida a palavra ao Dr.º Marco António Barreiros Gabriel que recomendou, para uma maior transparência, que na próxima declaração pudessem disponibilizar os compromissos plurianuais assumidos, para uma compreensão do grau, alcance e montante dos compromissos dos futuros anos e mandato. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara em exercício solicitou ao Dr.º Júlio Costa para esclarecer o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boidobra. -----

--- O Dr.º Júlio Costa, relativamente à recomendação, disse que as duas declarações apresentadas estavam intimamente ligadas àquilo está prescrito na Lei dos Compromissos de Pagamentos e Atrasos. Continuou dizendo que a declaração relativa à alínea a) era a dos compromissos plurianuais que o Município tinha assumido. Referiu que a lei indicava que o Senhor Presidente da Câmara tinha de emitir essa declaração, relativa ao ano anterior, no primeiro mês de cada ano, onde se informava unicamente que todos os compromissos plurianuais se encontravam inscritos na contabilidade do município. Quanto à questão levantada, disse estar plasmada no Mapa de Controlo Orçamental da Despesa, que é remetida à Câmara Municipal, na coluna de compromissos para anos seguintes e esses montantes poderiam ser aí verificados. “Conjugando essa informação com o mapa de controlo orçamental, apresentada aquando conta de gerência, se poderá obter a informação solicitada.” -----

--- **A Assembleia Municipal tomou conhecimento das declarações emitidas pelo Senhor Presidente, ao abrigo da alínea a) e b), do n.º 1, do artigo 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.º 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março.** -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Chegado a este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia atribuiu a palavra aos seguintes intervenientes: -----

--- O munícipe Rui Romão Lino agradeceu a possibilidade de se poder exprimir, apesar do público ter de aguardar quase meio dia para tal. Na qualidade de pai de um aluno da **Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Refúgio**, disse ao Senhor Presidente da Câmara em exercício que era um dos que tentava ativamente combater a desertificação, na medida que tinha vindo do Litoral para a Covilhã, trazendo consigo a sua família. Porém, pretendia que fossem dadas a toda a gente as melhores condições de vida possíveis. Relatou a situação que o estava a preocupar que era as más condições no **refeitório** da escola atrás referida onde chovia, assunto que já foi alertado por vários pais via telefone e email. Disse que, relativamente à denúncia, tinham fechado os olhos há mais de um ano, não se resolvendo essa situação. Relembrou que a manutenção desses espaços é da responsabilidade do governo local, não podendo ser delegada em associações e pais na tentativa de que estes se substituam ao poder local. Perguntou quanto mais tempo se iria prolongar a inação por parte de quem tinha a responsabilidade nessa matéria, com conhecimento da situação há mais de um ano e para quando estava prevista uma intervenção no refeitório da escola, dando às crianças a dignidade que mereciam. -----

--- A munícipe Loyde Margarida Nuno dos Santos iniciou a sua intervenção fazendo uma avaliação geral da sua situação familiar, profissional e económica, dizendo ainda que tinha recebido uma habitação social na Boidobra em julho. Informou que a habitação onde vive carecia de reparações urgentes e já havia sete meses que estava sem água por falta de canalização. Informou ainda que tinha eletricidade porque tinha providenciado para tal e que as únicas obras feitas tinham sido executadas pela mesma. Face ao exposto e tendo em consideração que já se tinha dirigido a várias entidades, perguntou a quem podia pedir ajuda para resolver as condições da sua habitação. -----

--- A Secretária da Junta de Freguesia de Barco e Coutada - Prof.ª Maria do Carmo Raminhas Mendes - falou sobre a exploração mineira na Serra da Argemela, alertando para os perigos que daí poderão advir para as populações limítrofes. Prosseguiu agradecendo, em nome da Junta de Freguesia e do grupo “Pela Preservação da Serra da Argemela”, a aprovação da “Moção Contra a Concessão da Exploração Mineira na Serra da Argemela”. Concluiu a sua intervenção solicitando à Câmara Municipal que fossem efetivadas as diligências para a formação de um grupo interdisciplinar com o objetivo de rebater o estudo de impacto ambiental. -----

--- Findas as intervenções do Público foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em exercício para responder às questões levantadas. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara em exercício iniciou agradecendo a presença e intervenção dos Municípes. De seguida, disse que, relativamente à questão do **refeitório da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Refúgio**, tinham registado a preocupação por parte

do Senhor Rui Romão Lino. Informou que a Câmara Municipal estava atenta à situação e que iriam exigir que fosse resolvido o mais brevemente possível, uma vez que, em 19 de julho de 2017, tinha sido celebrado um protocolo com a Associação de Pais, no valor de cerca de 7.111 euros, para se executarem as obras de requalificação do telhado do refeitório em questão. Não sabendo o que estava a acontecer, iria pedir esclarecimentos, exigir o cumprimento do protocolo ou, se fosse o caso, a Câmara teria de se substituir para resolução do problema. -----

Face à exposição feita pela Senhora Loyde Margarida Nuno dos Santos, pediu à Muniçipe para se reunir com a Dr.ª Cristina Maximino para fossem feitos um levantamento e um relatório da situação. Assim que fosse feito e caso fosse confirmada a disponibilidade de mudança de habitação, a Senhora Vereadora com o Pelouro da **Habitação Social** iria tomar conta do processo até que a muniçipe fosse reinstalada com condições condignas. -----

Por último, agradeceu o trabalho desenvolvido pela Senhora Prof.ª Raminhas Mendes e pelo seu grupo de trabalho com gente muito qualificada, elogiando os relatórios e a apresentação digna na Assembleia da República. Concluiu dizendo que a Câmara Municipal estava disponível e, caso necessitassem de algum apoio para complementar o grupo, que fizessem chegar o pedido por escrito ao Senhor Presidente da Câmara. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte e uma horas, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenador Técnico,